

IHU ENLIZINGO

Revista do Instituto Humanitas Unisinos



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Nº 481 | Ano XV
21/03/2015

ISSN 1981-8769
(impresso)
ISSN 1981-8793
(online)

O fracasso do Saneamento

e a emergência de doenças vetoriais

Fernando Carneiro: *Nem fumacê, nem larvicida químico. Coragem e saneamento contra o mosquito*

Ana Gorini da Veiga: *Os mistérios que ainda cercam o Zika*

Medardo Ávila Vázquez: *Aedes aegypti no Mercosul - Os riscos e equívocos da estratégia química*

#Dossiê Conjuntura
Raúl Zibechi:
A opção que não transformou e que perdeu o fôlego

#Dossiê Conjuntura
Hugo Albuquerque:
A violência do nada.
A Nova Direita e as paixões tristes

#Dossiê Conjuntura
Alejandro Mantilla:
A audácia ou a tumba? Um dilema latino-americano

#Dossiê Conjuntura
Moysés Pinto Neto:
Da incompreensão das ruas à judicialização da política brasileira

#Dossiê
Conjuntura
Ariel Pennisi:
O respiro para um sistema sufocado

#Dossiê Conjuntura
Luiz Werneck Vianna:
A sociedade tradicional brasileira com a intervenção no mundo da política

O fracasso do saneamento básico e a emergência de doenças vetoriais

Chikungunya e principalmente o Vírus da Zika chegam ao país e, junto à Dengue, agravam o cenário das doenças transmitidas pelo mosquito vetor *Aedes aegypti*. Muitas interrogações ainda cercam essas doenças, porém as certezas ficam por conta da ineficiência das políticas de saúde pública e do determinismo social dessas mazelas, que atingem com mais intensidade as populações que não têm acesso ao saneamento e às mínimas condições para uma vida digna.

Contribuem para o debate os seguintes pesquisadores e pesquisadoras:

Fernando Carneiro, pesquisador e Diretor da Fiocruz Ceará e integrante do GT de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO. Para o biólogo a é equivocada a política de saúde pública apoiada no uso de venenos no combate ao *Aedes aegypti*.

Ary Carvalho de Miranda, médico e professor do mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP, que defende que o Brasil precisa assumir que vive uma grave crise de saúde pública e priorizar a melhoria ampla da qualidade de vida da população.

Medardo Ávila Vázquez, pediatra neonatologista argentino e coordenador da Red Universitaria de Ambiente y Salud/Médicos de Pueblos Fumigados - Reduas, analisa os principais problemas causados pelo uso de produtos químicos no combate ao mosquito, e defende o potencial tóxico do *Pyriproxyfen* aos fetos.

Silvia Ribeiro, pesquisadora e coordenadora de programas do Grupo ETC, aborda a questão da inserção de mosquitos transgênicos no ambiente para o combate de doenças vetoriais. Para a pesquisadora a técnica não tem eficácia comprovada.

Nelson da Cruz Gouveia, médico professor da USP e vice-presidente da ABRASCO, trata das mudanças climáticas e suas relações com a

internacionalização de doenças virais a partir da mudança de hábitos de vetores de doenças virais, como o *Aedes aegypti*.

Ana da Veiga, professora na Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA, falou sobre as pesquisas mais recentes sobre o Vírus da Zika e destaca que ainda há muito que se descobrir sobre a doença. A bióloga deu entrevista direto de Nova Iorque, onde realiza estudos na Icahn School of Medicine at Mount Sinai.

Gustavo Brêtas, médico integrante da ABRASCO e com vasta experiência em organizações internacionais como a OPAS. Para ele o combate aos fatores determinantes é fundamental para o controle das doenças vetoriais.

A atual conjuntura política é debatida por **Raul Zibechi**, escritor, jornalista e pensador-ativista uruguaio; **Hugo Albuquerque**, jurista e mestrando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP; **Alejandro Mantilla**, articulista dos portais Colombia Informa e Palabras al Margen, , **Moyisés Pinto Neto**, professor do curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra; **Ariel Penise**, ensaísta argentino e professor na Universidad Nacional de Avellaneda e na Universidad del Cine; e **Luiz Werneck Vianna**, professor-pesquisador na Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio.

Veja também uma entrevista com **Alejandro De Oto**, pesquisador independente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Argentina - Conicet, refletindo sobre as Teorias Críticas do Colonialismo, e o artigo "O Brasil e as encruzilhadas da conjuntura internacional", de **Diego Pautasso**, professor de Relações Internacionais da UNISINOS.

Desejamos a todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!

Foto capa: Henrique Oscar Loeffler / Flickr - Creative Commons

IHU ON-LINE

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site www.ihu.unisinos.br e no endereço www.ihuonline.unisinos.br.

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da **IHU On-Line** é *copyleft*.

Diretor de Redação

Inácio Neutzling (inacio@unisinos.br)

Coordenador de Comunicação - IHU

Ricardo Machado - MTB 15.598/RS (ricardom@unisinos.br)

Jornalistas

João Vitor Santos - MTB 13.051/RS (joaovs@unisinos.br)

Leslie Chaves - MTB 12.415/RS (leslies@unisinos.br)

Márcia Junges - MTB 9.447/RS (mjunges@unisinos.br)

Patrícia Fachin - MTB 13.062/RS (prfachin@unisinos.br)

Revisão

Carla Bigliardi

Projeto Gráfico

Ricardo Machado

Editoração

Rafael Tarcísio Forneck

Atualização diária do site

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Fernanda Forner, Matheus Freitas e Nahiene Machado.

Colaboração

Jonas Jorge da Silva, do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores - CEPAT, de Curitiba-PR.



Instituto Humanitas Unisinos - IHU

Av. Unisinos, 950
São Leopoldo / RS
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 | Ramal 4128

e-mail: humanitas@unisinos.br

Diretor: Inácio Neutzling

Gerente Administrativo: Jacinto Schneider (jacintos@unisinos.br)

Sumário

Destaques da Semana

- 6 Destaques On-Line
- 8 Linha do Tempo
- 10 Entrevista da Semana - Alejandro De Oto: A colonialidade atualizada no pensamento contemporâneo

Tema de Capa

- 16 Fernando Carneiro: Nem fumacê, nem larvicida químico. Coragem e saneamento contra o mosquito
- 22 Ary Carvalho de Miranda: Vontade política e articulação intersetorial no enfrentamento das epidemias
- 27 Medardo Ávila Vázquez: *Aedes aegypti* no Mercosul: os riscos e equívocos da estratégia química
- 32 Sílvia Ribeiro: Mosquito transgênico: jogar os insetos nos ecossistemas não resolve casos de Zika e Dengue
- 37 Nelson da Cruz Gouveia: Mudanças climáticas e a internacionalização de doenças virais
- 40 Ana da Veiga: Os mistérios que ainda cercam o Zika
- 44 Gustavo Brêtas: Sem saneamento não há controle epidemiológico eficaz

IHU em Revista

- 50 Agenda de Eventos
- 51 #Dossiê Conjuntura - Raúl Zibechi: A opção que não transformou e que perdeu o fôlego
- 58 #Dossiê Conjuntura - Hugo Albuquerque: A violência do nada. A Nova Direita e as paixões tristes
- 66 #Dossiê Conjuntura - Alejandro Mantilla: A audácia ou a tumba? Um dilema latino-americano
- 70 #Dossiê Conjuntura - Moisés Pinto Neto: Da incompreensão das ruas à judicialização da política brasileira
- 83 #Dossiê Conjuntura - Ariel Pennisi: O respiro para um sistema sufocado
- 87 #Dossiê Conjuntura - Luiz Werneck Vianna: A sociedade tradicional brasileira estrebucha com a intervenção cirúrgica no mundo da política
- 92 #Crítica Internacional - Diego Pautasso: O Brasil e as encruzilhadas da conjuntura internacional
- 94 Publicações
- 95 Retrovisor

Implicações ético-políticas do cristianismo
na filosofia de M. Foucault e G. Agamben.
Governamentalidade, economia política,
messianismo e democracia de massas



16 de março a 22 de junho de 2016

Ministrante: Prof. Dr. Castor Bartolomé Ruiz – UNISINOS

ihu.unisinos.br

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Destques da Semana

Destques On-Line

Entrevistas publicadas entre os dias 14-03-2016 e 18-03-2016 no sítio do IHU.

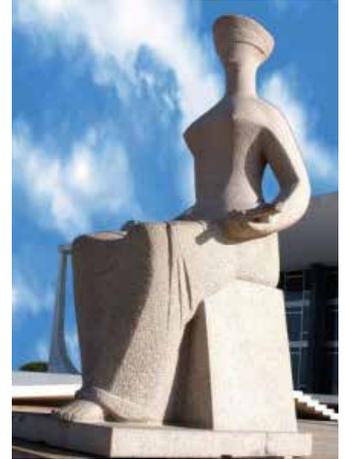
Judicialização da política e a cultura dos favores: É preciso mergulhar na raiz dos vícios

Entrevista com José Geraldo de Sousa Júnior, doutor em Direito pela Universidade de Brasília - UnB, onde também é professor. É jurista, pesquisador de temas relacionados aos direitos humanos e à cidadania, sendo reconhecido como um dos autores do projeto O Direito Achado na Rua, grupo de pesquisa com mais de 45 pesquisadores envolvidos.

Publicada em 18-03-2016

Disponível em <http://bit.ly/1MdXkKp>

O uso do termo “judicialização da política”, que tem ganhado ainda mais destaque nas últimas semanas, é um “fenômeno” que “está associado a uma forma de realização do ordenamento jurídico, que tem a ver com o protagonismo do judiciário quando se trata de atualizar o sentido previsto na legislação, para que ela não se torne uma promessa vazia do legislador em relação às expectativas sociais”, esclarece José Geraldo de Sousa Júnior à IHU On-Line, em entrevista concedida por telefone. Segundo ele, o termo está associado à ideia de que a “lei tem que cumprir uma função social e cabe ao juiz realizá-la”, atuando como “juiz legislador positivo”.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

Aquífero Guarani: uma reserva de água para o futuro?

Entrevista com Cinthia Leone dos Santos, jornalista e mestranda em Ciência Ambiental na Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa Laboratório de Geografia Política - GEOPO e assessora de imprensa da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Publicada em 15-03-2016

Disponível em <http://bit.ly/21z3970>

O acordo que regula a utilização das águas do Aquífero Guarani, assinado entre Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil, “é o primeiro tratado do mundo sobre águas transfronteiriças assinado sem que um conflito bélico ou diplomático estivesse em curso” e “se destina, sobretudo, a determinar a titularidade do Aquífero Guarani, ou seja, dizer quem são os únicos donos dessa reserva”, informa Cinthia Leone dos Santos em entrevista concedida à IHU On-Line por e-mail. Autora da dissertação de mestrado intitulada “Aquífero Guarani: atuação do Brasil na negociação do acordo”, Cinthia explica como aconteceram as negociações entre os quatro países, incentivadas pelo Uruguai.



Fonte imagem: www.ihu.unisinos.br

facebook



Instituto Humanitas Unisinos
Mídia/notícias/publicidade

ihu.unisinos.br

Linha do Tempo

A IHU On-Line apresenta seis notícias publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, entre os dias 14-03-2016 e 18-03-2016, relacionadas a assuntos que tiveram repercussão ao longo da semana

Moro constrói caminho contra Estado de Direito, dizem juristas na USP

Juristas e representantes da esquerda criticaram na última quinta-feira, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em São Paulo, a condução das investigações da Operação Lava Jato, o juiz Sergio Moro e o que afirmam ser a “pavimentação de um caminho para o fim do Estado democrático de Direito” no Brasil. Centenas de pessoas lotaram o Salão Nobre da faculdade, onde em alguns momentos gritavam “Moro na cadeia”. A mídia também foi um dos principais alvos do ato chamado “Manifesto pela Legalidade e pela Democracia”, que criticou a “espetacularização do processo penal promovida pelos meios de comunicação”.

A reportagem foi publicada pelo portal Uol, em 18-03-2016.

O professor de direito penal da Universidade de São Paulo Sérgio Salomão Schecaira afirmou que Moro deveria “ser preso” pela quebra do sigilo telefônico do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que o juiz federal faz “uso seletivo”, na mídia, das informações da Lava Jato para reforçar “um golpe que está em curso”.

Leia mais em <http://bit.ly/22oJYCx>

O que está em jogo?

Chegamos ao momento mais grave da crise política do país. Após Dilma chamar Lula ao ministério, Moro mandou vazar uma conversa grampeada entre os dois. Com chamado midiático, o clima nas ruas é de convulsão.

A reportagem é de Guilherme Boulos, publicada por Folha de S. Paulo, em 17-03-2016.

Moro apostou alto. Ao grampear um telefonema envolvendo a presidente da República e divulgar o áudio no momento politicamente mais conveniente para os que querem derrubá-la, o juiz ultrapassou a linha vermelha. Tirou definitivamente a toga e assumiu sua condição de militante político. Foi para o “vai ou racha”. Era o sinal que faltava. Sua decisão levou alguns milhares às ruas, exigindo a renúncia da presidente. Foram registrados conflitos em várias cidades. Um ciclista foi agredido na avenida Paulista por ter “cara de petista” e bicicleta vermelha. Uma mulher levou um soco na mesma avenida por recusar-se a gritar pela prisão de Lula. Episódios de intolerância como esses espalham-se pelo país.

Leia mais em <http://bit.ly/22oK7pp>

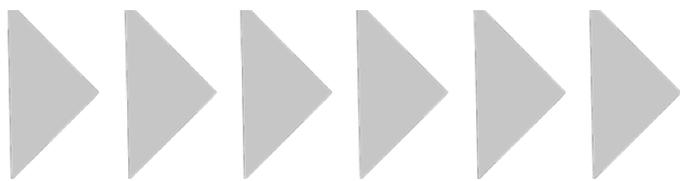
A reviravolta representada pela nomeação de Lula

Em sua coluna da Folha de São Paulo, Janio de Freitas comenta sobre a nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil, afirmando que o poder que terá muda muita coisa e que empresários, políticos e jornalistas opositores passaram da euforia por se considerarem já “virtuais donos do poder” para um misto de surpresa raivosa e “atordimento com seu próprio futuro”. Para ele, com Lula como ministro regente, pode ser que comece o que, em tese, é o segundo mandato de Dilma.

O comentário é de Luís Nassif, jornalista, publicado no Jornal GGN, 17-03-2016, ao reproduzir o artigo de Janio de Freitas, sob o título “A reviravolta”, no jornal Folha de São Paulo, em 17-03-2016.

Janio diz que era previsível que a Lava Jato adotasse, em resposta à transferência do foro para o Supremo Tribunal Federal, mais vazamentos e “atos que acelerem o assédio” ao ex-presidente.

Leia mais em <http://bit.ly/1RTcDVs>



O Brasil debate: o que há de errado nesta fotografia?

A fotografia de um casal branco com uma empregada negra a caminho dos protestos de domingo contra o governo divide as opiniões no Brasil. Resquícios da escravidão ou o racismo estão nos olhos de quem vê?

A reportagem é de Kathleen Gomes, publicada por Público, em 15-03-2016.

No dia em que mais de um milhão de brasileiros saíram às ruas para protestar contra o governo de Dilma Rousseff e o seu partido de matriz proletária, muitos foram em família. Mas nenhuma família deu tanto que falar quanto Claudio Pracownik e Carolina Maia Pracownik. Nos últimos dois dias, a fotografia do casal foi compartilhada e comentada milhares de vezes nas redes sociais brasileiras. O casal, vestido com a camiseta verde e amarela da seleção brasileira - a vestimenta da maioria dos manifestantes, que, entre outras coisas, reivindicaram "um outro Brasil" - levava o seu pequeno caniche pela trela e as suas duas filhas bebês num carrinho, um pouco atrás, empurrado pela "babá" negra de uniforme branco.

Leia mais em <http://bit.ly/21z8niW>

Zika: Serviços adequados de água e saneamento são a melhor resposta, afirmam especialistas da ONU

"Há um forte vínculo entre sistemas de saneamento deficientes e o surto atual do vírus zika, bem como a dengue, a febre amarela e o chikungunya, sendo todos eles transmitidos por mosquitos", afirmou o relator especial sobre água e saneamento, que divulgou comunicado sobre o tema com três outros especialistas independentes. Grupo alertou que 100 milhões de pessoas na América Latina não têm acesso a saneamento básico e outras 70 milhões a água encanada.

A reportagem foi publicada por ONU Brasil, em 15-03-2016.

"Enquanto o mundo procura soluções de alta tecnologia para combater o vírus zika, não devemos esquecer o péssimo estado do acesso à água e ao esgotamento sanitário para as populações desfavorecidas", afirmou o relator especial das Nações Unidas para o direito humano à água e ao saneamento, Léo Heller. No dia 11-03-2016, Heller e outros três especialistas independentes da ONU divulgaram um comunicado alertando para o tema.

Leia mais em <http://bit.ly/1S88wHB>

Alckmin e Aécio são hostilizados e não discursam na Paulista

O governador Geraldo Alckmin e o senador Aécio Neves, ambos do PSDB, foram hostilizados ao passarem pela avenida Paulista acompanhados de deputados e senadores da oposição neste domingo, 13.

A reportagem é de Valmar Hupsel Filho e Pedro Venceslau e publicada pelo portal do jornal O Estado de S.Paulo, em 13-03-2016.

Manifestantes gritaram palavras de ordem contra os dois por causa do caso de desvio de dinheiro em contratos de fornecimento de merenda escolar em São Paulo e das citações ao senador mineiro em delações da Operação Lava Jato. Foram ouvidos gritos de "Fora", "ladrão", "oportunista" e "o próximo é você" durante a passagem dos dois pela Paulista e a ruas transversais. Também foram ouvidos aplausos aos dois no percurso. Alckmin e Aécio se encontraram com lideranças da oposição na Câmara e Senado na rua ao lado do Masp. Entraram em comboio na avenida, seguindo direto para o cercado armado pelo grupo Movimento Brasil Livre.

Leia mais em <http://bit.ly/1S8aqrR>

Entrevista da Semana

A colonialidade atualizada no pensamento contemporâneo

Alejandro De Oto entende que a lógica do poder colonial segue viva nas mais diversas formas de relações humanas da contemporaneidade

Por João Vitor Santos | Tradução Henrique D. Lucas

Em uma reflexão acerca das Teorias Críticas do Colonialismo, o professor Alejandro De Oto propõe que se reflita a realidade latino-americana à luz de conceitos como descolonialidade. Para ele, a perspectiva é interessante por se colocar como uma forma de resistência ao “pensamento colonial” que, em pleno século XXI, segue vivo. O entrevistado entende que “a construção do conhecimento e das práticas políticas associadas exige uma reflexão central sobre o problema do colonialismo. Isto é, uma reflexão sobre as maneiras em que a lógica do poder colonial persiste, seja em relação à sexualidade, raça e outras dimensões, agindo muitas vezes de forma encoberta, ou manifesta, organizando disciplinas, propostas políticas etc.”

Na entrevista, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor considera inevitável vincular o pensamento contemporâneo à colonialidade. “Não vejo muitos traumas epistemológicos se nos propusermos a entender o que é chamado de pensamento contemporâneo, e que, na prática, refere-se à

evolução da teoria social, da filosofia e da política surgidos em contextos europeus, conjuntamente à dimensão da colonialidade”.

Alejandro De Oto é pesquisador independente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas da Argentina - Conicet. Doutor pelo Centro de Estudos da Ásia e África de El Colegio de México, foi pesquisador visitante na Universidade de Brown, Estados Unidos. Autor de vários livros e numerosos artigos, com destaque para *Frantz Fanon. Política y poética del sujeto poscolonial* (México: El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y África, 2003), pelo qual recebeu o “Frantz Fanon Prize for Outstanding Book in Caribbean Thought” em 2005, prêmio da Associação Filosófica do Caribe. Neste mês, Oto esteve na Unisinos ministrando o curso “Teorias Críticas do colonialismo em questão: genealogias e debates desde uma perspectiva latino-americana”. A promoção foi do Núcleo de Direitos Humanos da Escola de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Unisinos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que forma o pensamento colonial se atualiza hoje na América Latina?

Alejandro De Oto - É uma longa história. Em suma, existem dois processos convergentes que têm relação com os desenvolvimentos teóricos de diversos lugares, mas especialmente da academia norte-

-americana, realizados por professores de distintas origens culturais e histórias intelectuais, mas, ainda assim, afetados pelo processo de relação entre cultura e colonialismo em escala global. E, por outro lado, por uma longa história própria, de diferentes disciplinas, práticas sociais e políticas na América

Latina. Ao mesmo tempo, nos últimos quinze anos têm sido articuladas novas formas de pensar sobre o problema do colonialismo que permitiram recuperar profundas discussões realizadas principalmente na América do Sul e no Caribe.

Atualmente, há uma espécie de mistura entre registros clás-



A descolonialidade é, sobretudo, herdeira do movimento que, no começo da década passada, colocou em contato muitas das preocupações da crítica pós-colonial

sicos, como as teorias de dependência, a filosofia da libertação, entre outras temáticas, como as chamadas epistemologias do Sul. Isso inclui um vasto campo reflexivo não considerando apenas intelectuais individualmente, mas comunidades.

IHU On-Line - Em que medida a relação econômica entre países nos dias de hoje, em tempos de economia global - como no caso do Brasil, que acaba ficando muito atrelado ao mercado chinês, por ter nele seu principal cliente -, reproduz a lógica colonialista?

Alejandro De Oto - Eu não poderia responder precisamente a esta pergunta, mas há algo para se pensar em relação a isso. É o fato de que não tem ocorrido, em termos de processos culturais, uma vinculação com a China, com os seus processos internos etc. Nesse sentido, a China é um poder presente na economia, como bem sabemos, mas não muito presente nas discussões culturais do continente. Não é um problema menor e eu acho que devemos prestar mais atenção a isto.

IHU On-Line - Como a lógica do pensamento contemporâneo pode implicar na assimilação da lógica descolonial na América Latina?

Alejandro De Oto - Eu acho que o ponto mais importante dessa re-

lação, sugerido pela própria pergunta, é o reconhecimento de que a construção do conhecimento e das práticas políticas associadas exige uma reflexão central sobre o problema do colonialismo. Isto é, uma reflexão sobre as maneiras em que a lógica do poder colonial persiste, seja em relação à sexualidade, raça e outras dimensões, agindo muitas vezes de forma encoberta, ou manifesta, organizando disciplinas, propostas políticas etc.

A dimensão descolonial tenta provocar um processo de crítica ativa e discussão destes problemas. Também tenho a impressão de que no continente há muitos exemplos, como é o caso atual de Frantz Fanon¹, que deu passos fundamentais para se pensar sobre o problema da descolonização, antecedente direto do debate proposto pela escola "giro descolonial". Não vejo, por outro lado, muitos traumas epistemológicos se nos propusermos a entender o que é chamado de pensamento contemporâneo, e que, na prática, refere-se à evolução da teoria social, da filosofia e da política surgidos em contextos europeus, conjuntamente à dimensão da colonialidade (deveríamos consi-

¹ **Frantz Omar Fanon** (1925–1961): foi um psiquiatra, filósofo e ensaísta francês da Martinica, de ascendência francesa e africana. Fortemente envolvido na luta pela independência da Argélia, foi também um influente pensador do século XX sobre os temas da descolonização e da psicopatologia da colonização. (Nota da **IHU On-Line**)

derar esta palavra no plural para dar conta de explicar as variedades históricas). Quer dizer, eu acho que vincular o pensamento contemporâneo e colonialidade é, neste momento, uma operação inevitável.

IHU On-Line - No que consiste a crítica pós-colonial? Qual a relação com o conceito da descolonialidade?

Alejandro De Oto - A crítica pós-colonial é diferente da crítica feita pelo giro descolonial. Na verdade, foi um movimento criado pelos intelectuais do mundo colonial nas academias do Norte, que teve o seu início no final dos anos 70, com Edward Said² e, depois, de uma longa lista. O ponto central dessa crítica foi reconhecer que o colonialismo tinha desempenhado um papel fundamental na criação das subjetividades contemporâneas, para ser mais preciso, no processo de subjetivação, e, portanto, era preciso entender esse papel em diferentes níveis, mas primordialmente no plano do discurso, no sentido foucaultiano do termo.

A descolonialidade é, sobretudo, herdeira do movimento que, no começo da década passada, colocou em contato muitas das preocupações da crítica pós-colonial (que até então era um movimento crítico principalmente associado a pensadores da Índia, Oriente Médio e alguns africanos) com as velhas temáticas do colonialismo latino-americano. Neste movimento reuniu-se uma grande lista de textos, perspectivas, e outros trabalhos, com destaque para os trabalhos de Enrique Dussel³,

² **Edward Wadie Said** (1935–2003): foi um dos mais importantes intelectuais palestinos, crítico literário e ativista da causa palestina. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Enrique Dussel** (1934): filósofo argentino radicado desde 1975 no México. Um dos maiores expoentes da Filosofia da libertação e do pensamento latino-americano em geral. Autor de uma grande quantidade de obras, seu pensamento discorre sobre temas como filosofia, política, ética e teologia. Tem se colocado como crítico da pós-modernidade,

Aníbal Quijano⁴, Walter Mignolo⁵, entre outros.

Hoje, os termos circulam em muitos aspectos como se fossem equivalentes. Exceto por uma questão de precisão, portanto, eu diria que, se uma pessoa procurar os detalhes de ambas as genealogias críticas, encontrará mais semelhanças do que diferenças. Sobre isto também existem algumas divergências.

IHU On-Line - De que forma a herança da colonização ainda impacta os indivíduos e a sociedade no mundo globalizado? Em que medida é possível, hoje, falar em "neocolonização"?

Alejandro De Oto - Bem, se falamos de processos de subjetivação é preciso dizer que muitas das formas nas quais se desenvolve a distinção entre raças, em diferentes lugares, tomando este como um exemplo concreto e preciso, demonstra o quanto ainda estão incrivelmente fortes os laços entre o colonialismo histórico e o nosso presente. Podemos considerar isso principalmente em um nível micro, que seria o nível onde resolvemos nossas vidas concretas. O conceito de neocolonialismo parece-me que se refere a uma ideia na ordem geral da geopolítica.

Creio que seja um conceito discutível, que apaga parte do problema porque introduz a dimensão temporal característica das modernidades, ou seja, a do tempo e

chamando por um novo momento denominada transmodernidade. Tem mantido diálogos com filósofos como Apel, Gianni Vattimo, Jürgen Habermas, Richard Rorty, Lévinas. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Aníbal Quijano Obregon** (1928): é um sociólogo e teórico da política peruana. Atualmente, é diretor do departamento da América Latina e da colonialidade do poder na Universidade Ricardo Palma, em Lima, e professor de Sociologia na Universidade de Binghamton, Nova Iorque, Estados Unidos. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Walter Mignolo**: semiótico e professor argentino da Universidade de Duke. Ele é altamente reconhecido pela sua produção acadêmica em torno da questão colonial e geopolítica do conhecimento. (Nota da **IHU On-Line**)

sua progressão. Dizer "neo" pressupõe em algum ponto que as dimensões da colonialidade foram interrompidas. Penso, no entanto, que a relação entre os processos de subjetivação atuais e os colonialismos históricos estão lidando com dimensões persistentes da colonialidade.

IHU On-Line - Qual a importância de lógicas de pensamentos como o "giro descolonial" para construir o desenvolvimento e independência de uma nação?

Alejandro De Oto - Difícil de responder, pois o termo "nação" quase inexistente no giro descolonial. Eu critico este termo e acho que é necessário reconectar os vín-

“

A dimensão descolonial tenta provocar um processo de crítica ativa e discussão destes problemas

culos entre o que muitas pessoas chamavam de cultura nacional, na década de 1950, com uma experiência da ideia de nação heterogênea. O giro descolonial teve problemas com isto, pois a maior parte dos movimentos sociais dos últimos anos impugnaram as formas persistentes e autoritárias de estado-nação. Mas isso não é o contexto completo.

Eu enxergo a ideia de nação muito mais disputada do que é frequentemente pensado na teoria social. Por exemplo, os pensadores anticoloniais, como Fanon, entendiam por nação uma coisa bastante diferente do que supomos. Eles entendiam como um espaço de ação política, de diferença e de multi-

plicação de experiências sociais de todos os tipos. Nesse sentido, eu acho que há muito a dizer. Agora, se reduzirmos a dimensão "nação" a um significante proibido para a boa consciência de teorias sociais não há muito para fazer.

Eu sempre digo que quando alguém requer a remoção de qualquer ontologia persistente, algum essencialismo dissimulado ou alguma categoria esclerosada, o medicamento prescrito é a chamada historiografia. Ou seja, a compressão da temporalidade histórica e das práticas, de maneira diferenciada.

IHU On-Line - De que forma a descolonização pode potencializar áreas como cultura, direitos humanos, política social e econômica? Que exemplos no sul global podem nos inspirar?

Alejandro De Oto - Certamente a descolonização pode contribuir muito para todas estas áreas e experiências. O fato de que não há nenhuma razão para aceitar como dado substancial qualquer processo conceitual, já é uma contribuição concreta. No campo dos direitos estão se multiplicando as experiências que incorporam algumas destas questões. O que eu acho importante é que isto não pareça como uma espécie de sabedoria a partir de um ponto de vista superior, que dirige as discussões etc.

Acredito que a melhor contribuição destas noções, categorizações e afins é a de somarem-se ao diálogo em uma posição de escuta. A coisa passa um pouco por uma mudança de pontos de vista por pontos de escuta. E quanto a exemplos do sul global, não sei, não consigo listar possíveis exemplos, mas acho que têm acontecido novidades importantes nos últimos anos em diferentes lugares da América do Sul.

IHU On-Line - Que relação é possível fazer entre o pensamento colonial e os regimes totalitários?

Alejandro De Oto - Bem, muitas. Uma das questões mais persistentes do colonialismo tem sido a maneira como algumas noções sobre diferenças culturais se estabeleceram, o que colocou comunidades inteiras no limite do genocídio. Há uma grande sincronia entre regimes autoritários e modelos de subjetividade vinculados a noções coloniais de raça, de gênero, de sexo etc. Se formos analisar os mitos culturais das ditaduras latino-americanas, frequentemente podemos encontrar exercícios de eliminação das diferenças em função de uma narrativa unificadora que não faz nada além de ordenar de maneira colonial qual é o horizonte que os indivíduos devem aspirar.

Tenho uma gravação de uma canção que a ditadura argentina passava na televisão, no final dos anos setenta. A canção dizia em uma parte, falando do povo argentino: "povo, povo, povo, refúgio de imigrantes que foram os responsáveis por uma raça melhor." Bem, não há necessidade de qualquer astúcia analítica para saber que a melhor raça, citada nesta famosa "mistura", era a europeia, branca

(o máximo possível) etc. Essa forma de pensar sobre este assunto encontrou-se ecoando claramente nos tempos da organização do estado, posterior às independências, no século XIX. Talvez haja outra dimensão mais complexa e em muitos casos, por exemplo, os inimigos

“

Acredito que a melhor contribuição destas noções, categorizações e afins é a de somarem-se ao diálogo em uma posição de escuta

ideológicos das ditaduras foram tratados como uma população que tinha os mesmos atributos de uma população racializada. Sobre esta temática, falta muito a fazer, mas sim, tenho poucas dúvidas sobre esta relação.

IHU On-Line - Gostaria que analisasse a consolidação dos direitos humanos na América Latina e os processos de descolonização no campo teórico-prático.

Alejandro De Oto - Sobre esse assunto, não guardo mais do que impressões. O que posso dizer não passa do nível de um leitor de certos jornais e de prestar atenção a certos processos sociais. O que eu realmente acredito é que a linguagem da descolonização está presente em diferentes coletivos e demonstra sua capacidade de dar conta, não de representar, mas de ser articulada com práticas concretas. Eu não sei, no caso da Argentina, escuto frequentemente esta linguagem da descolonização em coletivos de mulheres que lutam por direitos (não digo "seus" direitos, pois não são direitos apenas delas, são de todos e de todas). Eu tenho um grande grupo de colegas que fazem pesquisa social e militam em organizações feministas que naturalizaram a relação entre a descolonização, a crítica dos modelos patriarcais e padrões heteronormativos. ■

LEIA MAIS...

- *Interculturalidades no Sul Global. Descolonização, Direitos Culturais e Política em debate.* Revista IHU On-Line nº 459, de 17-11-2014, disponível em <http://bit.ly/1Z9LH9t>
- *O pós-colonialismo e a fé cristã. Desafios.* Entrevista especial com Diarmuid O’Murchu publicada na revista IHU On-Line, nº 450, de 11-08-2014, disponível em <http://bit.ly/22oOuko>
- *A experiência de um Deus único e multifacetado no pós-colonialismo.* Entrevista especial com Emmanuel Lartey publicada na revista IHU On-Line, nº 438, de 24-03-2014, disponível em <http://bit.ly/1S8lW6m>
- *Pós-colonialismo e pensamento descolonial. A construção de um mundo plural.* Revista IHU On-Line nº 431, de 04-11-2013, disponível em <http://bit.ly/1TU8eHG>
- *As dores do pós-colonialismo.* Artigo de Boaventura de Sousa Santos reproduzida nas **Notícias do Dia**, de 22-08-2006, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1R3o9B3>



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br



unisinos.br/blogs/ihu



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

IHU ON-LINE



INSTITUT
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Tema de Capa

Nem fumacê, nem larvicida químico. Coragem e saneamento contra o mosquito

Fernando Carneiro entende como equivocada a política de saúde pública apoiada no uso de venenos no combate ao *Aedes aegypti*. Para ele, é preciso encarar o desafio do saneamento ambiental no Brasil

Por Leslie Chaves | Edição João Vitor Santos

A política de saúde pública no Brasil quer matar o *Aedes aegypti* com bala de canhão. É com essa metáfora que Fernando Carneiro, biólogo, pesquisador e diretor da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz no Ceará, evidencia os equívocos dos Programas Nacionais de controle do vetor. Para ele, o uso de venenos, seja nos fumacês ou na aplicação de larvicidas químicos, representa um modelo fracassado. “Em que se baseia esse fracasso? Baseia-se na constatação de que vivemos, nos últimos anos, uma sequência de grandes epidemias que assolam nossos estados. Não se está conseguindo controlar o mosquito em função dos métodos que estão sendo preconizados”, argumenta.

O pesquisador entende que a arma é outra: investimento em saneamento ambiental, um debate que, por falta de coragem política no Brasil, é negligenciado há anos. “Sempre que tocamos nesse ponto, as pessoas alegam que no momento é uma questão de emergência. O tema do saneamento é sempre colocado em segundo plano porque lidamos com o ‘curtoprazismo’ da emergência”, avalia. E ainda dispara: “estamos sempre apagando incêndio de uma epidemia, e o saneamento acaba sendo tratado como algo de médio a longo prazo. Assim, o saneamento está, há 30 anos, para depois”.

Na entrevista a seguir, concedida por telefone à IHU On-Line, Carneiro ainda alerta que a insistência no uso de venenos está deixando o mosquito resistente, levando as autoridades a usar químicos cada vez mais perigosos para a saúde pública. Além disso, o uso dessas substâncias está envolto numa série de dúvidas sobre os efeitos colaterais em humanos e no ambiente.

“É que faltam estudos científicos de longo prazo, frente a uma nova situação, de interações e impactos na saúde que esse produto possa estar causando”, explica.

Fernando Carneiro possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, especialização em Vigilância em Saúde Ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mestrado em Saúde Ambiental pelo Instituto Nacional de Salud Pública de México, doutorado em Epidemiologia pela UFMG e pós-doutorado em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra - Portugal. Possui experiência na área de Saúde Coletiva. Foi consultor do Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde e servidor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Coordenou a área de Epidemiologia Ambiental da Secretaria de Saúde de Minas Gerais e atuou como Coordenador Geral de Vigilância em Saúde Ambiental do Ministério da Saúde; foi professor e chefe do Departamento de Saúde Coletiva da UnB. Atualmente é Pesquisador e Diretor da Fiocruz Ceará. É professor colaborador do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da UnB. É credenciado aos Programas de Mestrado em Trabalho, Ambiente e Movimentos Sociais da ENSP/FIOCRUZ; Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva da UnB e do Mestrado em Saúde da Família da Fiocruz Ceará. Participa do GT de Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva- ABRASCO. Coordena o Observatório da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas - Teia de saberes e práticas.

Confira a entrevista.



Sobre o uso do fumacê: para que ele seja efetivo, a gotícula tem que entrar em contato com a forma alada do mosquito

IHU On-Line - De que forma avalia a política brasileira de enfrentamento das doenças vetoriais?

Fernando Carneiro - Após esses 30 anos de combate sistemático ao *Aedes*, a constatação é de que temos fracassado no modelo preconizado pelo Ministério da Saúde. Em que se baseia esse fracasso? Baseia-se na constatação de que vivemos, nos últimos anos, um sequência de grandes epidemias que assolam nossos estados. Hoje, talvez a metáfora mais ilustrativa é “enxugar o gelo”. O combate fica parecendo isso, pois não se consegue controlar o mosquito em função dos métodos que estão sendo preconizados, haja vista o quadro epidemiológico atual.

Além de não controlar a Dengue, temos hoje novas epidemias, como Zika e Chikungunya, muito mais graves pelo aspecto crônico - pois na Chikungunya a pessoa pode ficar até um ano com os sintomas e no caso do Zika ainda não existe uma comprovação científica robusta. Porém a cada dia há mais evidências que vão se somando e fortalecendo a associação entre a presença de Zika com os casos de microcefalia.

Isso é uma verdadeira tragédia sanitária, assim como foi no início da epidemia de AIDS, quando não tínhamos muitas evidências e não sabíamos da gravidade do que estava acontecendo. Ou seja, hoje estamos vivenciando isso com a re-

lação entre Zika e microcefalia em bebês. Não sabemos o mecanismo, mas na maioria dos casos de microcefalia estamos encontrando o vírus da Zika no líquido amniótico, nos tecidos cerebrais.

Impacto demográfico

Imagine isso numa escala de país continental como o Brasil, com 200 milhões de habitantes. Podemos ter, inclusive, uma queda na curva de natalidade, com impacto demográfico, já que a falta de informações tem feito com que muitos casais adiem a gravidez. Até porque medidas cautelares para evitar ser picado pelo inseto, como uso de repelentes e, no caso das grávidas, evitando aglomerações, são muitas vezes difíceis de serem tomadas. Como fazer quando uma grávida tem que pegar um metrô ou um ônibus, por exemplo?

Princípio da precaução

A Fundação Oswaldo Cruz - Fio-cruz encontrou atividade do vírus na saliva, por exemplo. É claro que, até fazer a ponte entre a atividade do vírus e a possibilidade de que ele sobreviva aos líquidos do estômago ou possa ser absorvido pelas vias aéreas, fechando um ciclo de transmissão, ainda há muito a ser feito em termos de pesquisas. Há um mundo de possibilidades e, nesse momento, o que nós estamos recomendando é o princípio da precaução. Quando não se tem total evidência científica sobre

um tema, mas em que há risco à saúde, deve-se usar o princípio da precaução.

Há toda uma conjuntura em volta dessa epidemia de Zika que traz novos elementos. São dois cenários: 1) temos algo que vem de décadas, um modelo já falido de controle de um vetor; e 2) temos, agora, um novo cenário, de uma doença que se utiliza do mesmo vetor e que exige medidas cautelares imediatas, mas temos mais perguntas do que respostas.

Atacando criadouros

Há algo central, independentemente de Dengue ou Zika: é consenso, ao menos em estratégia de controle, mas pouco efetivado em termos de políticas públicas, que é necessário o controle efetivo dos criadouros do *Aedes*. Historicamente, uma grande estratégia de controle efetivo dos criadouros é a de boas ações de políticas urbanas, como o saneamento ambiental. Isso estava em vários planos de erradicação da Dengue desde o final da década de 1980.

Entretanto, essa ação foi sistematicamente minimizada na prática nos planos de controle em função de custos, decisões políticas equivocadas, e sempre foi privilegiado o controle químico com o uso de venenos para controle do *Aedes*. É uma lógica muito mais fácil a de comprar veneno do que fazer obra de saneamento. Além do mais, fica tudo dentro do setor da saúde. O saneamento exige articulação extramuros, o desafio da intersetorialidade...

IHU On-Line - Por que essas estratégias de combate ao vetor utilizando a aplicação de larvicidas químicos na água e o fumacê¹ continuam, apesar dos perigos e insucessos?

¹ **Fumacê:** técnica de combate de pragas urbanas, como o mosquito da dengue, a partir da pulverização de inseticidas ao ar livre. (Nota da **IHU On-Line**)

Fernando Carneiro - Essas estratégias se diferenciam de acordo com as situações geográficas do país. Os larvicidas são mais utilizados na região Nordeste, onde há mais reservação de água e menos saneamento. E, ainda, é utilizado em água potável. Falando agora como membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco, onde faço parte do GT de Saúde e Ambiente, já fizemos até uma nota técnica sobre esse uso de larvicida em água potável², que gerou uma decisão corajosa do Secretário de Estado de Saúde do Rio Grande do Sul de suspender o uso desse produto na água.

Para Abrasco, a água potável não é para se colocar veneno, é para se resguardar e cuidar! É claro que há uma distância enorme a dizer que nós estamos afirmando que os larvicidas causam microcefalia. Não dissemos isso, e sim que a água potável deve ser resguardada, cuidada. Muitas vezes se colocam doses de larvicida maiores do que o recomendável e isso pode gerar riscos à saúde, mas não temos, até o presente momento, evidências de que dano pode ser causado.

Fumacês

Sobre o uso do fumacê: para que ele seja efetivo, já que é um aerossol e faz aquela nuvem de veneno, a gotícula desse aerossol tem que entrar em contato com a forma alada do mosquito para matá-lo. Veja como essa possibilidade é muito pequena na medida em que o mosquito é muito adaptado ao ecossistema urbano, pois não é à toa que conquistou as cidades e sabe se alojar em múltiplos esconderijos.

E o que é pior: com anos e décadas de usos intensivos dos fumacês, o mosquito foi ficando

2 A Nota Técnica da Abrasco foi reproduzida nas Notícias do Dia do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU. Acesse em <http://bit.ly/1XeUkOi>. (Nota da **IHU On-Line**)

resistente ao veneno. Isso está obrigando o Ministério da Saúde a usar o Malathion³, um organofosforado que atinge o sistema nervoso central e é considerado pela Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer - IARC⁴ um provável carcinógeno⁵ humano. E veja que, com tudo isso, o governo continua querendo matar o mosquito com bala de canhão e, agora, ainda quer banhar as grandes metrópoles brasileiras com um provável

“
Com anos e décadas de usos intensivos dos fumacês, o mosquito foi ficando resistente ao veneno

carcinógeno humano. Isso é muito grave! Essa substância está liberada para uso e é encontrada em todo o país. E ainda, para ajudar... Deputados Federais ligados ao agronegócio estão propondo o

3 **Malathion** (Malation em português brasileiro ou malatião em português europeu): é um inseticida inibidor da acetilcolinesterase que não existe naturalmente. Em estado puro é um líquido incolor. O malation de qualidade técnica, que contém mais de 90% de malation e impurezas num solvente, é um líquido pardo amarelado que possui um odor forte. Requer assessoria profissional, se se usar para matar insetos em explorações agrícolas e em jardins, para tratar piolhos na cabeça de seres humanos e para tratar pulgas em animais domésticos. Usa-se também para matar mosquitos e a mosca da fruta em extensas áreas ao ar livre. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Agência Internacional de Pesquisa em Câncer**: mais conhecida por suas siglas IARC, do inglês International Agency for Research on Cancer e CIRC, em francês. É uma agência intergovernamental que forma parte da Organização Mundial da Saúde das Nações Unidas. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Carcinógeno**: também chamado de cancerígeno ou carcinogênico, é a qualidade daquilo capaz de provocar ou estimular o aparecimento de carcinomas ou câncer em um organismo. (Nota da **IHU On-Line**)

uso de aviões para pulverizar esse veneno sobre as cidades.

IHU On-Line - Quais são os venenos mais utilizados como larvicidas e nos fumacês? **Fernando Carneiro** - Hoje, em função da resistência, os piretroides⁶ estão sendo trocados pelo Malathion, que é esse organofosforado que referi e que recentemente foi classificado como provável carcinógeno humano. Isso no que diz respeito ao fumacê. Como larvicida, explicamos muito bem na nota da Abrasco, está sendo usado Pyriproxyfen⁷. O mecanismo de ação dele causa uma má-formação da genitália do inseto, no sistema reprodutivo dele.

IHU On-Line - Quais são as populações mais atingidas por esta política de usos desses venenos? Em que implica isso?

Fernando Carneiro - Quero demarcar uma questão que considere central: o saneamento. Sempre que tocamos nesse ponto, as pessoas alegam que no momento é uma questão de emergência. O tema do saneamento é sempre colocado em segundo plano porque sempre lidamos com o “curtoprazismo” da emergência. Estamos sempre apagando incêndio de uma epidemia e o saneamento acaba sendo tratado

6 **Piretroide**: composto químico sintético similar às substâncias naturais piretrinas produzidas pelas flores do “gênero” Pyrethrum (*Chrysanthemum cinerariaefolium* e *C. coccineum*). Piretróides são comuns em produtos comerciais tais como inseticidas domésticos e repelentes para insetos. São usualmente decompostos pela luz do Sol e atmosfera em um a dois dias, e não tem efeito sobre a qualidade da água de subsolo. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Pyriproxyfen**: é um pesticida baseado na piridina e efetivo contra diversos artrópodes. Fabricado pelas empresas Sumitomo Chemical Co., Ltd., Syngenta e BePharm Ltd., nos Estados Unidos, é vendido sob o nome comercial Nylar; na Europa, sob os nomes de Cyclo (Virbac) e Exil Flea Free TwinSpot (Emax). No Brasil, o produto é comercializado com nome de Tiger 100 CE, sendo usado para proteger plantações de algodão, entre muitas outras, contra moscas da família Aleyrodidae e outros insetos sugadores. (Nota da **IHU On-Line**)

como algo de médio a longo prazo. Assim, o saneamento está, há 30 anos, para depois.

Nesse quesito, foi muito importante a Campanha da Fraternidade deste ano⁸, promovida pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, que tem o foco na questão do saneamento. Essa é a grande solução, e também a mais perene, para eliminar os vetores.

As autoridades dizem que os vetores estão muito associados à questão domiciliar - do acúmulo de água parada dentro de casa. Sim, mas veja, por exemplo, a região Nordeste. É lá que se inicia a epidemia e é também lá que se concentram 70% dos casos de microcefalia, onde as pessoas estão abaixo da linha de pobreza. Pessoas que estão no centro da epidemia de microcefalia no Nordeste estão em áreas sem saneamento, em que há dificuldade de acesso ao Sistema Único de Saúde - SUS, e há pessoas que talvez estejam com baixa capacidade imunológica.

Associação com fatores sociais

Claro que são as primeiras informações e é importante esclarecer que estão sendo realizados estudos epidemiológicos para que esses dados sejam mais bem avaliados. E as primeiras informações vão chegando no momento em que estamos combatendo a epidemia; é como se trocássemos um pneu com o carro andando. Ainda assim, isso nos dá algumas pistas de que essa virulência de Zika no Brasil pode estar associada não só a uma tipologia diferente do vírus, como a Fiocruz está investigando, mas

8 A Campanha da Fraternidade 2016 tem o tema "Casa Comum Nossa Responsabilidade" e o objetivo principal é chamar a atenção para a questão do saneamento básico no Brasil e sua importância para o desenvolvimento, a saúde integral e a qualidade de vida para todos. O sítio do IHU publicou uma série de matérias acerca do tema da campanha. Confira em <http://bit.ly/1pzhwMz>. (Nota da IHU On-Line)

também talvez a outros fatores associados. E aí, sim, temos coisas a serem descobertas do ponto de vista científico, que possam estar tornando esses vírus com uma capacidade agressiva maior. Pode estar associado a esses determinantes sociais.

“

O tema do saneamento é sempre colocado em segundo plano porque sempre lidamos com o 'curtoprazismo' da emergência

Parece que a falta de saneamento dá pistas importantes, pois a ação política não protege as pessoas. Quando você não tem saneamento, precisa armazenar água para uso doméstico, e é aí que se acumula água e se tem um reservatório como criadouro em potencial. E, cada vez mais, onde não existe saneamento, onde há esgoto a céu aberto, falta de água e lixo descoberto, percebe-se que o *Aedes* está cada vez menos exigente. Não está mais atrás somente daquela água limpinha; o mosquito está se adaptando a coleções de águas diferentes também. Assim, a falta de saneamento combina muito com essa proliferação do mosquito no Brasil.

Por isso considero o saneamento básico uma política central, embora, quando ouvimos os discursos desses líderes políticos, vemos que destacam que não vão conseguir cumprir metas. O curioso é que, quando o Brasil se propõe a construir estádios para Copa do Mundo e Olimpíadas, consegue cumprir as metas. Agora, quando é para garantir saneamento e sal-

var vidas, não consegue cumprir metas. Tem algo errado aí. Está na hora de o saneamento virar prioridade.

IHU On-Line - O uso de produtos químicos para combater o mosquito *Aedes aegypti* pode ter algum reflexo no sistema imunológico das pessoas?

Fernando Carneiro - Isso merece ser investigado. A associação do uso intenso de larvicidas e se isso aumenta o poder dessa substância pela relação cruzada com outras substâncias é hoje uma pergunta de pesquisa. Não posso afirmar se isso potencializa ou não o que está acontecendo, por exemplo, aqui no Nordeste.

IHU On-Line - Como é feita a regulamentação dos produtos químicos que são permitidos no combate às doenças zoonóticas?

Fernando Carneiro - A Abrasco publicou um Dossiê⁹ sobre usos de agrotóxicos, onde inclusive eu fui um dos organizadores. A novidade é que estamos elaborando a continuidade desse dossiê, que é a quinta parte. Para nós que somos da saúde pública, talvez seja uma das partes mais difíceis do Dossiê. É como na metáfora "em casa de ferreiro, o espeto é de pau", pois o Dossiê Abrasco Parte 5 trata dos venenos da saúde pública. Para nós, seria muito mais fácil falar dos venenos da agricultura, pois é outro setor, e criticar outro setor é mais fácil. Agora, criticar nossos próprios colegas é muito mais complexo. Só essa nota técnica que lançamos já gerou inúmeras confusões. Essa nota, inclusive, já é uma peça do Dossiê Parte 5.

9 O Dossiê Abrasco - um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde (2015) está disponível em <http://bit.ly/1R9fn6A>. O volume também foi lançado durante seminário promovido pelo Instituto **Humanitas Unisinos** - IHU e PPG em Saúde Coletiva da Unisinos. Confira notícias sobre o lançamento em <http://bit.ly/1UVlxH6>. (Nota da IHU On-Line)

O rito de avaliação dos agrotóxicos para a saúde pública é muito menos criterioso do que para a agricultura no território nacional. Na agricultura, passa por três órgãos: o Ibama trata da ecotoxicologia; a Agricultura (departamentos do Ministério), da eficiência agrônômica; e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa analisa a toxicologia. Quando é para saúde pública - e não para agricultura -, já Ibama e Agricultura não opinam. E a Anvisa não tem muito poder direto porque o próprio Ministério da Saúde, que é o interessado, segue o que a Organização Mundial da Saúde - OMS determina. Se um comitê técnico específico da OMS diz que é para usar, o Brasil usa. Não há uma análise criteriosa de nosso país, é basicamente só o que o comitê da OMS recomenda. É um rito mais sumário.

Pulverização aérea

A sociedade tem que estar vigilante. O deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, está propondo o uso de pulverização aérea de agrotóxico nas grandes cidades para combater o *Aedes*. Existe um projeto de lei nesse sentido. É radicalizar o modelo do agronegócio para combater o *Aedes*.

IHU On-Line - Notas técnicas têm sido elaboradas pela Abrasco a respeito da gravidade dos problemas advindos pelas políticas de enfrentamento às doenças vetoriais no Brasil. De que forma estão sendo recebidos esses documentos pela sociedade e pelas autoridades?

Fernando Carneiro - Sobre a nota técnica da Abrasco, ficamos muito felizes com a reação do secretário de Saúde do Rio Grande do Sul¹⁰, João Gabarudo dos Reis,

¹⁰ Nas Notícias do Dia, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, foram reproduzidas diversas notícias sobre o tema. Entre elas "Entidade diz ter sido mal-interpretada e não ver ligação entre microcefalia e larvi-

porque, baseado na nota, suspendeu o uso do larvicida Pyriproxifen na água potável. Usando essa nota como referência, questionou todo o Ministério da Saúde. Foi uma decisão corajosa e que gerou todo um impacto nacional e internacional. Inclusive, há toda uma aproximação do grupo de GTs da Abrasco que assinaram a nota técnica com o secretário e o Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Saúde - CONASS, na perspectiva de criar zonas de diálogo e aproximações técnicas.

Estamos tentando organizar, também, chamadas de revistas científicas para colher experiências de controle do *Aedes* sem o uso de venenos. É papel nosso enquanto academia reunir não só artigos

“

Quando você não tem saneamento, precisa armazenar água para uso doméstico, e é aí que se acumula água e se tem um reservatório como criadouro em potencial

científicos, mas também experiências que já existem em municípios e que, às vezes, ficam escondidas. Além do não uso de venenos, são experiências de integração de vigilâncias de atenção básica, educação popular como referência e participação social e popular, entre outras. É interessante estimular essas experiências que já es-

cida”, publicada em 18-02-2016, disponível em <http://bit.ly/1UVmLIN>. (Nota da **IHU On-Line**)

tão acontecendo num movimento propositivo que vem de baixo para cima.

IHU On-Line - Gostaria de detalhar um pouco mais essa polêmica quanto ao uso do larvicida Pyriproxifen, quando se aventou a possibilidade de estar relacionado aos casos de microcefalia? No Rio Grande do Sul, como o senhor mesmo já destacou, em função dessa possibilidade foi proibida a aplicação deste químico. De que forma avalia essa questão?

Fernando Carneiro - A decisão do Rio Grande do Sul foi acertada, por três grandes aspectos. 1º) Água potável é para ser resguardada, não é lugar para se colocar veneno. 2º) Como o Rio Grande do Sul é um estado com alto índice de saneamento, tecnicamente já não se justificava a utilização desse larvicida na água. Era uma medida desnecessária se compararmos com estados em que a reservação alternativa - por falta de saneamento - é muito alta. 3º) O secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, João Gabarudo dos Reis, é o presidente do Conass, o que faz com que ele também seja uma liderança nacional. E por isso ele fez do tema algo nacional e internacional, liderando também uma nova abordagem e pode, a partir do Rio Grande do Sul, pela preocupação e pela dúvida que levanta, ser um exemplo para inspirar outras iniciativas. O primeiro aspecto é importante, mas o segundo ainda reforça o primeiro, e o terceiro é extremamente estratégico.

IHU On-Line - Mas ainda não é possível relacionar o uso desse produto com a microcefalia?

Fernando Carneiro - Não temos qualquer indicação científica, até o momento, nessa direção.

IHU On-Line - Então, a relação entre microcefalia e o Pyriproxyfen está descartada até então?

Fernando Carneiro - Veja bem: eu não concordo com essa outra afirmação. Não usaria a palavra "descartada". São duas coisas diferentes. Uma coisa é dizer que não há evidências científicas de que o larvicida causa microcefalia; mas, também, não tenho a evidência científica que comprove que ele não cause. É que faltam estudos científicos de longo prazo, frente a uma nova situação, de interação que esse produto possa estar causando. Hoje, digo que a atitude do Rio Grande do Sul é uma atitude do princípio da precaução, e nós da Abrasco entendemos que seria a atitude mais adequada a se tomar no Brasil.

Quando há dúvida científica, a cautela é o melhor caminho. É muito parecido com a questão dos transgênicos, podemos fazer essa analogia. Hoje, não se pode dizer com toda certeza que os transgênicos não causam câncer, mas também não podemos dizer o contrário. As evidências são controversas: estudos dizem que causaram câncer em ratos e outros dizem que não. Na dúvida, a Europa entrou em moratória.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Fernando Carneiro - Para romper com 30 anos de um modelo em que hoje se constata um fracasso é preciso reinventá-lo. E para reinventar esse modelo é preciso ter

“

Para nós, seria muito mais fácil falar dos venenos da agricultura. Criticar nossos próprios colegas é muito mais complexo

coragem de fazer o que não foi feito nos últimos 30 anos. E o saneamento é uma dessas questões. Não dá para não priorizar o saneamento. Vão dizer que há crise econômica, que são ações de médio prazo, mas temos que enfrentar isso.

Também gostaria de destacar algumas iniciativas. Estamos conhecendo a experiência do município de Pedra Branca, no Ceará, dentro

de uma estratégia da Fiocruz Ceará em parceria com Abrasco, muito exitosa no controle da Dengue. Há praticamente 15 anos não existem casos de Dengue nesse município. Eles já não usam produtos químicos, nem fumacê, nem larvicida químico, e tem toda uma mobilização social envolvida, um trabalho com enfoque ecossistêmico a partir dos focos do *Aedes*, numa integração com a vigilância em saúde e atenção básica. Nossa intenção é aplicar essa experiência de Pedra Branca em outro município, Tauá, que está numa situação bem crítica. A cidade fica numa das áreas mais secas do Ceará e está com 15% de infestação nas residências.

A outra iniciativa que quero destacar é a nota técnica que estamos elaborando. O objetivo é reunir iniciativas bem sucedidas de controle do mosquito sem o uso de veneno pelo mundo, com abordagens participativas, integradas e intersetoriais. Essa nota deve estar pronta até o final do mês. É mais uma iniciativa da Fiocruz com apoio da Abrasco, também, a criação de um fórum de ciência e tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável. A ideia é disponibilizar esse tipo de ferramenta para os municípios. ■

LEIA MAIS...

- *Agrotóxicos: uma conta alta que a sociedade ainda não se conscientizou de que pagar.* Entrevista especial com Fernando Carneiro, publicada nas **Notícias do Dia**, de 23-08-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/225KwJU>.
- *Agrotóxicos e agroecologia. Uma questão técnica? Não! Paradigmas diferentes em disputa.* Entrevista especial com Fernando Carneiro, publicada nas **Notícias do Dia**, de 10-02-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1QGCh1P>.
- *Dossiê Abrasco: o grito contra o silêncio opressivo do agronegócio.* Entrevista especial com Fernando Carneiro, publicada nas **Notícias do Dia**, de 06-05-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1pzjLQc>.
- *Agroecologia. Uma proposta para reduzir os agrotóxicos.* Entrevista especial com Fernando Carneiro, publicada nas **Notícias do Dia**, de 26-09-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1LTMLfn>.

Vontade política e articulação intersetorial no enfrentamento das epidemias

Para o médico Ary Carvalho de Miranda, o Brasil precisa assumir que vive uma grave crise de saúde pública e priorizar a melhoria ampla da qualidade de vida da população

Por Leslie Chaves

A pesar de parecer óbvio que a garantia de condições dignas de vida assegura o bem-estar e a saúde coletiva de uma população, uma análise superficial do contexto social brasileiro evidencia que essa não é uma questão premente para os gestores do país. A omissão quanto a essas demandas faz parte do cotidiano; no entanto, em situações urgentes como a epidemia das doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, os problemas se potencializam e tornam-se ainda mais explícitos.

Para o médico e pesquisador Ary Carvalho de Miranda, a ponta do iceberg é a precariedade do sistema público de saúde, que acaba aparando os efeitos da situação insalubre em que vive parte significativa dos brasileiros. “Nesse momento de explosão epidêmica, principalmente no caso das infecções pelo vírus da Zika, que geram uma série de consequências complexas, fica clara a precariedade da estrutura do sistema de saúde público para enfrentar esses problemas. Mas será que vamos pensar nisso só quando estoura uma epidemia? São questões importantes que devem ser colocadas permanentemente em debate”, ressalta, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**.

Segundo o pesquisador, o reconhecimento da gravidade do cenário atual, através da tomada de “decisões políti-

cas claras”, e a priorização da saúde, pela promoção do saneamento básico a partir da coalizão de diferentes setores e pela chamada habitação saudável são os caminhos mais efetivos para o enfrentamento das doenças zoonóticas. “Quando falo em saneamento básico, ou seja, provisão de rede encanada de água tratada adequadamente, sistema de esgoto, coleta de lixo regular, isso não é feito pelo sistema de saúde, mas a existência e as condições desses serviços refletem nas condições de saúde pública. Então é preciso articular um conjunto de conhecimentos que estão no campo da saúde pública, da engenharia etc., para oferecer uma resposta mais estruturada e eficaz”, analisa.

Ary Carvalho de Miranda é graduado em Medicina pela Universidade Federal Fluminense - UFF, especialista em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, mestre em Saúde Pública e doutor em Ciências, todos cursados na Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, instituição onde também é pesquisador. É professor no curso de mestrado em Saúde do Trabalhador do Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana - CESTEH da Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP. Também integra o Grupo Temático Saúde e Ambiente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - De que maneira o senhor avalia a forma como o Ministério da Saúde gerencia os sistemas de saúde pública em relação ao controle de doenças vectoriais no país?

Ary Carvalho de Miranda - Esse debate está mais em voga agora em função da epidemia do vírus da Zika e da tragédia da microcefalia no Brasil. No entanto, se fizermos um resgate histórico de como o país tem implementado tentativas de enfrentamento e de controle do *Aedes aegypti*, saberemos que o mosquito chegou a ser erradicado, na época em que era o principal vetor da febre amarela no início do século, e mais tarde foi reintroduzido, por volta de 1976, quando começaram a aparecer alguns casos esparsos de Dengue. Já em 1981 tivemos a primeira epidemia em Boa Vista, Roraima, com aproximadamente 12 mil casos da doença. Em 1986 houve uma explosão epidêmica no Rio de Janeiro, com mais de 500 mil infectados.

Desde então, a estratégia fundamental que tem sido utilizada na tentativa de controle do vetor é a pulverização química, ou seja, centrada na eliminação do mosquito, o que alguns têm chamado de estratégia "mosquitocêntrica". Agora recentemente, em torno da epidemia do vírus da Zika, o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, está mobilizando as forças armadas, os bombeiros e outras instituições na tentativa de enfrentamento mais agudo do problema.

Desde antes dos anos 1980, a estratégia de combate tem sido a mesma: a utilização de veneno com o objetivo de controlar o principal vetor da Dengue, mais recentemente de Chikungunya e do vírus da Zika, e ainda sabemos que esse mesmo mosquito tem a capacidade de transmitir um conjunto de outras viroses que ainda não são conhecidas. Se durante mais de 40 anos a estratégia da saúde pública tem sido a pulverização de veneno e cada vez mais as epidemias se sustentam, pois, por exemplo, só no ano de 2015 tivemos 1 milhão e 640 mil casos de Dengue com 863

óbitos, esses dados por si só já denunciam a falência dessa proposta que coloca a centralidade no mosquito e também nas larvas, a partir do uso de larvicidas.

Outro grande problema é a resistência que esses insetos vêm desenvolvendo aos venenos. A ciência já tem larga experiência na comprovação dessa questão que envolve os processos de utilização de substâncias químicas. Quando é utilizado, por exemplo, um fumacê¹ é possível matar os mosquitos que estão submetidos à ação do produto naquele momento, mas há uma quantidade de outros mosquitos que ficam resistentes a esse veneno. Essa resistência geneticamente vai sendo repassada para gerações subsequentes do inseto. Esse dado é importante porque ao longo dessas mais de quatro décadas vem sendo mudado o tipo de inseticida utilizado porque os mosquitos estão se tornando resistentes. Trata-se de mais um componente da ineficácia dessas medidas.

Dos cinco inseticidas aprovados pela Organização Mundial da Saúde - OMS e que têm sido usados pelo Ministério da Saúde, o *Aedes aegypti* já é resistente a quatro deles. Em função disso, desde 2014 está sendo usado o Malathion², um agrotóxico organofosforado considerado pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC na sigla em inglês) como um produto potencialmente cancerígeno, além de ter um potencial neurotóxico. Mesmo diante dessas informações, o Brasil tem repetido reiterada-

¹ **Fumacê:** técnica de combate de pragas urbanas, como o mosquito *Aedes aegypti*, a partir da pulverização de inseticidas ao ar livre. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Malathion** (Malation em português brasileiro ou malatião em português europeu): é um inseticida inibidor da acetilcolinesterase que não existe naturalmente. Em estado puro é um líquido incolor. O Malathion de qualidade técnica, que contém mais de 90% de Malathion e impurezas num solvente, é um líquido pardo amarelado que possui um odor forte. Requer assessoria profissional, se se usar para matar insetos em explorações agrícolas e em jardins, para tratar piolhos na cabeça de seres humanos e para tratar pulgas em animais domésticos. Usa-se também para matar mosquitos e a mosca da fruta em extensas áreas ao ar livre. (Nota da **IHU On-Line**)

mente esse processo de utilização de substâncias químicas.

A importância do saneamento básico

As grandes concentrações de criadouros de mosquitos são observadas onde as pessoas precisam armazenar água. No Nordeste e nas periferias das grandes cidades em todo o país isso é muito comum porque não existe abastecimento regular de água. Além disso, onde não há coleta periódica de lixo, propiciando um acúmulo enorme de resíduos que hoje reúnem materiais como garrafas PET, copos plásticos etc., também é favorecida a acumulação de água. Ou seja, é o saneamento básico a estratégia fundamental que nós teríamos que desenvolver para poder enfrentar a questão das epidemias relacionadas ao vetor *Aedes aegypti*. Entretanto, o saneamento é sempre subestimado ou esquecido. Por outro lado, o uso de fumacê na rua dá uma falsa impressão nas pessoas de que o Estado está fazendo alguma coisa. Porém, além de não ter eficácia, na verdade significa um fator de risco para a população.

Eu friso isso porque não é possível que o país reincida na mesma estratégia de mais de 40 anos e ao mesmo tempo continue passando por sucessivas epidemias veiculadas por esse mesmo vetor e agora com novas e preocupantes doenças, como o vírus da Zika. Essa é uma questão central que nós devemos observar e buscar formas de trabalhar em outras perspectivas. Ou repensamos a estrutura de controle do mosquito vetor, ou vamos continuar reproduzindo esses processos que não trazem nenhuma eficácia, custam uma fortuna, colocam em risco a saúde da população, contaminam o ambiente e não resultam em resposta positiva.

No caso específico da adição de larvicidas na água potável, conforme preconizam as instruções do Ministério da Saúde, é importante ressaltar que o risco pode ser ainda mais direto, pois se colocam venenos na água potável, isto é,

na água que as pessoas vão beber. Questiona-se esse critério que tem definido o que é água potável, pois se há larvas essa água já não está mais própria para consumo humano e se é adicionado larvicida, como o Pyriproxyfen³, que tem sido usado ultimamente, a potabilidade também fica comprometida.

Além disso, há outros problemas, como a quantidade de concentração da substância química a ser colocada em um recipiente, seja uma cisterna, um poço ou caixa d'água. Muitas vezes a quantidade de químico a ser adicionado é calculada a partir da capacidade total de volume do recipiente e não de acordo com a quantidade de líquido que há dentro desse reservatório no momento da adição do produto. A consequência é que, nessa lógica, quando há recipientes com pouca quantidade de água, a concentração de Pyriproxyfen torna-se muito maior.

IHU On-Line - Pensando no âmbito da saúde coletiva, quais medidas poderiam ser mais efetivas no enfrentamento das doenças zoonóticas no Brasil?

Ary Carvalho de Miranda - O fundamental é assumir que precisamos ter saneamento básico. Por que as pessoas ainda armazenam água? Em muitos lugares do Nordeste e nas periferias dos grandes centros urbanos de outras regiões do país, infelizmente, não há água encanada e quando há, em diversos locais o abastecimento é irregular, fazendo com que as pessoas tenham que armazenar água e, muitas vezes, o fazem de modo incorreto. Outra grande questão são os esgotos a céu aberto, comuns em algumas áreas de grandes centros

³ **Pyriproxyfen**: é um pesticida baseado na piridina e efetivo contra diversos artrópodes. Fabricado pelas empresas Sumitomo Chemical, Syngenta e BePharm Ltd., nos Estados Unidos, é vendido sob o nome comercial Nylar; na Europa, sob os nomes de Cyclo (Virbac) e Exil Flea Free TwinSpot (Emax). No Brasil, o produto é comercializado com nome de Tiger 100 CE, sendo usado para proteger plantações de algodão, entre outras, contra moscas da família *Aleyrodidae* e outros insetos sugadores. (Nota da **IHU On-Line**)

urbanos, como as favelas. Só no Rio de Janeiro há mais de um milhão e meio de moradores em favelas, o que já nos dá uma ideia da magnitude deste problema. Situação que se agrava pela impressionante capacidade de adaptação do *Aedes aegypti* nas cidades. Antes o mosquito só se reproduzia em água limpa, mas hoje também já está comprovado que ele é capaz de se desenvolver em água suja.

Onde há acúmulo de lixo, há acúmulo de água; onde há necessidade de armazenamento de água, há um potencial criadouro do mosquito; e com a adaptação dos mosquitos às adversidades do meio urbano, o esgoto não canalizado também se torna um foco para a reprodução deste inseto.

Por isso repito que a questão central é o saneamento básico. Ou enfrentamos esse problema definitivamente, ou ainda vamos amargar mais um bom tempo de propagação de epidemias relacionadas ao vetor *Aedes aegypti*.

IHU On-Line - Recentemente foi anunciado que a meta de implantação de saneamento básico não será cumprida no país e que o Plano Nacional de Saneamento sofrerá um atraso de mais de 20 anos. Quais podem ser os reflexos dessa situação para o controle das doenças zoonóticas no Brasil?

Ary Carvalho de Miranda - Essa é uma questão de prioridade política. Estamos vivendo o problema da microcefalia e cada vez mais se tem segurança de que ela está relacionada à epidemia do vírus da Zika, a qual está ligada à proliferação do *Aedes aegypti*. Se assumidamente já se prevê que o Plano Nacional de Saneamento Básico⁴ será

⁴ **Plano Nacional de Saneamento Básico** (Plansab): constitui o eixo central da política federal para o saneamento básico, promovendo a articulação nacional dos entes da federação para a implementação das diretrizes da Lei 11.445/07, a Lei Federal do Saneamento Básico, que aborda o conjunto de serviços de abastecimento público de água potável; coleta, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, além da limpeza urbana e o manejo dos resíduos

protelados, não são bons os prognósticos sobre o controle do vetor e da proliferação das doenças que ele transmite. Se durante mais de 40 anos se coloca veneno no meio ambiente e na água potável, as epidemias continuam se sucedendo e ainda se insiste nessa estratégia, mais uma vez não teremos boas notícias quanto à resolução dessas questões. A realidade por si denuncia isso.

O país precisa tomar decisões políticas claras, assumindo que estamos vivendo um problema sério de saúde pública no Brasil hoje. O exemplo atual mais tocante são as consequências da microcefalia, que provoca sequelas permanentes no desenvolvimento intelectual e físico das crianças que nascem com a doença, gerando uma carga de sofrimento enorme para as famílias, com dificuldades que também envolvem o custeio dos cuidados adequados. Enfim, temos um problema complexo que gravita hoje na saúde pública brasileira.

Consequências da urbanização desordenada

As estratégias têm que ser repensadas, pois quando o Brasil eradicou o *Aedes aegypti* no início do século o contexto era bem diferente do de hoje. Nos anos 1970, quando são reintroduzidos os casos de Dengue no país, havia em torno de 90 milhões de habitantes. Porém, nos últimos 50 ou 60 anos tivemos uma taxa absurda de urbanização sem planejamento. Atualmente a taxa de concentração urbana brasileira está em 85%, em cidades que não têm infraestrutura adequada do ponto de vista das condições de moradia, dos sistemas de abastecimento de água, de coleta de lixo, de transporte público

os sólidos. Elaborado em 2013, o Plansab é um instrumento fundamental na condução da política pública de saneamento básico e, consequentemente, da definição das metas e estratégias de governo para o setor no horizonte dos próximos vinte anos, com vistas à universalização do acesso aos serviços de saneamento básico como um direito social. O texto do Plano está disponível em <http://bit.ly/1SCuWml>. (Nota da **IHU On-Line**)

etc. Outra questão são os itens que compõem o lixo descartado pela população, que hoje são diferentes do que eram há 60 anos. Então, há um conjunto de situações que mudaram e uma grande capacidade de adaptação do mosquito ao ambiente urbano.

São fatores que deixam claros os desafios. Ou os enfrentamos, ou vamos continuar jogando veneno na população e colocando a sua saúde em risco. Nesse sentido, quero destacar a decisão que tomou o Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, João Gabbardo dos Reis, que também é presidente do Conselho Nacional de Secretários da Saúde - CONASS, ao suspender o uso do Pyriproxyfen no Estado. É um passo muito importante em direção a diferentes formas de enfrentar a proliferação do mosquito vetor.

IHU On-Line - A nota técnica da Abrasco a respeito dos perigos das medidas químicas no combate ao *Aedes aegypti* alerta para a necessidade de uma abordagem intersectorial no controle de doenças zoonóticas. Quais são os setores fundamentais nessa articulação e como poderiam contribuir em conjunto para o enfrentamento dessas enfermidades?

Ary Carvalho de Miranda - Estamos falando de um problema de saúde, mas o tempo todo estamos reforçando que não é esse especificamente o setor fundamental para o combate das doenças zoonóticas, apesar de ser importante que o setor e o sistema de saúde ajam juntos e estejam preparados para enfrentar o problema. Assim é necessária uma articulação com um conjunto de outros setores que definam políticas que ofereçam uma resposta mais concreta.

Quando falo em saneamento básico, ou seja, provisão de rede encanada de esgoto e de água tratada adequadamente, coleta de lixo regular, não é o sistema de saúde que faz, mas a existência e as condições desses serviços refletem nas condições de saúde pública. Então é preciso articular um conjunto de

conhecimentos que estão no campo da saúde pública, da engenharia etc., para oferecer uma resposta mais estruturada e eficaz.

“

Ou enfrentamos os desafios, ou vamos continuar jogando veneno na população e colocando a sua saúde em risco

IHU On-Line - Como têm se refletido as epidemias de Dengue, Chikungunya e Zika, e seus possíveis desdobramentos, no sistema de saúde pública brasileiro? Como o país tem lidado com as demandas por saúde atuais da população? Já há algum planejamento para atender as necessidades futuras?

Ary Carvalho de Miranda - A discussão desse ponto abarca outra questão, que é a constituição do Sistema Único de Saúde - SUS. Conforme foi concebido na Constituição de 1988 e está definido na Lei Orgânica da Saúde, a Lei número 8.080/1990⁵, o SUS é um sistema de atendimento universal. Entretanto, o SUS é subfinanciado, historicamente recebendo baixíssimos investimentos públicos para um sistema concebido para ser universal. De tudo que se investe no sistema de saúde brasileiro, o setor público custeia cerca de 42%, o restante vem da iniciativa privada. Quando se compara com os países capitalistas que têm sistema universal de saúde, como Canadá, Inglaterra e

5 Lei Orgânica da Saúde ou Lei número 8.080/1990: regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado. Disponível em <http://bit.ly/1UVpr2U>. (Nota da IHU On-Line)

França, o setor público provê no mínimo 75% do custo total.

O SUS é uma conquista muito importante da sociedade brasileira, de seus movimentos sociais, pois um sistema de saúde universal não existia no Brasil. O país só passou a ter um sistema de saúde em 1930, mas este era centrado nos recursos da previdência social e discriminava oficialmente o acesso dos trabalhadores aos serviços de saúde. Aqueles que trabalhavam com carteira assinada tinham acesso ao serviço público de saúde porque eram ancorados pela previdência social, já os que trabalhavam na informalidade não podiam ser atendidos.

Nos anos 1980, em meio a todos os processos políticos que ocorriam, como a superação da ditadura e a elaboração da nova Constituição, o SUS é construído em um movimento social nacional a partir de grandes mobilizações populares. Houve a participação de sindicatos, de conselhos, associações de moradores, enfim, um número muito significativo de entidades representativas da sociedade civil, as quais, principalmente a partir da 8ª Conferência Nacional de Saúde⁶ de 1986, constroem as bases fundamentais do sistema público de saúde como direito de todos, como

6 8ª Conferência Nacional de Saúde: Conferências e conselhos de saúde são, hoje, os principais espaços para o exercício da participação e do controle social sobre a implementação da política de saúde em todas as esferas de governo. A história das Conferências Nacionais de Saúde começa no primeiro governo de Getúlio Vargas, quando foram instituídas, em 1937, as conferências nacionais de educação e de saúde como mecanismo do governo federal articular-se e conhecer ações desenvolvidas pelos estados nas áreas de educação e saúde. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, já no período da Nova República, ganha importância porque marca o momento em que as mudanças no sistema de saúde ganham contornos claros, ao ampliar o espectro de atores envolvidos e explicitar em seu relatório as diretrizes para a reorganização do sistema. Convocada pelo ministro Carlos Santanna e realizada sob a gestão de Roberto Figueira Santos, teve sua Comissão Organizadora presidida por Sergio Arouca, uma das principais lideranças do Movimento da Reforma Sanitária. Os temas desta conferência foram: saúde como direito, reformulação do Sistema Nacional de Saúde e financiamento do setor. (Nota da IHU On-Line)

dever do Estado, descentralizado, com equidade e com participação social. Essas diretrizes foram incorporadas na Constituição de 1988 e reafirmadas na Lei Orgânica 8.080/1990.

Tais princípios significam que toda a população brasileira deve ser contemplada sem discriminação pelo sistema de saúde integrado, mas para isso são necessários recursos. Nossa população hoje vive mais, tem uma esperança de vida em torno de 74 anos; também há um conjunto importante de componentes tecnológicos que foram incorporados ao sistema de saúde, tanto para diagnóstico quanto para terapia; mas sem recursos não é possível construir e manter um sistema dessa natureza. Porém o que temos acompanhado ao longo dos anos é uma subsustentação do sistema de saúde brasileiro. Proporcionalmente, o Brasil gasta menos dinheiro com o sistema de saúde do que países como Inglaterra e Canadá, mas também investe um percentual menor do orçamento em relação a vários países da América Latina, como a Argentina e o Uruguai.

Enfim, ou nós avançamos na manutenção do SUS, na estruturação dos Programas de Saúde da Família⁷, na relação da hierarquização com o 2º e 3º níveis⁸, para poder

7 Programa Saúde da Família (PSF): implantado no Brasil, pelo Ministério da Saúde, em 1994, é conhecido hoje como “Estratégia de Saúde da Família”. Por não se tratar mais apenas de um “programa”, Estratégia de Saúde da Família visa à reversão do modelo assistencial vigente, onde predomina o atendimento emergencial ao doente, na maioria das vezes em grandes hospitais. A família passa a ser o objeto de atenção, no ambiente em que vive, permitindo uma compreensão ampliada do processo saúde/doença. O programa inclui ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes. (Nota da **IHU On-Line**)

8 Hierarquização dos níveis de atenção à saúde no Sistema único de Saúde: *Atenção primária* – estabelece todas as ações de promoção, prevenção e proteção à saúde em um território definido e é de responsabilidade do município. *Atenção secundária* – é prestada por meio de uma rede de unidades especializadas – ambulatorios e hospitais –, garantindo o acesso à população sob sua gestão. Está baseada na organização do Sistema Microrregional dos Serviços de Saúde, de acordo com a definição do Plano Diretor de regionalização (PDR), que tem como obje-

ter um sistema organizado independente das epidemias, para dar resposta à demanda por saúde da população brasileira, ou continuaremos tendo dificuldades. Nesse momento de explosão epidêmica, principalmente no caso das infecções pelo vírus da Zika, que geram uma série de consequências complexas, fica clara a precariedade da estrutura do sistema de saúde público para enfrentar esses problemas. Mas será que vamos pensar nisso só quando estoura uma epidemia? São questões importantes que devem ser colocadas permanentemente em debate.

A saúde tem que ser colocada como prioridade, como um componente social fundamental do conjunto da população para que não vivamos os dramas que temos vivido cotidianamente quanto ao acesso ao sistema de saúde, desde a atenção básica até os níveis mais especializados, a humanização do atendimento etc. E mais, a saúde deve ser pensada não apenas em seu componente assistencial, ou seja, não apenas a partir do sistema de atenção à saúde, mas fundamentalmente relacionada às condições de vida das coletividades. Deve ser pensada em sua relação com as condições de trabalho, com o nível salarial, com as condições de transporte no dia a dia, de moradia, da possibilidade de lazer, etc. Deve ser vista no contexto de sua determinação social.

IHU On-Line - Especificamente sobre os casos de microcefalia, as famílias que têm crianças com o problema reclamam que falta um suporte por parte do governo. Que ações precisam ser implementadas na área da saúde pública para atender essa população?

tivo definir as diretrizes para organização regionalizada da Atenção Secundária. *Atenção terciária* – é a atenção da saúde de terceiro nível, integrada pelos serviços ambulatoriais e hospitalares especializados de alta complexidade. A Atenção Terciária é organizada em polos macrorregionais, através do sistema de referência. Compreende o modelo técnico-científico de atenção à saúde que privilegia o hospital como ambiente para a prática de cuidados. (Nota da **IHU On-Line**)

Ary Carvalho de Miranda - É preciso estruturar serviços importantes que deem conta desta demanda. Alguns movimentos já se iniciaram nesse sentido, mas, do ponto de vista de resposta à atual demanda, ainda são tênues. Uma criança com microcefalia vai demandar atividades multiprofissionais, como neurologia, fisioterapia, fonoaudiologia, entre outras. É fundamental definir como serão formadas essas equipes multiprofissionais para atender a essas crianças, estabelecer polos claros de referência nos municípios, principalmente onde há uma incidência maior da doença, com o apoio de estruturas para responder às necessidades.

Em geral as famílias não têm condições de assumir sozinhas a reabilitação dessas crianças, e quando analisamos o mapa das regiões onde há maior incidência de microcefalia se comprova que as populações pobres são as mais atingidas.

IHU On-Line - De que maneira o senhor avalia a preparação dos profissionais que atuam diretamente junto às famílias, como os agentes comunitários de saúde? Qual é a importância e como será realizada a preparação desses profissionais diante do aumento da incidência de doenças como a microcefalia?

Ary Carvalho de Miranda - Essa é uma discussão que se faz em torno da atenção básica na saúde, que é realizada dentro do Programa de Saúde da Família - PSF. A ideia é que a partir do primeiro atendimento sejam trabalhadas a orientação, prevenção, promoção da saúde e tratamento, principalmente em relação a doenças que têm uma prevalência maior na região de atuação do PSF. Com todas as complexidades que apresenta, a microcefalia é um desafio a mais que se coloca. O treinamento desses profissionais com relação às demandas que se colocam a partir desse problema também vai precisar ser realizado a partir das equipes multiprofissionais conforme eu citei antes. ■

Aedes aegypti no Mercosul: os riscos e equívocos da estratégia química

Para Medardo Ávila Vázquez, usar produtos químicos no combate ao mosquito só agrava as epidemias, pois favorece a proliferação do inseto e gera danos à saúde da população

Por Leslie Chaves | Tradução Leslie Chaves

A degradação ambiental gerada por ações humanas tem sido apontada como uma das raízes do problema da proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Vetor da Dengue, Chikungunya e do vírus da Zika, o inseto ultimamente mobiliza os esforços de pesquisadores do mundo inteiro em busca de tratamento para as pessoas infectadas, modos de imunização e controle das epidemias. Enquanto isso, os órgãos governamentais implementam ações para tentar mitigar a situação. A medida mais usada em diversos países é a aplicação de produtos químicos no ambiente com o objetivo de diminuir a infestação do inseto.

Para o médico argentino Medardo Ávila Vázquez, o uso dessas substâncias é um dos principais e mais sérios equívocos. "Fazer isso é como tratar o problema com a mesma causa dele. Estamos convencidos de que a proliferação do *Aedes aegypti* se deve ao uso demorado de pesticidas, agrotóxicos e inseticidas. Quando um bairro ou uma área da cidade recebe a aplicação do fumacê, matam-se os mosquitos *Aedes*, mas também todo o resto da fauna, da população de insetos e outros pequenos animais que são os predadores naturais desses mosquitos. Com a pulverização de veneno fazemos com que o *Aedes* tenha melhores condições ecológicas para sua expansão nesse espaço", explica, em entrevista por telefone à IHU On-Line.

Além de favorecer a proliferação e resistência do mosquito e degradar o meio ambiente, os efeitos dos venenos são graves na saúde em geral e especificamente em relação à reação do organismo às doenças vetoriais. "É provável que o uso dos produtos químicos altere a resposta imunológica, de defesa que o corpo da pessoa que está doente pode oferecer, facilitando a aparição de doenças graves. Dessa forma, continuar usando venenos delimita a capacidade dessas populações de se defenderem das doenças porque causa uma disfunção imunológica", analisa o médico, que defende o acesso ao saneamento e a participação popular como estratégias mais eficazes para tentar controlar as epidemias.

Medardo Ávila Vázquez é médico pediatra e neonatologista¹, leciona na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, onde também coordena o módulo "Determinantes Sociais da Saúde" da Cátedra de Clínica Pediátrica, junto ao Hospital Nacional de Clínicas. Também é coordenador da Red Universitaria de Ambiente y Salud - Reduas/Médicos de Pueblos Fumigados e já exerceu o cargo de Secretário da Saúde do município de Córdoba.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como está o contexto da região acerca do Mercosul quanto à proliferação das do-

¹ **Neonatalogia:** ramo da Pediatria que ocupa-se das crianças desde o nascimento até 28 dias de idade (quando as crianças deixam de ser nomeadas recém-nascidos e passam a ser lactentes). (Nota da IHU On-Line)

enças transmitidas pelo mosquito vetor *Aedes aegypti*? Quais doenças vetoriais são mais frequentes e que país está em situação mais preocupante?

Medardo Ávila Vázquez - O mosquito *Aedes aegypti* está instalado

de forma já definitiva na América Latina, provocando epidemias que são quase permanentes, como as que observamos no Nordeste do Brasil, que todos os anos apresenta uma quantidade grande de casos. O mesmo acontece na Colômbia.



As doenças vetoriais avançam por causa da degradação ambiental, mas se expressam com mais intensidade nas favelas e bairros carentes

Em regiões de clima mais temperado, como Argentina e Uruguai, onde faz menos calor, o mosquito se prolifera por alguns meses do ano, mas todos os anos eles são encontrados. Observamos que a presença desses insetos demonstra que existem danos ao meio ambiente, desequilíbrios ecológicos na América Latina que foram provocados, sobretudo, pela ação dos seres humanos, como os desmatamentos. Isso, juntamente com as mudanças climáticas, provoca um aumento das temperaturas, fazendo com que o espaço de distribuição do mosquito seja mais amplo e chegue a áreas onde a temperatura média era muito baixa, mas hoje está mais amena.

Outra questão que nos preocupa muito é o uso de agrotóxicos pelo sistema de produção agrícola, que se observa tanto no Brasil quanto no Paraguai, no Uruguai, na Argentina e na Bolívia. Esses países têm incorporado um modelo de produção com sementes transgênicas, que todos os anos utilizam maiores quantidades de agrotóxicos. Essas substâncias são utilizadas em espaços muito extensos, são milhões de hectares onde nos últimos 20 anos aumentou muito a quantidade de produtos químicos aplicados. Por exemplo, aqui na Argentina, em 1990 eram utilizados 34 milhões de litros de agrotóxicos; 20 anos depois, em 2010, já eram usados 320 milhões de litros. Ou seja, é um aumento de quase 800% na quantidade de agrotóxicos utilizados não somente em extensão de área, mas também por unida-

de de superfície; isto é, em um mesmo espaço têm sido utilizados muito mais inseticidas, herbicidas e mais produtos químicos, que vão alterando o equilíbrio ecológico ao exterminar uma grande quantidade de insetos.

A consequência é que nas cidades e nas zonas perirurais o *Aedes aegypti* se prolifera em áreas onde não há predadores, não há insetos que compitam pelo mesmo espaço de sobrevivência ou que se alimentem desse mosquito, porque desapareceram da natureza. Na Argentina desapareceu uma grande quantidade de insetos e também de outros animais que se alimentavam do *Aedes*, pois temos um processo muito agudo de destruição da fauna, de anfíbios, como sapos e rãs do campo, que estão desaparecendo das zonas rurais em decorrência principalmente da aplicação do glifosato.

Podemos concluir que o mosquito se proliferou, sobretudo, por causa da degradação ambiental em geral. O *Aedes aegypti* encontrou um nicho, um espaço para se desenvolver. A proliferação se deu de tal forma que a presença deste inseto se tornou permanente principalmente nas margens das cidades, onde estão as populações mais pobres e onde o saneamento ambiental é muito deficitário. Por esse motivo, são essas as zonas que causam mais impactos quanto a esse problema, como vemos no Brasil e também aqui na Argentina.

Em 2009, quando passamos pela primeira epidemia de Dengue na

cidade de Córdoba, que tem 1 milhão e 300 mil habitantes, surgiram muitas ocorrências da doença. Quando examinamos a distribuição dos casos de Dengue no espaço urbano, vimos que se distribuíam no mesmo padrão dos casos de mortalidade infantil, isto é, das crianças que morrem antes de completar um ano de idade, que são os filhos de famílias mais pobres. Essa disposição se verificou em mais de 90% dos casos de Dengue em 2009.

IHU On-Line - Que tipo de estratégias a Argentina (ou em geral os países da América Latina) está utilizando no enfrentamento das doenças vetoriais e do mosquito *Aedes aegypti*?

Medardo Ávila Vázquez - Aqui na Argentina a estratégia que tem se implementado são as mesmas que a Organização Mundial da Saúde - OMS e a Organização Pan-americana da Saúde - OPAS determinam: por um lado, incentivam que os Estados comprem grande quantidade de inseticidas e pulverizem os bairros, fazendo a população acreditar que está havendo um controle da quantidade de mosquitos adultos. Por outro lado, há uma campanha de grande difusão que acaba culpabilizando as pessoas que têm em suas casas criadouros de larvas do mosquito.

Quanto aos químicos, na Argentina se usa a Cipermetrina², que é um inseticida do grupo das Permetrinas³, o qual está entre os menos

² **Cipermetrina:** é uma substância do grupo dos piretróides (substâncias sintéticas derivadas da piretrina natural) e possui classificação toxicológica nível II (altamente tóxico). É foto-estável, não se degradando com a luz solar. Como muitos piretróides é um inseticida e acaricida de ação muito ampla. (Nota da IHU On-Line)

³ **Permetrina:** é um produto químico sintético que é usado em todo o mundo como inseticida e acaricida e repelente de insetos e piolhos. Pertence à família de compostos chamados piretróides cujo mecanismo de ação é a neurotoxicidade. Não foram encontrados efeitos sobre neurônios de mamíferos e aves, por isso, tem baixa toxicidade em mamíferos, com a exceção de gatos e de reações de hipersensibilidade. Como inseticida em plantações tem sido envolvido em debates porque mata insetos indiscriminadamente, sem diferenciar entre culturas parasitas e outros insetos, e até mesmo animais de vida aquática. (Nota da IHU On-Line)

tóxicos dentro do conjunto dos inseticidas existentes, porém esse produto está proibido na Europa. Os países da Europa deixaram de aplicar a Permetrina ou a Cipermetrina com o objetivo de evitar os danos à saúde que esses químicos podem causar.

Em território argentino não se usam larvicidas e outros produtos químicos na água armazenada pela população que não tem água encanada, como se faz no Brasil. Aqui nunca tivemos essa prática e nos surpreendeu que principalmente na região Nordeste brasileira estão sendo aplicados organofosforados e Pyriproxyfen na água de beber. Trata-se de uma estratégia hegemônica estabelecida por organizações mundiais, que recebem orientações de comitês de análise dos pesticidas. Esses comitês muitas vezes estão formados por especialistas vinculados à indústria química. Percebe-se que há entre esses grupos um interesse especial em promover a venda dos inseticidas e larvicidas dessa indústria química, em detrimento da implementação de outras estratégias que podem oferecer melhores resultados no enfrentamento da Dengue e das demais doenças transmitidas pelo mosquito vetor.

Uma dessas estratégias alternativas é incentivar a participação da população no combate a esse problema. Na experiência que tivemos em Córdoba, na epidemia de 2009, foram criadas estratégias participativas nas comunidades com o apoio da administração municipal. Em uma favela grande da cidade onde havia um foco agudo de Dengue, foi possível reorganizar o espaço público, os lixões, eliminar os lugares onde havia água acumulada, e em 15 dias desapareceram os casos de Dengue. Não foi necessário pulverizar com veneno a comunidade, mas sim melhorar o ambiente em que viviam aquelas pessoas.

IHU On-Line - O uso de larvicidas na água e venenos em fuma-

cês nas cidades para combater o *Aedes aegypti* pode agravar possíveis consequências das doenças vetoriais?

Medardo Ávila Vázquez - Sim. Há três questões principais:

Em primeiro lugar não deveriam ser usados agroquímicos para tentar diminuir a população de mosquitos. Fazer isso é como tratar

“
O mosquito se proliferou, sobretudo, por causa da degradação ambiental

o problema com a mesma causa dele. Estamos convencidos de que a proliferação do *Aedes aegypti* se deve ao uso demasiado de pesticidas, agrotóxicos e inseticidas. Quando um bairro ou uma área da cidade recebe a aplicação do fumacê, matam-se os mosquitos *Aedes*, mas também todo o resto da fauna, da população de insetos e outros pequenos animais que são os predadores naturais desses mosquitos.

Com a pulverização de veneno fazemos com que o *Aedes* tenha melhores condições ecológicas para sua expansão nesse espaço. Pesquisas têm demonstrado que uma aplicação de fumacê realizada em boas condições de vento e no horário de pico da atuação do mosquito pode reduzir em cerca de 40% a população deste inseto. O problema é que dois dias depois a infestação do mosquito volta ao patamar de 100% porque a aplicação do químico é aérea, não atuando sobre as larvas. Esses são alguns dos equívocos de se utilizar o problema como remédio.

A segunda questão é que as populações pobres que sistemática-

mente, durante anos e anos, estão sendo expostas a esses produtos químicos, estão tendo suas respostas imunológicas modificadas. Provavelmente isso explique porque a Dengue, que era uma doença totalmente benigna, que não oferecia perigo nem produzia casos graves, tampouco mortalidade, estando presente na América há mais de 300 anos, agora tem causado grande preocupação.

Na era química dos anos 1950, 1960 e, sobretudo, nos anos 1980, a Dengue começa a produzir casos sérios. É provável que o uso dos produtos químicos altere a resposta imunológica, de defesa que o corpo da pessoa que está doente pode oferecer, facilitando a aparição de doenças graves. Dessa forma, continuar usando venenos delimita a capacidade dessas populações de se defenderem das doenças, porque causa uma disfunção imunológica.

A terceira causa de agravamento é que expor a população a produtos como o Malathion, utilizado no Brasil, ou a Cipermetrina, que se usa na Argentina, entre outros utilizados em diferentes países, provoca danos inevitáveis. Em algumas pessoas o dano à saúde pode ser reparado, ou tem poucos impactos, sem manifestações clínicas, mas para outros essa exposição aos químicos pode trazer consequências mais graves, como nos casos de contato com organofosforados que provocaram paralisias, impedindo as pessoas de se mexer por 20 ou 30 minutos. Também há relatos de que a exposição a esses produtos químicos desencadeiam convulsões e doenças hematológicas como a Púrpura⁴,

⁴ **Púrpura Trombocitopênica Idiopática (PTI) ou Imunológica:** é uma doença sanguínea caracterizada pela trombocitopenia (diminuição do número das plaquetas no sangue). Como a maioria dos casos parece estar relacionada ao aparecimento de anticorpos contra as plaquetas, ela também é conhecida como púrpura trombocitopênica imunológica. Embora muitos casos sejam assintomáticos, a baixa contagem de plaquetas pode causar o surgimento de púrpura, que é uma manifestação que envolve o aparecimento de petéquias, equimoses e outras manifestações hemorrágicas. (Nota da IHU On-Line)

a qual apresenta desequilíbrios imunológicos que podem ser muito perigosos e foi observada em crianças que costumavam correr atrás dos veículos que aplicavam os fumacês.

A norma da OMS recomenda que quando está sendo aplicado o fumacê nos bairros, que as janelas das casas sejam abertas, mas as crianças e idosos sejam retirados das casas e protegidos. Obviamente que isso não acontece e, além dos mosquitos, são pulverizadas principalmente as crianças, junto com pessoas com doenças crônicas, como asma, problemas pulmonares e imunológicos.

É temerário e há muitas questões que vão de encontro à aplicação massiva de fumacê nos bairros para controlar a população de *Aedes*. O uso dessa técnica pode se justificar em alguns casos específicos, como para evitar o início de uma epidemia em uma determinada localidade, onde se ataca o principal foco, aplicando produtos no entorno da casa onde vivem pessoas infectadas por alguma das doenças transmitidas pelo vetor, diminuindo o poder de proliferação da doença naquela área. Nesse caso pode ser útil, mas a pulverização massiva e generalizada como forma preventiva não tem nenhuma racionalidade, mas é o que acontece em algumas áreas do Uruguai e da Argentina onde não temos uma quantidade de casos tão significativa e mesmo assim corremos o risco da exposição aos venenos.

IHU On-Line - Quanto aos casos de microcefalia, qual país tem apresentado maior incidência? A que razão o senhor atribui a maior quantidade de casos nessa região?

Medardo Ávila Vázquez - As notícias oficiais apontam o Brasil e a Colômbia como os países que apresentam as maiores quantidades de casos de infecção pelo vírus da Zika. Entretanto, diferente

do Brasil, na Colômbia cerca de 2.500 mulheres grávidas foram infectadas pelo vírus da Zika, mas nenhuma teve filhos com microcefalia.

Ainda não há certezas, mas pode ser que o vírus da Zika cause microcefalia. É provável porque o vírus da Zika tem um modelo biológico semelhante ao de outras doenças como o Citomegalovírus⁵, o vírus da Rubéola⁶ e a Toxoplasmose⁷, que afetam o cérebro dos embriões em seus primeiros meses de desenvolvimento na gestação. Essas doenças infectam e atrofiam os te-

“

Na Argentina há uma força aérea de 900 aviões que estão à disposição para pulverizar todas as cidades do país e ainda do Brasil, Uruguai e Paraguai

5 Citomegalovírus: são Herpes-vírus com alta especificidade com relação ao hospedeiro e que pode causar infecção no humano, no macaco e em roedores, levando à aparição de células grandes, que apresentam inclusões intranucleares. No caso específico do homem, produz a doença de inclusão citomegálica. Tem sido encontrado em indivíduos com tumores benignos ou malignos, e em portadores de HIV. (Nota da IHU On-Line)

6 Rubéola: também conhecida como sarampo alemão, é uma doença viral causada pelo togavírus e transmitida por via respiratória. Seus principais sintomas são muito parecidos com outras doenças virais comuns na infância, como sarampo e caxumba (papeira), geralmente envolvendo febre, manchas avermelhadas pelo corpo, dor nos olhos, dor pelo corpo, dificuldade ao engolir, nariz entupido e inchaço dos pés. Geralmente cura-se sozinha, mesmo sem tratamento, mas, em infecções de mulheres grávidas, o embrião pode sofrer más formações. (Nota da IHU On-Line)

7 Toxoplasmose: é uma doença infecciosa, congênita ou adquirida, causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*. Ocorre em animais de estimação e de produção, incluindo suínos, caprinos, aves, animais silvestres, gatos e a maioria dos vertebrados terrestres homeotérmicos (bovinos, suínos, cabras, etc.). Acarreta sérios problemas nas gestações gerando abortos e nascimento de fetos mal formados. (Nota da IHU On-Line)

cidos cerebrais da criança, fazendo com que não se desenvolvam, provocando uma diminuição no tamanho do cérebro e do crânio, a microcefalia.

É muito provável que essas doenças sirvam de modelo e caminho para análises do vírus da Zika. Mas eu gostaria de alertar que os dados publicados sobre epidemias de Zika na Oceania não mostravam casos de microcefalia. Entretanto, há algumas semanas órgãos oficiais de saúde apontaram na Polinésia a ocorrência de alguns casos de microcefalia e más-formações, que não haviam sido reportados inicialmente.

O que nos preocupa, junto com a aparição dos casos de microcefalia, principalmente no Brasil, é que desde 2014 se começou a utilizar o Pyriproxyfen, que atua sobre o desenvolvimento geral dos mosquitos, afetando os estágios da larva e da pupa e então do mosquito adulto. No entanto, os neurorreceptores que estão presentes em tecidos embrionários e são vinculados à vitamina A também estão presentes em humanos.

Quando esses neurorreceptores são afetados nas primeiras semanas da gestação, seja nos seres humanos, seja nos ratos, ou em outro vertebrado, gera microcefalia, isto é, graves danos ao desenvolvimento cerebral. Assim, percebemos que o Pyriproxyfen tem potencialidade de causar microcefalia. De acordo com os dados publicados no Brasil, 98% dos casos notificados de microcefalia são de crianças que nasceram em municípios do nordeste do país, onde o Pyriproxyfen é utilizado com mais intensidade.

Há aí um vínculo muito forte que pode ser agravado se, diante da hipótese de que o vírus da Zika causa microcefalia, for aplicado o fumacê em todo o Mercosul. Em algumas regiões de Montevideu, o Ministro da Saúde, na primeira semana de fevereiro de 2016, autorizou a pulverização com

aviões que são utilizados para aplicar agrotóxicos em lavouras. Na Argentina há uma força aérea de 900 aviões que estão à disposição para pulverizar todas as cidades do país e ainda do Brasil, Uruguai e Paraguai. Tudo isso por causa da hipótese da relação entre o vírus da Zika e a microcefalia, mesmo que na Colômbia, apesar da epidemia do vírus, não tenha havido nenhum nascimento de criança com microcefalia.

A questão é que há interesses comerciais, políticos, das empresas que aplicam as pulverizações, as quais estão gerando um pouco de interferência nas análises que buscam provar que a utilização desta técnica, principalmente aplicada por aviões agrícolas, é útil e necessária, quando na verdade já se sabe que provocou e continua provocando graves danos à saúde das populações rurais, tanto na Argentina quanto no Brasil.

IHU On-Line - Estão sendo realizadas mais pesquisas sobre os possíveis efeitos da exposição ao Pyriproxyfen para a saúde humana?

Medardo Ávila Vázquez - Certamente há associações de pesquisadores de laboratórios que trabalham com modelos experimentais, com testes em vertebrados, anfíbios e outros animais, em relação ao Pyriproxyfen. Mas os primeiros resultados podem demorar, pelo menos, de um a dois anos para serem publicados. Outros estudos epidemiológicos a respeito das populações humanas também estão sendo realizados cruzando dados sobre a exposição ao Pyriproxyfen e a infecção pelo vírus da Zika com os casos de microcefalia. Estão sendo analisadas as diferenças das taxas relativas de incidência da microcefalia a partir dessas duas variáveis. Essas análises também levarão cerca de um ou dois anos para gerarem os primeiros resultados, porque nunca se usou o Pyriproxyfen de for-

ma tão massiva, atingindo tantas pessoas.

Na Argentina essa substância foi aprovada para uso em cultivo de frutas e também para controlar a quantidade de moscas nas granjas avícolas, mas as recomendações do fabricante solicitam que se evite de todo modo a contaminação

“

É necessário colocar a atenção nas condições de vida da população

da água com o produto. Por outro lado, no Brasil milhões de pessoas estão bebendo todos os dias água com Pyriproxyfen. Isso é preocupante, mesmo que sejam pequenas doses, porque elas são constantes.

A OMS autorizou o uso do Pyriproxyfen, afirmando que não há consequências, como má-formações em fetos, se forem aplicadas pequenas doses. Entretanto, quando essa dose mínima foi dobrada em testes em ratos, houve aspectos tóxicos. Quando uma grávida nas primeiras semanas de gestação toma água com esse produto, que se sabe que tem potencialidade para atuar sobre as camadas epiteliais do disco embrionário, é neste momento em que pode se alterar o desenvolvimento das células cerebrais primitivas do embrião humano.

Esse é um processo muito sofisticado que envolve receptores que ativam os Genes Hox⁸. Esse grupo

⁸ **Genes Hox** (ou homeóticos): são genes descobertos originalmente na *Drosophila melanogaster*, uma espécie de mosca-das-frutas, mas genes semelhantes são encontrados em muitos outros organismos, inclusive seres humanos. Essa classe de genes tem um papel crucial no desenvolvimento embrionário. Os genes Hox codificam proteínas chamadas fatores de transcrição, que se ligam a regiões regulatórias do DNA para ligar ou desligar outros genes. Quando um gene Hox é ativado, a proteína que ele codifica ativa ou reprime uma série de outros genes, o que inicia uma cascata de eventos que têm um papel-chave na diferenciação celular e formação tecidual.

de genes é ativado por receptores que são estimulados pelo ácido retinoico ou, conforme nós suspeitamos, também pelo Pyriproxyfen. Os Genes Hox, quando ativados pelo Pyriproxyfen, determinam que os grupos celulares que estão na parte superior do embrião afetem o cérebro da criança. Tal mecanismo pode ser alterado pela presença de mínimas quantidades de produto tóxico que, entretanto, trazem grandes consequências. É provavelmente o que tem acontecido no Brasil.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Medardo Ávila Vázquez - As doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti* são doenças da pobreza. Isso se comprova claramente. Nós temos estudado e lido muitas análises de epidemias em diferentes partes do mundo. Na Argentina, nas epidemias de Dengue e na época do ápice de proliferação da Febre Amarela, foram mais afetadas as zonas mais pobres, onde não havia água corrente, nem esgoto canalizado e os dejetos corriam pelas ruas, que acumulavam lixo, pois não havia coleta.

Portanto, esses contextos demonstram que o fator principal que determina o aparecimento das doenças é a pobreza. O problema não é exatamente o mosquito, nem a Dengue, nem o vírus da Zika. Nós acreditamos que, mais do que focar no *Aedes aegypti*, é necessário colocar a atenção nas condições de vida da população. Principalmente das populações pobres que vivem em ambientes mais precários em geral que as classes médias e altas. As doenças vetoriais avançam por causa da degradação ambiental, mas se expressam com mais intensidade nas favelas e bairros carentes. ■

Basicamente, os genes Hox ajudam a determinar a identidade dos segmentos onde eles foram ativados. A atividade dos genes Hox varia no tempo e espaço do desenvolvimento embrionário, e combinações diferentes desses genes estão ativas em diferentes regiões. (Nota da **IHU On-Line**)

Mosquito transgênico: jogar os insetos nos ecossistemas não resolve casos de Zika e Dengue

Para a Silvia Ribeiro, o uso de insetos geneticamente modificados no combate de doenças vetoriais não tem eficácia comprovada

Por Patricia Fachin | Tradução Henrique Denis Lucas

A produção de mosquitos transgênicos para combater a proliferação de algumas doenças como Dengue e Zika, a exemplo dos experimentos feitos pela empresa britânica Oxitec, não demonstram evidências de redução da Dengue e do vírus da Zika, diz Silvia Ribeiro em entrevista por e-mail à IHU On-Line. A pesquisadora defende que em relação aos mosquitos transgênicos “existe muita propaganda superficial, sem conteúdo sério, e parece haver bastante dinheiro de empresas de biotecnologia, entre outras instituições, para pagar por esta propaganda, como, por exemplo, a Fundação Bill e Melinda Gates”.

De outro lado, parte dos cientistas e pesquisadores é cética com relação à “modificação genética de insetos, pelo papel onipresente de jogar os insetos nos ecossistemas, assim como à modificação genética de animais, como o salmão transgênico, que se pretende agora introduzir no Brasil”, ressalta a pesquisadora.

Silvia ainda frisa que o *Aedes aegypti* “não é o único transmissor da Dengue e de outras doenças. Seu deslocamento poderia favorecer a entrada do *Aedes albopictus*, um mosquito rival, mais difícil de combater. O vírus também poderia fazer mutação para conseguir outras formas de

infecção”. Segundo ela, “se se comprovar, tal como já anunciaram pesquisadores da Fiocruz, que também o mosquito comum (*Culex*) pode transmitir o vírus da Zika, todo o trabalho da Oxitec cai pelo peso de sua própria inutilidade, mostrando a ineficiência desta estratégia de ‘guerra’ a uma espécie”.

Silvia Ribeiro é pesquisadora e coordenadora de programas do Grupo ETC, grupo de pesquisa sobre novas tecnologias e comunidades rurais, com sede no México. Ela tem ampla bagagem como jornalista e ativista ambiental no Uruguai, Brasil e Suécia. Silvia também produziu uma série de artigos sobre transgênicos, novas tecnologias, concentração empresarial, propriedade intelectual, indígenas e direitos dos agricultores, que têm sido publicados em países latino-americanos, europeus e norte-americanos, em revistas e jornais, bem como vários capítulos de livros. Ela é membro da comissão editorial da *Revista Latino-Americana Biodiversidad, sustento y culturas* e do jornal espanhol *Ecología Política*, entre outros.

A entrevista foi publicada nas “Notícias do Dia”, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 09-03-2016.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como estão sendo desenvolvidos os mosquitos transgênicos? Quando, onde e em que contexto os mosquitos transgênicos começaram a ser desenvolvidos?

Silvia Ribeiro - A iniciativa de fazer mosquitos transgênicos foi

da Oxitec, uma empresa britânica criada em 2002 a partir de um programa da Universidade de Oxford, no Reino Unido. A partir de 2006, a Oxitec começou a trabalhar em equipe com a transnacional Syngenta, que entre outras coisas financiou a investigação de Luke

Alphey, cofundador da Oxitec, na Universidade de Oxford. Quase todos os diretores da Oxitec eram antes empregados da Syngenta. Em meados de 2015, a empresa estadunidense Intrexon, cujos focos são a biologia sintética e animais transgênicos, comprou a Oxitec.

A diretoria da Intrexon é formada por vários ex-diretores de empresas multinacionais, entre eles Robert Shapiro, ex-diretor executivo global da Monsanto.

Edward Hammond, da Rede do terceiro Mundo, conta que a Oxitec solicitou, desde 2004, 12 patentes para fazer insetos transgênicos e mutações de DNA que podem estar relacionadas a estes, registradas nos escritórios de patentes da Europa, Estados Unidos e outros países.

A técnica utilizada pela Oxitec se baseia em produzir mosquitos transgênicos que precisam estar na presença do antibiótico tetraciclina para se desenvolverem. Teoricamente, se as larvas deste mosquito não encontrarem tetraciclina, morrem. A Oxitec nomeia esta técnica de RIDL, do inglês *Release of Insects with Dominant Lethality*, que significa Liberação de Insetos Carregando Gene Letal Dominante. Todos os experimentos da Oxitec têm utilizado a família OX513A do mosquito *Aedes aegypti*, que contém uma construção genética de mortalidade condicional e um marcador genético vermelho fluorescente.

A Oxitec cria mosquitos com essas características em laboratório, e então seleciona manualmente os machos, que são liberados para cruzarem com fêmeas silvestres. O que se supõe é que as larvas resultantes desses cruzamentos não encontrarão tetraciclina e morrerão, mas o que acontece na prática pode acarretar muitos problemas. A Oxitec começou a fazer experimentos de liberação desses mosquitos desde 2009 nas Ilhas Cayman e, em 2010, na Malásia. A partir de 2011 a empresa começou a fazer estes experimentos no Panamá e no Brasil.

Todos os experimentos foram suspensos e, atualmente, só seguem em funcionamento no Brasil, ainda que a Oxitec aspire iniciá-los em outros países da Ásia e, inclusive, nos Estados Unidos, na Flórida.

IHU On-Line - Que experimentos foram realizados com os mos-

quitos transgênicos para evitar a propagação do vírus da Zika? Os experimentos realizados pela empresa Oxitec nas Ilhas Cayman, Malásia, Panamá e Brasil são os mesmos, semelhantes ou diferentes? Como foram feitos esses experimentos nos diferentes países?

Silvia Ribeiro - Não foi feito nenhum experimento para evitar a propagação do Zika. A Oxitec está considerando apenas o mosquito, que é um vetor das doenças, mas ignora a relação dinâmica entre os vírus que provocam tais doenças, as condições das pessoas infectadas e as populações de mosquitos com outros em seu entorno.

Segundo a Oxitec, os experimentos feitos com mosquitos transgênicos servem para o controle da Dengue. Como o *Aedes aegypti* é também um transmissor do vírus da Zika, a Oxitec aproveitou a declaração de emergência internacional para afirmar que o controle desse vetor teria efeito para o Zika também. No entanto, não existem evidências de que algum dos experimentos feitos em diversos países tenha tido efeitos de redução da Dengue, muito menos do vírus da Zika.

Os experimentos da Oxitec tiveram muitas irregularidades, como a exportação de ovos de mosquitos transgênicos do Reino Unido, que violou regras britânicas e internacionais, como o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança.

Falta de informação às populações locais

Além disso, a empresa não informou às populações locais sobre os experimentos e/ou sobre os riscos intrínsecos à liberação de mosquitos transgênicos. Nas Ilhas Cayman não foi divulgada nenhuma informação à população, e no Panamá o Instituto Gorgas, empresa sócia da Oxitec no experimento, fez apenas uma avaliação do risco para liberação "confinada" dos mosquitos transgênicos. Em ambos os países os experimentos foram suspensos. Na Malásia, o governo suspendeu os experimentos assim que recebeu

críticas de especialistas independentes. No Brasil, no melhor dos casos, foi entregue apenas conteúdo propagandístico à população e não foram realizadas pesquisas de consulta prévia e informada. Em nenhum dos casos as avaliações de riscos cumprem com os padrões europeus da sede da empresa.

Todos os experimentos realizados consistiram em liberar, em uma determinada localidade, milhões de mosquitos transgênicos criados em laboratório, onde estes haviam recebido tetraciclina. Num segundo momento foram selecionados os machos, que são liberados para cruzarem com as fêmeas silvestres. Para conseguir tais cruzamentos, uma grande quantidade de mosquitos transgênicos teve de ser liberada, múltiplas vezes maior que a população já existente. Por exemplo, nas Ilhas Cayman 2,8 milhões de mosquitos foram liberados por semana, para uma população estimada de 20 mil mosquitos silvestres (10 mil fêmeas).

É crucial que não sejam liberadas as fêmeas, pois são elas que picam as pessoas, visto que necessitam de sangue para alimentar os ovos. Sendo os mosquitos transgênicos ou não, se as pessoas forem picadas e adquirirem doenças, elas também as transmitirão. No entanto, a seleção é manual, a Oxitec reconhece que sempre há uma porcentagem de fêmeas que são liberadas. Nas Ilhas Cayman, foi estimado que 5 mil fêmeas tenham sido liberadas para cada milhão de machos. No Brasil, a Oxitec informou que 0,02% dos mosquitos soltos eram fêmeas acidentalmente liberadas, numa proporção de 200 fêmeas por milhão de machos.

Logo após os experimentos, a Oxitec informou que houve reduções de 80% a 90% das populações de mosquitos, dependendo da região. Apesar disso, não significa que haja uma diminuição permanente e tampouco se sabe se os mosquitos silvestres apenas migraram para zonas vizinhas, o que aconteceu em zonas adjacentes às dos experimentos nas Ilhas Cayman.

Sempre são dados da própria empresa, que são difíceis de corroborar, porque em geral não existe linha de base (quantos mosquitos havia em determinada região antes do experimento) e a Oxitec tem uma história comprovada de falta de transparência.

No Brasil, a Oxitec instalou uma fábrica de mosquitos transgênicos em 2014, em Campinas, a qual tem colaboração de investigadores da Universidade de São Paulo. Têm sido feitos experimentos na Bahia - junto à sócia Moscamed - mesmo antes de ter permissão da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, e depois, em Piracicaba.

Somente no Brasil eles conseguiram manter os experimentos, com a anuência da CTNBio, com uma avaliação muito deficiente, que nega o princípio da precaução. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa não autorizou a comercialização.

IHU On-Line - É possível vislumbrar quais são os efeitos ou consequências destes experimentos?

Silvia Ribeiro - Segundo reporta a Dra. Helen Wallace, da organização britânica independente de investigação *GeneWatch*, que acompanha os experimentos da Oxitec desde seu início, a liberação dos mosquitos transgênicos poderia causar o agravamento da Dengue, devido a vários fatores.

Em zonas de Dengue endêmica, a eliminação dos mosquitos por um período de tempo pode provocar a perda da resistência adquirida pelas pessoas a todos os sorotipos da Dengue, favorecendo o aumento de suas formas mais agressivas, como a Dengue hemorrágica.

O *Aedes aegypti* não é o único transmissor da Dengue e de outras doenças. Seu deslocamento poderia favorecer a entrada do *Aedes albopictus*, um mosquito rival, mais difícil de combater. O vírus também poderia fazer mutação para conseguir outras formas de infecção. O recente anúncio de pesquisadores da Fiocruz que en-

contraram o vírus da Zika no mosquito *Culex*, que é o mais comum, aumenta esta preocupação de que o vírus se adapte a outros vetores e que outros mosquitos muito mais difundidos ocupem o nicho do *Aedes aegypti*.

Já citamos previamente a liberação de mosquitos fêmeas que em determinadas circunstâncias poderiam inclusive aumentar a população de mosquitos picadores. A isto há de se considerar que, por um lado, a técnica da Oxitec não é infalível, pois nos laboratórios, de 3% a 4% das larvas que não deveriam se desenvolver, chegam à idade adulta.

Além disso, a técnica da Oxitec presume que os mosquitos não encontrarão tetraciclina no ambiente, argumento absurdo, pois a tetraciclina é um antibiótico amplamente usado em aplicações médicas e na criação industrial de animais (aves, suínos e bovinos). O Brasil é um dos maiores produtores de animais em confinamento do mundo e usa enormes quantidades de tetraciclina durante a criação. Segundo um informativo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, publicado em 26 de fevereiro de 2015, o Brasil está em terceiro lugar em nível mundial no uso de antibióticos na criação de gados.

Parte da tetraciclina escorre diretamente para as fontes de água, onde não é assimilada. Além disso, os animais de criação industrial contêm resíduos significativos de tetraciclina e outros antibióticos, e estes detritos se espalham por todos os lugares. Antes se supunha que o *Aedes aegypti* necessitava de água limpa para que seus ovos se desenvolvessem, mas agora se sabe que o mosquito se adaptou às águas com detritos, lixo etc.

A própria Oxitec, em uma ocasião, deu ração de gatos para as larvas de mosquito e 18% sobreviveram devido à presença de tetraciclina no alimento. A Oxitec sempre diz que há uma redução da população de mosquitos, mas não há nenhuma prova de que este mé-

todo seja efetivo no controle das doenças.

Em Jacobina, Bahia, onde a Moscamed, uma sócia da Oxitec, liberou seus mosquitos transgênicos, a Dengue aumentou de tal maneira que o município declarou emergência no ano seguinte. (Isto foi referido pela ASPTA e outras organizações em 2014: <http://goo.gl/XPCU6w>).

IHU On-Line - Por que se diz que a produção de mosquitos transgênicos se desenvolveu como um "negócio" e não uma "solução" para tratar de combater o *Aedes aegypti*, por exemplo? Há a possibilidade de que esse seja um novo ramo de negócios transgênicos?

Silvia Ribeiro - A Oxitec é uma empresa comercial e vê a produção de insetos transgênicos como negócio, não como beneficência. É evidente que eles aproveitaram a emergência do Vírus da Zika para vender, ainda que os resultados de seus experimentos sejam extremamente pobres e negativos, quando se considera o contexto da doença. Não esqueçamos que o problema são as doenças, não os mosquitos.

Com os mosquitos transgênicos, o negócio é conseguir mercados cativos, de onde se supõe que a população de mosquitos baixou, mas para que isso se mantenha, haveria de seguir sempre liberando mosquitos. Os únicos que poderiam pagar por isso seriam as instituições públicas, como já está acontecendo com o município de Piracicaba. A gravidade disso é que são desviados recursos que seriam da saúde, das soluções reais de atenção integral à população, incluindo formas coletivas sem obtenção de lucro para controlar a população de mosquitos, com melhor saneamento, telas para mosquitos, eliminação do lixo, entre outras.

Além disso, na diretoria da Oxitec estão ex-diretores e empregados do alto escalão de empresas como a Syngenta e Monsanto, empresas que têm demonstrado claramente ao mundo que seus negócios e ganâncias estão sempre antes do

bem público, do meio ambiente ou da saúde.

IHU On-Line - Que outras críticas e objeções têm sido feitas aos mosquitos transgênicos?

Silvia Ribeiro - Além de todas as mencionadas, obviamente estamos falando de um animal transgênico liberado ao ambiente de forma impossível de se limitar. Há que se levar em conta que a Oxitec disse que eles morrerão por conta do gene letal condicional, mesmo que isso não aconteça em porcentagens significativas e que os mosquitos possam crescer e fazer mutações. Isto pode ter impactos imprevisíveis no meio ambiente, nesses, em outros mosquitos e em outras espécies que interagem com eles.

O fato de a Intrexon, uma empresa de biologia sintética que também trabalha no ramo de produção e venda de outros tipos de insetos e animais transgênicos, ter comprado a Oxitec aumenta o risco.

IHU On-Line - Em artigo recente, você chamou a atenção sobre a existência de ensaios para a mudança de insetos, feitos de maneira confinada, em universidades dos Estados Unidos. Isto gerou a advertência de cientistas sobre os altos riscos dessa tecnologia, inclusive no que diz respeito ao uso como arma biológica em potencial. Quais são os riscos e como esta questão está sendo debatida atualmente?

Silvia Ribeiro - É o caso da modificação de insetos com a tecnologia de biologia sintética CRISPR/Cas9, que se referia a modificações de mosquitos para combater a malária. Uma das preocupações manifestadas por cientistas da Universidade da Califórnia, em San Diego, é que a tecnologia demonstrou ter uma eficácia muito alta para se propagar (97% contra 33% das outras técnicas). Após ser aplicada em apenas uma ou duas gerações, já havia modificado geneticamente toda uma população de mosquitos em uma área, sem ficarem claros os efeitos secundários não previs-

tos desta transformação, nem nos mosquitos, nem no ambiente, ou nas mudanças em outros agentes da própria doença que transmitem.

Por sua alta efetividade e acesso da tecnologia, haveria quem poderia usá-la como arma biológica, caso se modifiquem insetos para transmitir toxinas etc. Em geral, o tema da liberação de animais transgênicos é uma nova temática de discussão com implicações que vão além da discussão relacionada às plantas, que já é um grave problema de intervenção invasiva com a evolução das espécies e o ambiente.

IHU On-Line - Como o mundo está vendo a tecnologia dos mosquitos transgênicos, sejam as autoridades sanitárias, sejam os cientistas ou os críticos? Existe uma pressão para que os mosquitos transgênicos sejam utilizados em vista do vírus da Zika? Quem pressiona pelo uso da tecnologia?

Silvia Ribeiro - Existe muita propaganda superficial, sem conteúdo sério, e parece haver bastante dinheiro de empresas de biotecnologia, entre outras instituições, para pagar por esta propaganda, como, por exemplo, a Fundação Bill e Melinda Gates. Há muito poucos cientistas que consideram os mosquitos da Oxitec viáveis. Na realidade, é um experimento com tantas falhas e riscos que deveria ser suspenso totalmente. Se se comprovar, tal como já anunciaram pesquisadores da Fiocruz, que também o mosquito comum (*Culex*) pode transmitir o vírus da Zika, todo o trabalho da Oxitec cai pelo peso de sua própria inutilidade, mostrando a ineficiência desta estratégia de "guerra" a uma espécie.

Também há ceticismo, alarde e prudência da maioria dos cientistas com a modificação genética de insetos, pelo papel onipresente de jogar os insetos nos ecossistemas, assim como a modificação genética de animais, como o salmão transgênico, que se pretende agora introduzir no Brasil. Esse salmão justamente é da *AquaBounty*, ou-

tra empresa da Intrexon, a mesma dona da Oxitec.

A Organização Mundial da Saúde, que sempre manteve um enfoque no vetor, anunciou, em 17 de fevereiro de 2016, que estava analisando a opção de utilizar os mosquitos transgênicos, dentre diversas outras formas, para combater os mosquitos vetores. Mas seu grupo de especialistas disse que eram necessárias avaliações de risco e testes para saber se realmente haveria incidência da doença e não recomendou agora o uso desta ferramenta.

Com essa declaração da Organização Mundial da Saúde - OMS, coloca-se em discussão a paupérrima valorização dos riscos que tiveram os experimentos feitos no Brasil - pior inclusive que em outros países onde os mesmos experimentos foram realizados - e que a decisão da CTNBio de permiti-los foi arbitrária (e posterior à liberação de mosquitos transgênicos da Oxitec na Bahia pela Moscamed).

A Oxitec não conta com a permissão da Anvisa, mas agora está usando a suposta emergência do vírus da Zika para pressionar a sua liberação, à qual é importante estarmos atentos e nos opormos.

IHU On-Line - Como você avalia o estado da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco, que relaciona o aumento da microcefalia com o uso de inseticidas e larvicidas colocados na água potável?

Silvia Ribeiro - Creio que a contribuição e a nota técnica explicativa da Abrasco são excelentes e falam do verdadeiro centro dos problemas. A microcefalia é uma anomalia que pode ter um amplo espectro de causas. É absurdo descartar *a priori* os fatores que levam à alta incidência da doença na saúde da população de onde saem 98% dos casos de microcefalia, como por exemplo, a exposição das pessoas a inseticidas de alta periculosidade e larvicidas na água potável, além de outros fatores citados desde 2014, salientados na nota técnica.

IHU On-Line - Qual seria uma maneira adequada de combater o *Aedes aegypti* sem recorrer ao uso dos mosquitos transgênicos?

Silvia Ribeiro - É totalmente errôneo focar no vetor das doenças, o que lamentavelmente é feito pela OMS e entre muitos governos do continente, o que ajuda a piorar a situação das mesmas doenças e vulnerabilidades ao invés de enfrentá-las. A Oxitec é um exemplo extremo de empresa que se foca apenas em um aspecto, que é o que lhe dá lucro.

Como expressou Lia Giraldo da Silva Augusto em entrevista à IHU On-Line (<http://goo.gl/HWsil8>), "estão em jogo três ecologias que são interdependentes: a dos vírus, a do vetor e a dos humanos, e estas precisam ser abordadas conjuntamente".

A proposta de uso dos mosquitos transgênicos se baseia em ignorar essas três ecologias e suas condições, ainda que modifiquem geneticamente para sempre uma espécie que vai intervir e interagir com todas as outras espécies e ecologias, o que pode resultar em problemas muito maiores que os que já existiam.

Creio que buscar um enfoque amplo para tratar o tema das doenças de forma participativa, preventiva e fundamentada na atenção primária à saúde, juntamente às comunidades - de bairros, da zona rural e incluindo epidemiologistas e outros profissionais críticos no diagnóstico e na discussão de medidas a tomar -, é o melhor e quem sabe o único realmente efetivo. Isto possibilita tomar consciência sobre as condições de vida, que incluem a pobreza, a má alimentação, a falta de serviços sanitários e de água potável - ou envenenamento de água potável com larvicidas - que em muitos casos são o pano de fundo que provoca o aumento dos mosquitos. Faz falta discutir nas comunidades, junto com as pessoas, quais medidas são necessárias e como podem ser feitas, o que demandar ao setor público e também qual organização é necessária e possível para mudar a situação.

IHU On-Line - Você gostaria de comentar mais alguma coisa?

Silvia Ribeiro - É fundamental opor-se aos mosquitos transgênicos, que não apenas pioram o problema que dizem combater, mas também drenam recursos públicos, mas, além disso, se baseiam na

mesma mentalidade das empresas biotecnológicas que converteram o Brasil no maior usuário mundial de agrotóxicos, biocidas e outros venenos, em um país onde muitas crianças tomam água com veneno e muitas mães têm resíduos de agrotóxicos no leite materno, entre outros efeitos dos transgênicos. E agora querem avançar com insetos e animais transgênicos, que trarão toda uma nova série de impactos na saúde e no ambiente.

Aqui, indico algumas das fontes citadas e materiais para maior aprofundamento na temática:

- Livro - Mosquitos Geneticamente Modificados: Preocupações Disponível em <http://bit.ly/228BZ9c>
- Insectos transgênicos: ¿zumbido o explosión? Disponível em <http://bit.ly/1Rc10YR>
- Mosquitos Genéticamente Modificados de Oxitec: ¿Un enfoque creíble para abordar el problema del Dengue? Disponível em <http://bit.ly/1SFB1yo>
- Rede por uma América Latina Livre de Transgênicos Disponível em www.rallt.org ■

LEIA MAIS...

- *México. Guerra suja contra os povos do milho.* Reportagem de Silvia Ribeiro reproduzida nas **Notícias do Dia**, de 31-08-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1RUPGnk>;
- *Biologia sintética: “Essa tecnologia é necessária?”* Entrevista especial com Silvia Ribeiro publicada nas **Notícias do Dia**, de 25-09-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/228L3L8>;
- *Tecnologia Terminator e o dilema brasileiro.* Entrevista especial com Silvia Ribeiro publicada nas **Notícias do Dia**, de 16-08-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1Xi6EgG>;
- *O consumo excessivo e injusto é intrínseco à lógica capitalista.* Entrevista especial com Silvia Ribeiro publicada nas **Notícias do Dia**, de 09-12-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/228Nddl>;
- *Chip espião - Um mundo sem privacidade!* Artigo de Silvia Ribeiro reproduzida nas **Notícias do Dia**, de 14-12-2006, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1U6Js6Y>.

Mudanças climáticas e a internacionalização de doenças virais

Nelson da Cruz Gouveia analisa o surgimento e a mudança de hábitos de vetores de doenças virais, como o *Aedes aegypti*, como mais um efeito do aquecimento global

Por Leslie Chaves | Edição João Vitor Santos

As alterações do clima em todo o mundo incidem nas mais diversas formas de vida na Terra, inclusive em vetores de doenças transmissíveis, como os insetos. Na prática, significa que países que sequer possuem clima tropical passam a conviver com problemas típicos de lugares mais quentes. É mais ou menos essa lógica que leva o mosquito *Aedes aegypti* a se adaptar até em lugares menos quentes. “E, com o mosquito, aparece a possibilidade de transmissão de doenças virais”, completa o médico, doutor em Saúde Pública, Nelson da Cruz Gouveia, ao explicar como o vírus da Zika vem se espalhando pelo mundo. E mais: o próprio vírus pode ir se transformando. “A questão dessas doenças virais é que esses vírus podem ir se modificando e gerando doenças com manifestações diferentes de pessoa para pessoa”, completa.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Gouveia lembra também que a facilidade da movimentação de pessoas pelo mundo é outro fator que contribuiu para a internacionalização das doenças virais. “As hipóteses que existem sobre a chegada do vírus da Zika é de que foi introduzido no Brasil durante a Copa do Mundo de 2014. Possivelmente foi um indivíduo infectado que veio para cá e, como aqui temos o vetor, o mosquito que transmite também Dengue e Chikungunya pode muito bem ter picado a pessoa infectada e começado a transmitir essa doença por aqui”, explica.

Conforme destacado por Gouveia, nos países em que já existe o vetor em potencial de uma doença viral, como o Zika, a iminência de alastramento é ainda maior. “No caso específico do Brasil, ainda há um agravante, que é a falta de saneamento básico. Com isso, há mais água parada e mais chances de proliferação do vetor e, portanto, a possibilidade de doenças e epidemias é maior”, completa o médico. É por isso que defende ações integradas de combate ao mosquito, e não apenas uma política de saúde baseada em aplicações de venenos. “Essa forma de controle baseada nos inseticidas acaba jogando veneno no meio ambiente e não se sabe quais são os riscos e os problemas de saúde que podem estar sendo causados”, completa, ao defender mecanismos intersetoriais de controle.

Nelson da Cruz Gouveia é graduado em Medicina pela Universidade Federal de São Paulo, mestre em Epidemiologia e doutor em Saúde Pública pela London School of Hygiene and Tropical Medicine - University of London. Atualmente é Professor Associado do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. É vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco e membro de seu Grupo Temático de Saúde e Ambiente. Tem atuado em diversos comitês técnico-assessores do Ministério da Saúde. Tem experiência na área de Epidemiologia e Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde Ambiental.

Confira a entrevista.



As hipóteses que existem sobre a chegada do vírus da Zika é de que foi introduzido no Brasil durante a Copa do Mundo de 2014

IHU On-Line - Como chegam ao Brasil o Chikungunya e o vírus da Zika, agravando o cenário das doenças vetoriais no país?

Nelson da Cruz Gouveia - O mecanismo exato de como eles entraram é sempre uma suspeita, pois é algo muito difícil de determinar. As hipóteses que existem sobre a chegada do vírus da Zika é de que foi introduzido no Brasil durante a Copa do Mundo de 2014, em função do grande número de pessoas circulando. Possivelmente foi um indivíduo infectado que veio para cá e, como aqui temos o vetor, o mosquito que transmite também Dengue e Chikungunya pode muito bem ter picado a pessoa infectada e começado a transmitir essa doença por aqui.

É assim, muito provavelmente, que vêm sendo espalhadas essas doenças ao redor do mundo. Hoje, temos uma circulação de pessoas pelo mundo inteiro muito maior do que tínhamos há 30 ou 40 anos. Isso propicia a circulação desses vírus. Claro que se uma pessoa com Zika vai para um país em que não tem o vetor, não vai conseguir deixar essa doença lá. Com o Chikungunya deve ter havido algo similar, mas não sei precisar por que a doença já está há mais tempo aqui. Temos relatos da circulação dessa doença no Brasil que são bem mais antigos que os relatos sobre o Zika.

IHU On-Line - Inicialmente o Chikungunya e o vírus da Zika foram considerados formas brandas da Dengue. O que gerou essa percepção? Essa ideia contribuiu de algum modo para o quadro que se tem hoje?

Nelson da Cruz Gouveia - De certa forma, é até um pouco errado dizer isso - que são formas brandas da Dengue - porque são três doenças virais, três vírus que possuem alguma similaridade, mas que são diferentes. Todos têm a possibilidade de ter o mesmo vetor, o mosquito *Aedes*, mas é apenas uma similaridade. Há também características distintas. O Zika, das três doenças, talvez fosse a mais branda no sentido da enfermidade. Ele apresenta um quadro viral bem leve, com algumas características peculiares, mas que muitas vezes pode passar despercebido.

O Chikungunya costuma causar dores nas articulações muito mais fortes, com rash cutâneo¹. E mesmo a Dengue, hoje em dia, já tem quatro sorotipos circulando no Brasil. Não é mais um vírus igual, mas sim quatro com sorotipos diferentes. Eles causam quatro tipos de Dengue de forma similar, mas, também, com algumas características distintas. A questão dessas doenças virais é que esses vírus podem ir se modificando e gerando doenças com manifestações diferentes de pessoa para pessoa.

IHU On-Line - A situação do meio ambiente, com a poluição, mudanças climáticas e a crise hídrica no país, contribui de alguma forma para a proliferação de mosquitos e a consequente propagação das doenças vetoriais?

¹ **Rash cutâneo** (ou exantema): é o aparecimento de manchas ou pápulas (quando as lesões são elevadas) na pele. As lesões usualmente são múltiplas e espalham-se por todo o corpo. Ocorre em consequência de doenças agudas provocadas por vírus, protozoários ou bactérias e também por parasitas helmínticos, como o *Schistosoma mansoni*, durante a fase inicial. (nota da **IHU On-Line**)

Nelson da Cruz Gouveia - Com certeza. Uma das grandes preocupações com relação às mudanças climáticas é que, em muitos países em que o vetor não existia, em decorrência da mudança do clima ele começa a aparecer. E, com o mosquito, aparece a possibilidade de transmissão da doença.

Veja, também, a questão da crise de abastecimento de água. As pessoas têm de lidar com essa situação de diversas maneiras, e uma delas é armazenando água em casa. Se essa água é armazenada em condições não favoráveis, o mosquito também pode se reproduzir ali, já que gosta de água parada e, de modo geral, limpa. Embora, hoje em dia, essa água que atrai o *Aedes* para a reprodução não precisa ser mais tão limpa assim.

São todos fatores que contribuem para que a proliferação dos mosquitos aumente. E no caso específico do Brasil ainda tem um agravante, que é a falta de saneamento básico, sobretudo nas grandes cidades onde há bolsões de pobreza. Com isso, há mais água parada e mais chances de proliferação do vetor e, portanto, a possibilidade de doenças e epidemias é maior. Até que chegamos a situações como a da Dengue, em que temos epidemias quase todo ano há cerca de 20 anos, tornando-se hoje quase uma endemia.

O peso da falta de saneamento

É preciso destacar que um dos determinantes é justamente a pobreza e, conseqüentemente, a falta de saneamento básico. Claro que não é o único. Vemos epidemias de Dengue no município de São Paulo, por exemplo, em regiões e bairros considerados nobres, onde há esgoto e água encanada. No entanto, a falta de saneamento adequado propicia o aparecimento de mosquitos. E as regiões onde essas epidemias são mais frequentes, se olharmos no mapa, são exatamente aquelas em que a falta de saneamento é maior.

IHU On-Line - Ainda sobre esses determinantes ambientais, essas doenças estão sendo levadas para outros países, até mais desenvolvidos, em que não há problemas como a falta de saneamento. Como se dá o alastramento dessas doenças nesses países como, por exemplo, os Estados Unidos?

Nelson da Cruz Gouveia - Os Estados Unidos estão muito preocupados com o vírus da Zika e realmente não há essas questões de esgotamento sanitário. Nas regiões mais ao sul, em que o clima é mais temperado, mais propício aos *Aedes*, a incidência já é grande. Assim, em países como os Estados Unidos e outros da Europa, a preocupação é com o aquecimento global. Se há um aumento de temperatura em regiões tradicionalmente mais frias, o mosquito vai se adaptando e tendo mais possibilidade de se reproduzir.

IHU On-Line - A nota técnica da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco² a respeito dos perigos das medidas químicas de combate ao *Aedes aegypti* alerta para a necessidade de uma abordagem intersetorial no controle de doenças vetoriais. Quais são os setores fundamentais nessa articulação e como poderiam contribuir em conjunto para o enfrentamento dessas enfermidades?

Nelson da Cruz Gouveia - A nota técnica chama atenção para o fato de que vem se fazendo um controle focado basicamente em ações para eliminar o mosquito. É essa a política de saúde praticada no Brasil nos últimos 20, 30 anos, seja aplicando inseticidas através dos fumacê³ ou aplicando larvicidas na água. Mas, na verdade, isso não vem dando certo. Percebemos, ao longo desses 20 ou 30 anos, que ocorreram epidemias. Às vezes elas são menos intensas, mas muito mais por questões climáticas do que pela eficácia de controle por esse modo de ação.

² Disponível em <http://bit.ly/22nst5m>

³ **Fumacê:** técnica de combate de pragas urbanas, como o mosquito da dengue, a partir da pulverização de inseticidas ao ar livre. (Nota da **IHU On-Line**)

Essa forma de controle baseada nos inseticidas acaba jogando veneno no meio ambiente, e não se sabe quais são os riscos e os problemas de saúde que podem estar sendo causados por essa exposição a produtos químicos. A ideia é tentar passar para um mecanismo de

“

Em países como os Estados Unidos e outros da Europa, a preocupação é com o aquecimento global

controle dessas doenças que não seja única e exclusivamente jogando inseticida na população, que se possa fazer o que a nota técnica coloca como abordagem intersetorial. Significa que é preciso trabalhar a questão do saneamento, do crescimento das cidades, do planejamento e desenvolvimento urbano, como forma de se evitar o surgimento de criadouros. É ter uma cooperação do setor da saúde com o setor do planejamento urbano e diversas áreas que pensam construir uma cidade com condições de habitação e moradia adequadas para a população.

IHU On-Line - Com a promoção dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em breve, o cenário das doenças vetoriais no país pode ser agravado? De que maneira?

Nelson da Cruz Gouveia - É difícil fazer uma previsão dessa natureza. Há algumas variáveis que precisamos considerar. A primeira é que os jogos vão ocorrer num período tradicionalmente de inverno, um período em que a incidência dessas doenças cai. As epidemias de Dengue e de outras doenças virais são sempre mais prolongadas durante o verão. Ainda que o Rio de Janeiro não seja um estado

onde o inverno é rigoroso, a tendência é sempre de queda.

Outra questão é que deve haver grande fluxo de pessoas, como foi na época da Copa do Mundo. E o que ficou da Copa - pelo que vimos até agora e pelas suspeitas - é a introdução do vírus da Zika que antes não circulava por aqui. Pode ser que alguém traga algum vírus novo para cá e pode ser que alguém leve esses vírus daqui para um outro lugar no mundo. Agora, é complicado prever como isso deve acontecer. Também não acho que seja o caso de cancelar os jogos. Tem-se que promover as Olimpíadas e tomar todos os cuidados possíveis.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Nelson da Cruz Gouveia - A grande questão, e que a nota técnica da Abrasco tenta chamar atenção do governo e da população de um modo geral, é que essa ideia de combater somente o mosquito jogando inseticida na população não tem se mostrado efetiva e ainda traz riscos de contaminação. É preciso começar a pensar em alternativas. Estão surgindo algumas propostas de controle desses vetores através de medidas mais integradas de saneamento, controle biológico, captura, uma série de pequenas experiências que a própria Abrasco está tentando reunir para preparar uma publicação. Ou seja, é possível viabilizar alternativas, mas é preciso uma ação integrada.

IHU On-Line - E também é preciso fugir dessa lógica de culpar a população pela incidência da doença. Correto?

Nelson da Cruz Gouveia - Sim, a população não pode ser vista como única culpada. Entretanto, não podemos também tirar da população a responsabilidade e deixar somente na mão do Estado. Os dois entes devem estar envolvidos. Não adianta continuar jogando lixo na rua ou manter potenciais criadouros dentro de casa e ficar dependendo somente das ações do Estado. ■

Os mistérios que ainda cercam o Zika

Ana da Veiga destaca que ainda há muito que se descobrir sobre o vírus que está colocando o mundo em alerta e os seus efeitos nos seres humanos

Por Leslie Chaves | Edição João Vitor Santos

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que então se possa afirmar que de fato conhecemos o vírus da Zika. Para a pesquisadora Ana da Veiga, que estuda epidemiologia molecular de vírus patogênicos humanos, tudo que cerca a doença ainda é muito nebuloso, desde a sua entrada nas Américas até as formas de transmissão, diagnóstico e tratamento. Há uma série de suspeitas e suposições, mas há poucas comprovações científicas. “A pesquisa científica é a base para o diagnóstico e o tratamento do paciente na clínica e para controlar melhor a doença na população, contribuindo para a saúde pública”, aponta. “Vários laboratórios praticamente pararam o que estavam fazendo para focar nessa doença. Tanto no Brasil quanto fora, especialistas estão criando redes de pesquisa para estudos de Zika”, completa.

Em entrevista concedida por telefone à **IHU On-Line**, Ana alerta que muitas notícias e boatos dão conta de certezas sobre o vírus da Zika, mas que não têm cunho científico. “Por enquanto, é importante destacar o que de fato sabemos sobre o Zika: é um vírus da mesma família do vírus da Dengue e do vírus da Febre Amarela e é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* - agora estão sendo estudadas outras possíveis espécies de mosquitos transmissores. E a melhor forma de evitar a doença é evitar ser picado pelo mosquito”, pontua. A relação com casos de microcefalia ainda está sendo estudada. Um artigo recente, publicado no periódico científico *Cell Stem Cell*, mostrou que, em testes *in vitro*, o vírus da Zika é capaz de se multiplicar em células progenitoras de neurônios. Outros estudos encontraram material genético do vírus no líquido amniótico, na placenta e em outras amostras obtidas de casos de microcefalia.

Vale destacar um artigo publicado neste mês no *New England Journal of Medicine*; o grupo de pesquisa da doutora Tatjana Avšič Županc, da Universidade de Ljubljana, na Eslovênia, relata o caso de uma europeia que engravidou durante sua estadia no Brasil em

2014-2015. Durante a gravidez, apresentou sintomas semelhantes à febre por Zika, mas não foi feito diagnóstico laboratorial. Posteriormente, exames de imagem confirmaram que o feto apresentava microcefalia, além de calcificações na placenta e no cérebro; a gravidez foi interrompida e foi confirmada a presença do vírus no cérebro. “A partir desses estudos, deduzimos a relação entre o Zika e a microcefalia, mas ainda são necessárias análises mais profundas para afirmar isso. Em outras palavras, temos fortes evidências, mas falta uma confirmação científica”, diz a pesquisadora.

O mesmo ocorre em relação à Síndrome de Guillain-Barré - há casos de pacientes que desenvolveram a síndrome após infecção por Zika - e a possibilidade de o vírus ser transmitido sexualmente: ambas são “mais uma suposição sem comprovação”. A pesquisadora alerta que as questões relacionadas ao desenvolvimento de vacinas, a existência de outros vetores em potencial, quanto tempo o vírus segue ativo em humanos e até mesmo sobre a entrada do vírus da Zika no Brasil ainda são ilações. “Sabemos muito, mas não o suficiente; há muito caminho pela frente”, enfatiza.

Ana Beatriz Gorini da Veiga é graduada em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, é mestra e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular, do Centro de Biotecnologia da UFRGS. Durante seus estudos, atuou no National Institutes of Health, nos Estados Unidos. É professora na Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA e tem experiência na área de Biologia Molecular. Também é orientadora nos Programas de Pós-Graduação em Patologia e em Hepatologia da UFCSPA. Atualmente está nos Estados Unidos, realizando um estágio sênior no Departamento de Microbiologia da Icahn School of Medicine at Mount Sinai, em Nova Iorque.

Confira a entrevista.



A pesquisa científica é a base para o diagnóstico e o tratamento do paciente na clínica e para controlar melhor a doença na população, contribuindo para a saúde pública

IHU On-Line - Como chega ao Brasil o vírus da Zika?

Ana da Veiga - Essas doenças estão muito relacionadas ao tráfego aéreo, pois está cada vez mais fácil sair de um lado do mundo e ir para o outro muito rapidamente. E com essas movimentações de seres humanos entre várias regiões, acabam sendo carregadas também doenças. No caso das doenças virais, isso se torna ainda mais grave, uma vez que podemos, em alguns casos, transmitir essas doenças pelo ar, como, por exemplo, nas gripes causadas pelo vírus Influenza. Se forem doenças que são transmitidas por vetores, passando entre os humanos através de um vetor, como é o caso da Dengue, Zika, Chikungunya, Malária, entre outras, a possibilidade de aquele patógeno passar a infectar uma população depende da presença do vetor. No caso do vírus da Zika, o vetor é o mosquito *Aedes aegypti* e aqui no Brasil também transmite os vírus da Dengue, que é da mesma família do Zika, e o Chikungunya, que já é um pouco diferente.

Por tanto, estando presente o mosquito em determinado local, se chegar um paciente que estiver carregando o vírus - não precisa nem estar com a doença, basta estar apenas com o vírus -, pode contaminar esse vetor que vai sair por aí espalhando o vírus para outras doenças.

A chegada da Dengue

A Dengue, por exemplo, entrou no Brasil com força na década de 1980, no Rio de Janeiro. Na Amé-

rica Latina, o vírus começou sua distribuição por Cuba, vindo da Ásia, e acabou entrando no Norte do Brasil; na verdade ocorreram diferentes entradas, em diferentes períodos, e aos poucos o vírus se espalhou. Hoje, sabemos que até na região Sul temos inúmeros casos de Dengue. Se em 2007 e 2008 víamos a doença só em pessoas que haviam viajado, agora podemos perceber uma transmissão dentro do próprio estado.

No caso do Zika, é importante destacar que ainda não foram relatados no Rio Grande do Sul casos autóctones, isto é, transmitidos dentro da região e não por alguém que vem de fora. Mas sabemos que nas regiões Sudeste e Nordeste do país a doença está se distribuindo muito rapidamente; então é uma questão de tempo até chegar ao Sul, porque temos a presença do vetor.

A entrada do Zika no Brasil

Há indícios de que o vírus da Zika tenha chegado ao Brasil trazido por turistas durante o período da Copa do Mundo. Isso porque os primeiros casos confirmados surgiram no final de 2014 e os primeiros casos autóctones já surgiram entre março e abril de 2015. Por isso essa relação com a Copa, mas pode ser apenas uma possibilidade. Além disso, como o diagnóstico do Zika é difícil de ser feito, essa entrada pode ter sido anterior à Copa. Tanto que há registro de muitas doenças com sintomas semelhantes à febre da Dengue desde 2012 e 2013 e, nes-

ses casos, os testes deram negativo para Dengue.

Como muitos diagnósticos laboratoriais deram negativo para a Dengue, a detecção exata da doença que acometia esses pacientes foi deixada como um diagnóstico inconclusivo. Quem sabe se já não era Zika circulante no país? Por isso, é difícil fazermos uma retrospectiva com 100% de certeza. Entretanto, todo esse estudo epidemiológico é importante para tentar se buscar realmente como foi a entrada da doença; é descrever melhor a história.

Diagnósticos difíceis e mapeamento nebuloso

Essa dificuldade de mapeamento do momento exato da entrada da doença se explica, em parte, porque tanto Chikungunya como Zika foram consideradas formas brandas da Dengue, já que os sintomas - como febre e dores no corpo - são bem mais leves. E, ainda, como os vírus que causam essas doenças são muito parecidos, pode haver o que chamamos de reação cruzada. Por isso os diagnósticos, algumas vezes, são tão difíceis. Não existe um teste laboratorial com 100% de certeza; além disso, o paciente tem de ser avaliado nas primeiras 72 horas de infecção para que se consiga detectar o vírus. Se não for possível, acabamos recorrendo a outros testes em que as reações cruzadas são muito comuns.

O fato de não haver um teste e diagnóstico 100% confiável, ou sensível e específico para essas doenças, contribui para não conseguirmos ter um controle maior. Se o paciente tem alguns sintomas, mas o teste dá negativo, ele é considerado negativo. Porém, se estiver infectado, mesmo que o vírus não seja evidente nos exames, ainda assim poderá contribuir para a disseminação da doença na região.

IHU On-Line - Como está hoje o contexto de pesquisas sobre o vírus da Zika no Brasil e no mundo?

Ana da Veiga - A Organização Mundial da Saúde - OMS está dando prioridade total para as pesquisas com Zika. Vários laboratórios praticamente pararam o que estavam fazendo para focar nessa doença. Tanto no Brasil quanto fora, especialistas estão criando redes de pesquisa para estudos de Zika. Aqui nos Estados Unidos também ocorre isso, inclusive redes internacionais estão se articulando para criar formas de agilizar os testes de diagnósticos e o desenvolvimento de vacinas, assim como estudos para descobrir quais sintomas realmente o vírus causa, se existe ou não essa relação com a microcefalia, quais os riscos do paciente que está infectado com a doença, entre outras questões.

Esses sintomas iniciais, como um pouquinho de dor nas articulações, que depois passa, pode ser uma infecção inicial, mas ninguém sabe ainda o que aquele paciente pode desenvolver no longo prazo. Existem editais abertos para pesquisas sobre Zika em vários países, inclusive para aqueles que estejam dispostos a colaborar com grupos de pesquisas do Brasil.

No próprio Brasil, em São Paulo, por exemplo, existem grupos grandes de estudos com redes de colaboração na África e nos Estados Unidos. Isso porque a pesquisa científica é a base para o diagnóstico e o tratamento do paciente na clínica e para controlar melhor a doença na população, contribuindo para a saúde pública.

Zika e microcefalia

Sobre a relação de Zika com a microcefalia, de fato, as primeiras pesquisas a partir dos relatos vieram do Brasil. Observamos um aumento significativo dos casos de microcefalia no país concomitante ao aumento dos casos de infecção por Zika. No entanto, se existe uma relação direta dos casos de microcefalia com a infecção por Zika, ainda não foi comprovado cientificamente, mas muitos estudos recentes apresentam fortes evidências que apontam nessa direção.

O que já foi comprovado? Em alguns casos de microcefalia, a mãe estava infectada pelo Zika e o feto mostrou também a presença do vírus. Recentemente, foi publicado um estudo no *The New England Journal of Medicine*¹ mostrando que um feto natimorto estava com o vírus no cérebro e no próprio sangue, transmitido pela mãe através da placenta. Isso é o que se tem provado. Agora, ainda não se sabe se a microcefalia foi causada pelo vírus. Para descobrir se o vírus está de fato causando a microcefalia, são necessários muitos estudos *in vitro*² e *in vivo*³. Assim como nos casos de Rubéola, quando uma mãe contrai a doença, a criança pode nascer com má-formação ou mesmo pode haver casos de aborto. A mesma situação pode acontecer em caso de infecção por Zika.

“
Vários laboratórios praticamente pararam o que estavam fazendo para focar nessa doença

IHU On-Line - O que significam as descobertas de evidências da presença do vírus da Zika em fluidos corporais humanos?

Ana da Veiga - Foi detectada a presença de material genético do vírus da Zika e da Dengue em fluidos como saliva e sêmen. Não

¹ *The New England Journal of Medicine*: é uma das publicações científicas mais prestigiadas na área da medicina. Foi fundada pelo Dr. John Collins Warren em 1812. (Nota da IHU On-Line)

² *In vitro* (“em vidro”): é uma expressão latina que designa todos os processos biológicos que têm lugar fora dos sistemas vivos, no ambiente controlado e fechado de um laboratório e que são feitos normalmente em recipientes de vidro. Foi popularizada pelas técnicas de reprodução assistida (fertilização *in vitro*). (Nota da IHU On-Line)

³ *In vivo* (Latim: dentro do vivo): significa “que ocorre ou tem lugar dentro de um organismo”. Em ciência, *in vivo* refere-se à experimentação feita dentro ou no tecido vivo de um organismo vivo, em oposição a um parcialmente ou totalmente morto. Experimentos com animais e ensaios clínicos são formas de investigação *in vivo*. (Nota da IHU On-Line)

é dizer que o vírus estava ali, mas sim o material genético. É como, por exemplo, quando alguém pega uma arma e deixa vestígios: não se pode dizer que aquele humano está na arma, mas sim que ele deixou materiais genéticos na arma. A presença do material genético viral no sêmen ou na saliva não significa que o vírus esteja ali ou que será transmitido por esses fluidos. Para perceber a presença do vírus, é necessário isolá-lo, fazer um cultivo viral a partir desses fluidos, e isso ainda não foi feito.

Por que dizem que o vírus pode ser transmitido sexualmente? Porque houve alguns casos de pacientes que chegaram de viagem infectados com Zika e o parceiro acabou apresentando sintomas da doença ou mesmo a presença do vírus no sangue. Mas não dá para saber se aquele indivíduo, ao chegar, não trouxe consigo um mosquito. Isso é possível. Ele não só pode ter trazido consigo o mosquito como também pode ter sido picado por um mosquito que já estava no local e que passou a espalhar o vírus. Assim, o parceiro pode ter sido contaminado pelo vetor. Não tem como saber se, nesses casos, a contaminação foi realmente por relação sexual. É preciso fazer um bom trabalho de vigilância ambiental para saber se havia o mosquito nesse local. E por isso reitero: existem evidências? Sim, existem. Já foram comprovadas cientificamente? Ainda não.

Apenas suspeitas

Vi muitas reportagens culpando algumas vacinas por casos de microcefalia, o que também não tem nenhum fundamento lógico e científico. Assim como não é fundamentada a afirmação de que tem relação com aplicação de venenos ou algum produto químico contra o mosquito. Esses casos de microcefalia ainda precisam ser muito estudados para que se possa compreendê-los.

No Brasil também houve uma mudança na forma como são notificados os casos de microcefalia. Antes, a redução do perímetro cra-

niano tinha de ser bem maior para ser considerada microcefalia; hoje uma pequena redução já é considerada microcefalia, o que levou a um aumento no número de notificações. Outro detalhe também são outros sintomas relacionados com Zika, como a Síndrome de Guillain-Barré⁴, que é um problema que acaba acometendo muito o movimento dos membros inferiores. Avalia-se a possibilidade de que a pessoa que tenha sido contaminada pelo vírus venha a desenvolver a Síndrome. Mas isso ainda está em discussão.

IHU On-Line - Como está o contexto de pesquisas para a elaboração das vacinas do vírus da

4 Síndrome de Guillain-Barré (SGB, ou síndrome de Guillain-Barré-Strohl, também conhecida por polirradiculoneuropatia idiopática aguda, polirradiculopatia aguda imunomediada ou polirradiculoneurite aguda): é uma doença do sistema nervoso (neuropatia). É adquirida e provavelmente de caráter autoimune. Caracteriza-se por inflamação aguda dos nervos periféricos e, às vezes, das raízes nervosas proximais e dos nervos cranianos – isto é, dos nervos que emergem do tronco cerebral e suprem funções específicas da cabeça, da região do pescoço e das vísceras. Trata-se de uma doença desmielinizante, ou seja, marcada pela perda da bainha de mielina que envolve os nervos e facilita a transmissão do estímulo nervoso. O processo inflamatório e desmielinizante interfere na condução do estímulo nervoso até os músculos e, em alguns casos, no sentido contrário, isto é, na condução dos estímulos sensoriais até o cérebro. Em 2015, surgiu a suspeita de que o vírus da Zika possa desencadear a síndrome de Guillain-Barré em pacientes com propensão à doença. (Nota da IHU On-Line)

Zika? Que impacto terão se forem desenvolvidas?

Ana da Veiga - Estão sendo realizados estudos para o desenvolvimento de vacinas, não só para Zika como também para Dengue. Já existe uma vacina contra a Dengue que estão tentando colocar no mercado. Para Zika, todos esses esforços científicos têm por objetivo não só compreender a doença, mas também buscar diagnóstico e tratamentos específicos para isso e profilaxia no caso das vacinas. Existem grupos de pesquisa já tentando desenvolver a vacina, com base nos laboratórios de virologia. Aqui em Nova Iorque há um laboratório de virologia que tem muita experiência com doenças virais e que está tentando desenvolver uma vacina contra Zika. E se, de fato, conseguirem acelerar isso, será muito importante para o controle da doença, como várias outras vacinas que já conhecemos e que tomamos desde pequenos.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Ana da Veiga - Por enquanto, é importante destacar o que de fato sabemos sobre o Zika: é um vírus da mesma família do vírus da Dengue e é transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti* - agora estão sendo

estudadas outras possíveis espécies de mosquitos transmissores. E a melhor forma de evitar a doença é evitar ser picado pelo mosquito. Por isso é importante usar repelente e não só roupa comprida, pois os mosquitos podem picar através da roupa.

E o que nós pensamos que sabemos, mas que ainda não está certo? 1) Que o vírus pode ser uma causa de microcefalia. Isso é uma dedução; ainda não há confirmação científica. 2) Que o vírus pode causar Guillain-Barré. Nesse caso, estamos na mesma situação da microcefalia. 3) Que o vírus pode ser transmitido sexualmente; esta é mais uma suposição sem comprovação.

O que não sabemos?

1) Não sabemos se teremos uma vacina no curto prazo, pois há muita pesquisa pela frente.

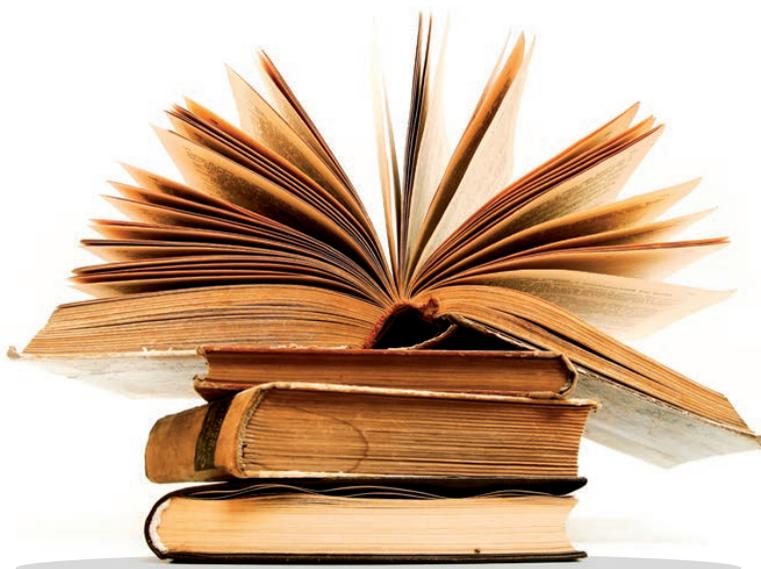
2) Não sabemos se existem outras espécies de mosquitos que podem transmitir Zika.

3) Também não sabemos quanto tempo o vírus fica no organismo do paciente.

4) Sobre a entrada do vírus no Brasil temos algumas suposições, mas ainda não se sabe ao certo se foi durante a Copa do Mundo. ■

Cadernos Teologia Pública

Cadernos Teologia Pública divulga artigos que apresentam a contribuição da teologia com os debates que se desenvolvem na esfera pública da sociedade e na universidade, com abertura ao diálogo com as ciências, com a cultura e com as religiões.



Sem saneamento não há controle epidemiológico eficaz

Para Gustavo Brêtas, “construir espaços de vida mais saudáveis para a população” é uma estratégia que pode gerar resultados mais eficazes e duradouros

Por Leslie Chaves

O histórico de epidemias de doenças transmitidas pelo vetor *Aedes aegypti* no Brasil demonstra as dificuldades do país em controlar a Dengue e, mais recentemente, o Chikungunya e o vírus da Zika, que tem gerado grande preocupação nas autoridades e na população em geral. De acordo com o médico Gustavo Brêtas, uma das principais razões para o insucesso das estratégias governamentais ao longo dos anos é a incapacidade dos programas de controle epidemiológico para atender a demanda e manter a aplicação de medidas suficientes para cessar as epidemias.

Outra questão mais séria e estrutural no enfrentamento às doenças vetoriais são as condições de vida precárias de uma parcela significativa dos brasileiros. Conforme assinala Brêtas em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**, “mais racional seria aplicar os recursos em medidas de médio e longo prazo para melhorar o acesso a serviços básicos e em paralelo trabalhar para desenvolver vacinas”.

Porém, apesar do quadro atual preocupante, o médico acena com prognósticos mais favoráveis quanto à Dengue. Segundo Brêtas, “o problema está em vias de resolver-se e já se inicia a fase final do desenvolvimento de uma vacina. Em breve a Dengue estará resolvida”. Sobre o vírus da Zika e

o Chikungunya, ele afirma que ainda há muito a se percorrer para se obter um meio de imunização. E dispara um alerta quanto à outra doença transmitida pelo *Aedes aegypti* que está esquecida no país: “É importante ressaltar que a Febre Amarela ainda existe na sua forma silvestre e tem potencial para causar epidemias em áreas com altos índices de infestação de *Aedes*. É necessário manter o esforço de proteger a população e manter um estoque estratégico de vacinas para a possibilidade de ter que conter epidemias em áreas onde a população não é vacinada”.

Gustavo Brêtas é graduado em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, especialista e mestre em Epidemiologia pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Instituto Oswaldo Cruz - ENSP/Fiocruz, tendo também realizado estudos de mestrado na London School of Hygiene & Tropical Medicine, em Londres, Reino Unido. É integrante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO. Trabalhou em diversas organizações internacionais, como a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS, e programas de controle de doenças vetoriais, como Malária e outras doenças transmitidas por insetos, em diferentes países e na região amazônica.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como está o contexto de proliferação da Dengue, Chikungunya e Zika no mundo? Quais as regiões menos e mais afetadas?

Gustavo Brêtas - A Dengue tem sua origem na Ásia. Já o Chikun-

gunya e o vírus da Zika têm origem africana, vêm dos países Tanzânia e Uganda, respectivamente. Os três vírus vêm se expandindo em áreas tropicais e subtropicais onde existe o vetor que os transmitem e a população ainda não é imune.

No caso da Dengue, que apresenta quatro sorotipos diferentes, a proliferação é mais complexa. Cada pessoa pode adoecer com cada sorotipo, portanto quatro vezes. Os três vírus, ao chegarem às Américas, se expandiram rapidamente



O uso frequente de embalagens de plástico que acabam servindo como criadouros aumentaram a densidade da presença do *Aedes* nas regiões subtropicais

em uma população sem imunidade exposta a altos índices de infestação do *Aedes aegypti*.

IHU On-Line - Quais fatores estão contribuindo para a proliferação das doenças vetoriais?

Gustavo Brêtas - No caso específico das doenças transmitidas pelo *Aedes*, a ausência de imunidade, natural ou adquirida através de vacinas, o crescimento populacional associado à desigualdade ao acesso a moradias, coleta de lixo, água e esgoto, que se relacionam com a presença de criadouros, têm contribuído para a proliferação. Além disso, o uso frequente de embalagens de plástico que acabam servindo como criadouros aumentaram a densidade da presença do *Aedes* nas regiões subtropicais.

É importante também ressaltar a história da Febre Amarela. Uma doença com um potencial epidêmico enorme, transmitida pelo *Aedes aegypti* em áreas urbanas, que foi controlada e virtualmente eliminada na sua forma epidêmica, através do uso de uma vacina. O mesmo deve acontecer com a Dengue nos próximos anos. Se fosse possível produzir vacinas rapidamente para os diversos vírus, o mosquito deixaria de ser importante.

IHU On-Line - De que modo você avalia as estratégias de enfrentamento ao mosquito implementadas pelo Ministério da Saúde?

Gustavo Brêtas - O Ministério da Saúde tem um programa tecnicamente correto do ponto de vista das alternativas existentes para o controle do *Aedes aegypti*. Porém

a estratégia é problemática quando analisada desde a perspectiva do impacto e da eficiência. As histórias de sucesso no controle do *Aedes aegypti* são poucas e as estratégias de controle são caras e de implementação complexa.

As epidemias anteriores de Dengue e as atuais de Chikungunya e vírus da Zika demonstram que a estratégia não está funcionando. Primeiro porque as condições de vida da maior parte da população são precárias quanto ao acesso a serviços básicos. Segundo porque a intensidade necessária de aplicação das medidas de controle para interromper uma epidemia está aquém da capacidade dos programas de controle, tanto em termos financeiros quanto na capacidade de manter a estratégia na escala espacial e temporal necessária.

Seria preciso manter livres do *Aedes* as áreas onde existe população não imune e condições propícias à proliferação do mosquito, até que surja uma vacina capaz de imunizar a população. O custo de tal programa seria enorme. Mais racional seria aplicar os recursos em medidas de médio e longo prazo para melhorar o acesso a serviços básicos e em paralelo trabalhar para desenvolver vacinas. Esta é a proposta da Associação Brasileira de Saúde Coletiva - Abrasco, que coincide com a proposta recente da Organização das Nações Unidas - ONU.

IHU On-Line - De que modo você avalia as campanhas realizadas junto à população brasileira para o enfrentamento ao *Aedes*

***aegypti* e às doenças transmitidas por esse mosquito vetor?**

Gustavo Brêtas - Como é um mosquito caseiro, que vive dentro dos imóveis e no seu entorno, é fundamental que as pessoas aprendam a evitar que ele se multiplique em suas casas. O Estado deveria responsabilizar-se pelo controle nas áreas públicas, bem como pela vigilância. O Estado precisa também criar mecanismos para exigir que o controle seja efetivo.

IHU On-Line - No contexto atual, é possível a erradicação do mosquito vetor *Aedes aegypti*? Por quê? De que maneira?

Gustavo Brêtas - Não. No passado, com cidades menores, menos caóticas, menos plástico e um inseticida excelente em termos de persistência e repelência, o DDT¹, foi possível eliminar o mosquito do Brasil. Atualmente, com as deficiências de serviços básicos, o crescimento desorganizado de cidades, criando espaços insalubres, e o aparecimento de resistência dos mosquitos a inseticidas, já não é possível. Ademais temos também no Brasil um outro vetor, o *Aedes albopictus*, que tem um ciclo diferente do *aegypti*.

IHU On-Line - Como está o cenário de pesquisas sobre as doenças vetoriais no Brasil? E internacionalmente?

Gustavo Brêtas - As pesquisas existem, mas estão aquém do que é necessário para resolver os crescentes problemas relacionados com as doenças transmitidas por vetores. Ressaltamos que é necessário pensar também em pesquisas que busquem resolver os determinantes dessas doenças, como, por exemplo, a busca de metodologias que visem facilitar e ampliar o acesso aos serviços básicos, cons-

¹ DDT (sigla de diclorodifeniltricloroetano): é o primeiro pesticida moderno, tendo sido largamente usado após a Segunda Guerra Mundial para o combate aos mosquitos vetores da malária e do tifo. Sintetizado em 1874, suas propriedades inseticidas contra vários tipos de artrópodes só foram descobertas em 1939 pelo químico suíço Paul Hermann Müller, que, por essa descoberta, recebeu o Nobel de Fisiologia ou Medicina de 1948. (Nota da IHU On-Line)

truir espaços de vida mais saudáveis para a população.

IHU On-Line - Qual é a importância da elaboração de vacinas e tratamento medicamentoso para as doenças Dengue, Chikungunya e o vírus da Zika? Como está o contexto de pesquisas para a elaboração destas vacinas? Que impacto terão se forem desenvolvidas?

Gustavo Brêtas - Para a Dengue o problema está em vias de resolver-se e já se inicia a fase final do desenvolvimento de uma vacina. Em breve a Dengue estará resolvida. Para o vírus da Zika e o Chikungunya estamos iniciando o longo caminho para o desenvolvimento e produção de uma vacina. É importante ressaltar que a Febre Amarela ainda existe na sua forma silvestre e tem potencial para causar epidemias em áreas com altos índices de infestação de *Aedes*. É necessário manter o esforço de proteger a população e manter um estoque estratégico de vacinas

para a possibilidade de ter que conter epidemias em áreas onde a população não é vacinada.

IHU On-Line - Que experiências foram bem sucedidas no enfrentamento a doenças zoonóticas no mundo? E quais são as piores?

Gustavo Brêtas - No passado o Brasil foi capaz de eliminar um vetor da malária que havia sido introduzido da África e também foi capaz de eliminar o *Aedes* de seu território. Frente ao *Aedes*, as duas experiências de maior sucesso são o seu controle em Cuba e em Singapura. Ressalto que é um sucesso parcial, já que apesar de um trabalho conjunto da população e do Estado e de um investimento maciço de esforços, nem Cuba nem Singapura estão livres das enfermidades transmitidas pelo *Aedes aegypti*.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Gustavo Brêtas - Temos uma situação muito difícil com três doenças potencialmente graves: Dengue, que tem formas muito nocivas; Zika, com a tragédia do impacto nos fetos e complicações neurológicas; e Chikungunya, acompanhada de artrite crônica com uma frequência muito alta. Em curto prazo não temos estratégias capazes de deter a expansão destas endemias. É preciso um enorme esforço conjunto para diminuir os determinantes da proliferação dos mosquitos, aumentando o acesso da população aos serviços básicos, e buscar estratégias para o desenvolvimento de vacinas no menor espaço de tempo possível.

Em relação ao vírus da Zika, precisamos proteger as mulheres grávidas para evitar que adoçam durante a gestação até que a imunidade de grupo e/ou o desenvolvimento de uma vacina permita relaxar a proteção individual.

13ª
FAZENDA
IHU

IESUITAS BRASIL

ciclo de atividades

O CUIDADO DE NOSSA
casa comum

10 DE MARÇO A 03 DE MAIO DE 2016

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
ihu.unisinos.br

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades

ME TRÓ POLES

3º CICLO DE ESTUDOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E
TECNOLOGIAS DE
GOVERNO

TERRITÓRIOS,
GOVERNAMENTO DA VIDA
E O COMUM

**UNISINOS – SÃO LEOPOLDO
| RS**

**30 DE MARÇO A
08 DE JUNHO DE 2016**

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES – IHU.UNISINOS.BR

PROMOÇÃO



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

UNISINOS
Somos infinitas possibilidades



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

WWW

ihu.unisinos.br



unisinos.br/blogs/ihu



fb.com/InstitutoHumanitasUnisinos



instagram.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



twitter.com/_ihu

IHU ON-LINE



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Confira os eventos que ocorrem no Instituto Humanitas Unisinos IHU de 21-03-2016 a 04-04-2016.



Ciclo de Estudos em EAD: Sociedade Sustentável – Edição 2016

Atividade: O estado atual da crise civilizacional: onde estamos? - Módulo 1 - EAD

Ministrante: Gilberto Faggion

Saiba mais em <http://bit.ly/1Z4zyCE>

Exibição e debate do filme O evangelho segundo São Mateus, de Pier Paolo Pasolini

Horário: 14h30min às 17h

Conferencista: MS Marcus Mello - Sala PF Gastal - Usina do Gasômetro - Porto Alegre - RS

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1M8k1zH>



A 21ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP 21: perspectivas para a agenda ambiental do Brasil

Horário: 19h30min às 22h

Conferencista: Profa. Dra. Moema Miranda - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE - RJ

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1R0vSP3>

Multidão e poder constituinte: uma genealogia dos conceitos

Horário: 14h30min às 17h

Conferencista: Prof. Dr. Homero Silveira Santiago - Universidade de São Paulo - USP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1WsO1GV>



Movimentos sociais e a multidão nas metrópoles: potência e/ou ameaças

Horário: 19h30min às 22h

Conferencista: Prof. Dr. Homero Silveira Santiago - Universidade de São Paulo - USP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Saiba mais em <http://bit.ly/1WsNVPt>

#Dossiê Conjuntura

A opção que não transformou e que perdeu o fôlego

Raúl Zibechi acredita que a opção por formas de governo sem conflito, sentando à mesa com direita e com movimentos populares, não trouxe verdadeiras mudanças e, agora, chega ao esgotamento

Por João Vitor Santos | Tradução Henrique Dênis Lucas

Não há como fazer uma omelete sem quebrar os ovos. É mais ou menos na lógica desse ditado que Raúl Zibechi reflete sobre o que acontece com o governo - dito - progressista e de esquerda no Brasil. "Minha impressão é que se optou por uma forma de governo sem conflitos, nem com a direita, nem com os setores populares", diz. Para ele, não é uma exclusividade brasileira, mas algo recorrente na América Latina que não levou a profundas transformações sociais. "Ante os ricos, apresenta-se como aquele que pode apaziguar os de baixo. E ante os de baixo, apresenta-se como o grande beneficiário com diversas políticas sociais. Quando esse cenário é dissolvido, os governantes não sabem como se manter", analisa, ao destacar o que ocorre quando o modelo chega a um limite.

Na entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, Zibechi olha desde a realidade do Brasil que transborda para a América do Sul. Nessa lógica conciliadora, o que há é uma inclusão pelo consumo que, ao invés de romper com o capital, alimenta-se dele. De acordo com o entrevistado, é importante perceber isso para entender por que este é um ciclo que chega ao fim. Uma das causas que levam ao esgotamento, segundo ele, "é que os preços das *commodities* caíram. Isto é importante, pois a chave para o 'milagre' do modelo político-econômico progressista foi que os altos preços de ex-

portação permitiram um grande excedente que tornou possível a melhora da situação dos mais pobres, sem tocar nos privilégios dos mais ricos. Isto acabou. Com o agravante de que os grandes beneficiários desse 'milagre' foram os bancos, o setor financeiro".

Raúl Zibechi é escritor, jornalista e pensador-ativista uruguaio, dedicado ao trabalho com movimentos sociais na América Latina. Foi membro da Frente Revolucionária Student - FER, grupo de estudantes ligados ao Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros. Em meados dos anos 1980, começou a publicar artigos em revistas e jornais de esquerda (Página Aberta, Egin, Libertação) e meios de comunicação da América Latina (Página/12, Argentina, e Mate Amargo, Uruguai). Foi editor do semanário Brecha e ganhou o Prêmio de Jornalismo José Martí por sua análise do movimento social argentino que levou à insurreição de dezembro de 2001. Entre suas publicações mais recentes, estão *Latiendo Resistencia*. *Mundos Nuevos y Guerras de Despojo* (Oaxaca: El Rebozo, 2015), *Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatorias* (Quimantú, 2014 y *Desdeabajo*, 2015) e *Preservar y compartir. Bienes comunes y movimientos sociales* (Buenos Aires: Mardulce, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que leitura é possível fazer da situação atual dos governos progressistas na América Latina de hoje? O que aconteceu em 2016 para estarem tão diferentes, se são os mesmos governos de 2014?

Raúl Zibechi - É evidente que algo está chegando ao seu fim. Podemos discutir as causas, seja a ofensiva de direita e dos meios de comunicação, como dizem os governos, ou seja a possibilidade de ter terminado um ciclo político e

econômico, como dizemos aqueles que têm um posicionamento crítico. Mas o que está claro é que um período está se concluindo. Hoje, ainda que continuem existindo governos progressistas, o modo de governar é considerado conser-



Minha impressão é que se optou por uma forma de governo sem conflitos, nem com a direita nem com os setores populares

vador, como fica muito claro no Brasil.

Existem três principais diferenças em comparação a 2014 ou 2013. Uma delas é que os preços das *commodities* caíram. Isto é importante, pois a chave para o “milagre” do modelo político-econômico progressista foi que os altos preços de exportação permitiram um grande excedente que tornou possível a melhora da situação dos mais pobres, sem tocar nos privilégios dos mais ricos. Isto acabou. Com o agravante de que os grandes beneficiários desse “milagre” foram os bancos, o setor financeiro.

A situação dos pobres melhorou, não por mudanças estruturais, mas através do consumo, ou seja, continuam pobres, mas capazes de consumir, não integrados como cidadãos com direitos, mas como consumidores. Mas agora eles estão em dívida com os bancos, que é o setor que recebe o maior benefício nesta crise.

A segunda diferença é que as direitas estão em uma ofensiva muito potente. Os *neoconservadores* apostam na guerra, e nesse sentido, os eventos na Ucrânia (Euromaidan e a queda do presidente Yanukovich¹) demonstram

¹ **Víktor Fédorovych Yanukóvytch** (1950): um político ucraniano, eleito presidente da Ucrânia de 2010 e reeleito em 2012 até 22 de fevereiro de 2014, sendo deposto após 93 dias de intensos protestos populares contra sua aproximação com a Rússia, por rejeitar o acordo com a União Europeia, a corrupção em seu governo e as tentativas de mudar a constituição. Também é o líder do Partido das Regiões, um dos principais partidos políticos da Ucrânia, atualmente na oposição. (Nota da **IHU On-Line**)

a decisão de ir à guerra: contra a Rússia para derrubar Putin², contra a China para conter sua ascensão, contra todos os governos que não se adequarem a seus interesses, ou seja, ao capital financeiro que está devastando a vida no planeta.

A terceira mudança é a reativação dos movimentos populares e o nascimento de novos movimentos. Junho de 2013 é um divisor de águas no Brasil, uma grande mudança que deve ser interpretada como um grito contra a desigualdade que, como sabemos agora, não se moveu, mas continuou a se aprofundar. O “consenso lulista”³, como diz André Singer⁴, só poderia

² **Vladimir Putin** (1952): presidente da Rússia. Também é ex-agente do KGB no departamento exterior e chefe dos serviços secretos soviético e russo, KGB e FSB, respectivamente. Putin exerceu a presidência entre 2000 e 2008, além de ter sido primeiro-ministro em duas oportunidades, a primeira entre 1999 e 2000, e a segunda entre 2008 e 2012. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Lulismo**: o termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi porta-voz do ex-presidente Lula, de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constituiu como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **André Vítor Singer** (1958): cientista político, professor e jornalista brasileiro. Graduado em Ciências Sociais e em Jornalismo, ambos pela Universida-

de ser mantido diante da passividade dos setores populares. É por isso que os eventos de junho deixaram o Partido dos Trabalhadores - PT e a Central Única dos Trabalhadores - CUT paralisados. Eles não souberam como reagir, permitindo que a direita se aproveitasse daquela paralisia.

IHU On-Line - Como entender a opção de governos progressistas pelo modelo econômico com base nas regras do sistema financeiro global? Quais são os limites desse modelo e como esse modelo pôs em xeque princípios ontológicos da esquerda?

Raúl Zibechi - Minha impressão é que se optou por uma forma de governo sem conflitos, nem com a direita nem com os setores populares. Esse progressismo, considerando o Brasil, o Uruguai e a Argentina, evita conflitos porque precisa posicionar-se acima das classes, como árbitro dos interesses das mesmas. Ante os ricos, apresenta-se como aquele que pode apaziguar os de baixo. E ante os de baixo, apresenta-se como o grande beneficiário com diversas políticas sociais. Quando esse cenário é dissolvido, os governantes não sabem como se manter, reagindo defensivamente.

O PT e a CUT poderiam ter ido às ruas protestar junto com o Movimento Passe Livre - MPL⁵ e se colo-

de de São Paulo – USP. É mestre, doutor e livre docente em Ciência Política, também pela USP. Foi secretário de redação do jornal *Folha de S. Paulo* (1987-88) e Secretário de Imprensa do Palácio do Planalto (2005-2007) e porta-voz da Presidência da República no primeiro governo Lula (2003-2007). Filho do economista Paul Singer e de Evelyn Helene Ines Pape (falecida), é professor doutor do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Suas áreas de interesse são comportamento eleitoral no Brasil e Teoria Política Moderna. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Movimento Passe Livre (MPL)**: movimento social brasileiro que defende a adoção da tarifa zero para transportes coletivos. Fundado em 2005 durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre-RS, o MPL ganhou repercussão nacional a partir da organização de vá-

car à frente das mobilizações. Afinal, foram milhões de pessoas que saíram para protestar por coisas legítimas. Quando CUT e PT saíram, já era tarde demais para defender o governo. Perdeu-se a maior energia de massas desde o fim da ditadura. Naquele momento perdeu-se a possibilidade de se conectar com a força social capaz de enfrentar os conflitos que inevitavelmente surgiriam, contra aquele 1% dos mais ricos.

Compreender uma nova realidade

Há de se entender que os desafios impostos pelas classes dominantes à população dominada, neste período, possuem características diferentes das tradicionais. Eles querem a eliminação dos que vêm de baixo, o que os zapatistas chamam de Quarta Guerra Mundial, uma guerra contra o povo para apropriação dos bens comuns.

Para enfrentar esta nova realidade, as velhas organizações e a velha maneira de se fazer política não se aplicam mais. Como enfrentar o juiz Moro⁶ e os meios de comunicação? Para que isso aconteça, está faltando uma enorme energia so-

rios protestos em junho de 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

6 Sérgio Fernando Moro (1972): juiz federal brasileiro que ganhou notoriedade nacional por comandar o julgamento dos crimes identificados na Operação Lava Jato. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá em 1995, tornando-se Juiz Federal em 1996. Também cursou o programa para instrução de advogados da Harvard Law School em 1998 e participou de programas de estudos sobre lavagem de dinheiro promovidos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. É mestre e doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Além da Operação Lava Jato, também conduziu o caso Bannestado. No caso do Escândalo do Mensalão, a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber convocou o juiz Sergio Moro para auxiliá-la. Em 2014, Moro foi indicado pela Associação dos Juízes Federais do Brasil para concorrer à vaga deixada por Joaquim Barbosa no STF, porém, em 2015, a vaga foi preenchida por Luiz Fachin. (Nota da **IHU On-Line**)

cial coletiva, capaz de fazer rachar este “domínio de espectro completo”, como chamou Ana Ester Ceceña⁷. A dominação capitalista não se reduz mais às oito horas em que o trabalhador produzia valores excedentes na fábrica, agora o domínio é macro e micro, simultane-

“

Perdeu-se a maior energia de massas desde o fim da ditadura. Naquele momento perdeu-se a possibilidade de se conectar com a força social capaz de enfrentar os conflitos que inevitavelmente surgiram

amente de caráter militar e imaterial. Mas o aspecto militar segue sendo decisivo e cada vez maior.

IHU On-Line - Por que, no auge da crise de 2000, os governos progressistas latinos foram capazes de diminuir a fome, mas não

7 Ana Esther Ceceña Martorella (1950): economista, PhD em Relações Econômicas Internacionais pela Universidade de Paris I-Sorbonne, coordena o Observatório Latino-Americano de Geopolítica, que se dedica a estudar, teorizar e mapear os processos contemporâneos de dominação e resistência. É professora em Estudos de Pós-graduação latino-americanos na Universidade Nacional Autônoma do México. Sua linha de trabalho centra-se no estudo dos recursos naturais, movimentos sociais, militarização e da hegemonia global. Foi diretora da revista *Chiapas* de 1994 a 2004. (Nota da **IHU On-Line**)

conseguiram diminuir - e no caso do Brasil até aumentou - a desigualdade social?

Raúl Zibechi - Não se pode combater a desigualdade sem lutar contra os ricos. Se observarmos a forma como a pobreza foi combatida, na mesma lógica do Banco Mundial, veremos que foi com medidas técnicas. A pobreza foi despolitizada e considerada como um assunto de gestão, puramente administrativo. E isto funcionou por alguns anos. Mas não é possível lutar contra a riqueza com a mesma lógica. Existe uma coisa chamada luta de classes, que o PT esqueceu ou nunca levou em consideração. Sem lutar, sem recuperar os meios de produção e de câmbio apropriados pela burguesia (a terra, em primeiro lugar) não há diminuição na desigualdade, nas atuais condições do Brasil e dos países da América Latina.

Progressistas no poder?

Entretanto, os progressistas chegam ao governo e se acomodam com os privilégios, fazem alianças com aquele 1% dos mais ricos e desistem da luta. As empresas de construção são um bom exemplo. O caso de Kátia Abreu⁸, entre muitos outros, demonstram essas alianças. E não somente no Brasil. É o caso da Venezuela, onde surgiu uma burguesia bolivariana (boliburguesia) que controla as alavancas do poder e que enriqueceu graças às receitas do petróleo.

Frente a isto, devemos perguntar: não aconteceu algo semelhante com as grandes revoluções russa e chinesa? Como podemos definir esse grupo que controla o partido, o Estado e as grandes empresas estatais e privadas? É uma burocracia ou uma nova classe? Estes deve-

8 Kátia Abreu [Kátia Regina de Abreu] (1962): empresária, pecuarista e política brasileira. Desde 1º de janeiro de 2015 é a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Está licenciada do mandato de senadora do PMDB pelo estado do Tocantins. (Nota da **IHU On-Line**)

riam ser os debates centrais neste período.

IHU On-Line - Como compreender a "nova direita" da América Latina? Quais são suas bases sociais?

Raúl Zibechi - Há uma nova direita mundial, inspirada nos neo-conservadores estadunidenses que apostam na guerra para evitar a perda de poder. É uma direita que vem justamente no momento em que ocorre o declínio da superpotência, procurando reverter isso. Uma direita classista e militarista que aposta na resolução de conflitos sem nenhum tipo de mediação, através da violência de classe.

Para explicar por que os governos progressistas têm o apoio das massas, há de se entender as mudanças produzidas pelo neoliberalismo, por um lado, e pelo consumismo, do outro. O neoliberalismo liquidou as antigas classes médias, gerando uma camada de novos ricos ou aspirantes a ricos; mas um setor majoritário daquela classe média, que já não consegue mais se sustentar, entra em decadência. Isso está ligado à crise do socialismo, ao triunfo cultural do capital financeiro que faz todo mundo querer ser rico, quando apenas uma minoria consegue. Agora os da camada de cima não são 10%, como Marx⁹

9 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, que tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da **IHU On-Line**, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da **IHU On-Line**, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial

disse há mais de um século. Mais ou menos 30% da população têm interesses políticos e culturais em sustentar o sistema, e esta é a base social mínima das direitas.

Por outro lado, o consumismo despolitiza, anula as heterogeneidades e diferenças de classe, fazendo com que todos queiram parecer-se com os ricos. Isso contribui para uma derrota cultural e é parte da mesma, como diz Pasolini¹⁰. Sem cultura diferenciada, não podemos nem sonhar em construir uma sociedade diferente. O progressismo tem promovido ativamente o consumismo. Um desastre estratégico, pois anula a capacidade

sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central da obra de Marx *O Capital*, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

10 Pier Paolo Pasolini (1922-1975): cineasta italiano, poeta e escritor. Em seus trabalhos, Pasolini demonstrou uma versatilidade cultural única e extraordinária, que serviu para transformá-lo numa figura controversa. Embora seu trabalho continue a gerar polêmica e controvérsia até hoje, enquanto Pasolini ainda era vivo, seus trabalhos foram tidos como obras de arte segundo muitos pensadores da Cultura italiana. Dirigiu os filmes da *Trilogia da Vida: Il Decameron, I Racconti di Canterbury e Il fiore delle mille e una notte*. No dia 23-03-2016, dentro da programação do Ciclo de atividades O cuidado de nossa Casa Comum, promovido pelo Instituto Humanitas Unisinos, será exibido e debatido o filme *O evangelho segundo São Mateus*, dirigido pelo cineasta. Mais informações sobre o evento estão disponíveis em <http://bit.ly/1mev8LK>. O sítio do IHU também publicou diversos artigos e reportagens sobre Pasolini como *A história secreta do Jesus de Pasolini*, reportagem reproduzido nas Notícias do Dia, de 06-11-2015, disponível em <http://bit.ly/1MexeqF>; *Abel Ferrara reconstituiu as horas finais do cineasta Pasolini*, artigo de Luiz Zanin Oricchio, reproduzido nas Notícias do Dia, de 06-11-2016, disponível em <http://bit.ly/21zfxUr>; *"Eu sei que muitos pensam que sou louco, mas o humanismo está no fim"*. Entrevista com Pier Paolo Pasolini, reproduzida nas Notícias do dia, de 19-12-2011, disponível em <http://bit.ly/1MrEfp6>. Outros materiais sobre o cineasta estão disponíveis em www.ihu.unisinos.br. (Nota da **IHU On-Line**)

de das camadas mais pobres de se tornarem classe.

IHU On-Line - Qual a alternativa para a esquerda latino-americana antes de sucumbir à volta da direita ao poder? Como compreender que, insistindo nesse mesmo modelo progressista, nem direita e nem esquerda darão conta das necessidades atuais?

Raúl Zibechi - Creio que devemos analisar a partir de uma perspectiva histórica, de longo prazo. O que falhou no socialismo verdadeiro foi a pretensão de governar milhões, de governar os outros e levá-los - por convicção ou à força - para uma sociedade socialista. É o fracasso do Iluminismo, das luzes. Desta forma, para um terço da humanidade é imposto um sério e profundo equilíbrio dessas experiências em que eles se envolveram. Isso não é pouca coisa.

Mas a esquerda quer encontrar atalhos para continuar no mesmo caminho. O socialismo do século XXI não muda essa realidade, pois segue ainda com a ideia de uma sociedade centrada no Estado, em governar os outros, o que pressuporia "saber" o que as pessoas querem. Temos de nos perguntar quais são as alternativas, mas não apenas as alternativas econômicas, como geralmente acontece.

O que podemos ver, através do zapatismo¹¹, de alguns movimentos indígenas, como os Mapuche¹², e

11 Movimento Zapatista: inspirou-se na luta de Emiliano Zapata contra o regime autocrático de Porfirio Díaz, que encadeou a Revolução Mexicana em 1910. Os zapatistas tiveram mais visibilidade para o grande público a partir de 1º de janeiro de 1994 onde se mostraram para além das montanhas de Chiapas com capuzes pretos e armas nas mãos dizendo Ya Basta! (Já Basta!) contra o NAFTA (acordo de livre comércio entre México, Estados Unidos e Canadá) que foi criado na mesma data. O movimento defende uma gestão democrática do território, a participação direta da população, a partilha da terra e da colheita. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Mapuche (na língua mapudungun, gente da terra): são um povo indígena da região centro-sul do Chile e do sudo-

de outros movimentos pequenos, é que devemos renunciar a governar outros e motivar as pessoas para que se autogovernem. Esta é a utopia que necessitamos, que está relacionada à teologia da libertação, do jovem Marx e de Lenin¹³, em 1917. Nossa militância é para que os povos, as pessoas comuns, se autogovernem. Precisamos mostrar que é possível, por meio de práticas na saúde, na educação, nas fábricas autogeridas... Contra isso, a esquerda se propõe apenas a mudar de governos. Mas todo o resto permanece o mesmo. Obviamente que para autogovernar-se é necessário que uma outra cultura política seja criada, ancorada na autonomia. Aí está uma diferença fenomenal: sem alterar a cultura política, só poderemos esperar encontrar bons governantes que, em poucos anos, se desviam.

IHU On-Line - Quais os limites da inclusão social via consumo? Como encarar de fato as reformas estruturais?

Raúl Zibechi - A inclusão por meio do consumo favorece e fortalece o capital financeiro, que é o que tem capacidade de emprestar aos consumidores dinheiro com taxas de juros que superam a inflação. Estamos diante de uma das modalidades de acumulação por espoliação, mencionando David Harvey¹⁴. Este seria um olhar geral,

este da Argentina. São conhecidos também como araucanos. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ **Vladimir Ilyitch Lenin ou Lénine** (1870-1924): originariamente chamado de Vladimir Ilyitch Uliânov. Revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Rusa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ **David Harvey** (1935): é um geógrafo marxista britânico, formado na Universidade de Cambridge. É professor da City University of New York e trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. (Nota da **IHU On-Line**)

ou se preferir, a partir do topo do modelo.

Entretanto, se analisarmos o modelo de baixo para cima, a partir dos setores populares que são "incluídos" através do consumo, o panorama é diferente. Eles devem trabalhar para os bancos. Eles têm

“

Para enfrentar esta nova realidade, as velhas organizações e a velha maneira de se fazer política não se aplicam mais

trabalho precário e mal pago. São cidadãos de segunda classe quando embarcam no ônibus, quando vão ao Sistema Único de Saúde - SUS, para as escolas; mas consomem porque lhes é dito que esta é a maneira de se integrar na sociedade. Por isso eu acho que a integração através do consumo promove ideias e comportamentos conservadores, de pequenos proprietários. Desse modo, eles não podem se converter em sujeitos coletivos, pois somente é possível chegar a este lugar através da luta, enquanto o consumo torna iguais os que são diferentes, mas uma igualdade ilusória, diante das vitrines.

Utopia reacionária que enfraquece o trabalhador

Vou dizer de uma forma brutal: a integração através do consumo é uma utopia reacionária que enfraquece o povo trabalhador. Note que a inclusão financeira é uma das políticas mais importantes do Banco Mundial, que é o verdadeiro *think tank*¹⁵ das esquerdas que per-

¹⁵ **Think tanks**: são organizações ou instituições que atuam no campo dos

deram capacidade de pensamento próprio.

Na história das esquerdas, creio que nas revoluções russa, chinesa e cubana, por exemplo, o problema nunca foi a pobreza, mas a riqueza, a concentração de riquezas. Inclusive para a social-democracia nas primeiras décadas do século XX até a década de 60, o problema nunca foi a pobreza, mas a riqueza. Quem colocou a pobreza em primeiro lugar foi o Banco Mundial, após a derrota dos Estados Unidos no Vietnã, pelas mãos de McNamara¹⁶, um dos principais expoentes do sistema. E agora repetem como papagaios que o grande mérito do progressismo foi ter reduzido a pobreza. Esta é uma capitulação política frente ao 1%.

IHU On-Line - Em que medida é possível afirmar que o socialismo do século XXI e as velhas lutas sucumbiram a um velho modelo político para se perpetuar no poder?

Raúl Zibechi - Esta é uma questão mais complexa. Como eu disse antes, para mim o eixo do modelo

grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas, sobretudo em assuntos sobre os quais pessoas comuns não encontram facilmente base para análises de forma objetiva. Os think tanks podem ser independentes ou filiados a partidos políticos, governos ou corporações privadas. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **Robert Strange McNamara** (1916-2009): empresário e político norte-americano que serviu como o 8º Secretário de Defesa dos Estados Unidos de 1961 a 1968 durante as presidências de John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, período em que ele teve um importante papel no aumento do envolvimento norte-americano na Guerra do Vietnã. Depois de sair do cargo ele serviu como presidente do Banco Mundial até 1981. McNamara foi o responsável por instituir a análise de sistemas na política pública, que se desenvolveu no que hoje é conhecido como análise política. Ele consolidou as funções de inteligência e logística do Departamento de Defesa em duas agências: a de Inteligência de Defesa e a de Logística de Defesa. (Nota da **IHU On-Line**)

político anterior, já decrépito, consistia em mudar o mundo de cima para baixo, através do Estado. O legado do progressismo é a convicção de que o mundo não pode ser alterado a partir do topo, mas através da luta, o conflito encontra classes, gêneros, etnias, raças, gerações, e assim por diante. Não é concedendo uma percentagem das quotas a estudantes negros que será democratizada toda a questão racial no Brasil. Estamos diante de um genocídio do povo negro confirmado por todos os dados, desde o "Mapa da Violência"¹⁷ até a campanha "Reaja ou será morta, reaja ou será morto"¹⁸.

O poder que seduz

Agora, quando alguém chega ao poder é muito difícil que o solte. O caso de Che¹⁹ é maravilhoso, mas é a exceção que confirma a regra. O mais comum na esquerda é que tudo seja feito para obter ou para permanecer no poder, porque há uma ilusão criada, des-

17 O sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU publica análises a partir dos dados anuais do Mapa da Violência. Sobre a edição de 2015, confira "Agressões domésticas alavancam crescimento da violência no Brasil". Entrevista especial com Julio Jacobo Waiselfisz, publicada nas Notícias do Dia, de 16-11-2015, do sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1MiuhjD>. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Reaja ou será morta, reaja ou será morto**: é uma articulação de movimentos e comunidades de negros e negras da capital e interior do estado da Bahia, articulada nacionalmente e com organizações que lutam contra a brutalidade policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Che Guevara (Ernesto Guevara de la Serna** ou El Che, 1928-1967): um dos mais famosos revolucionários comunistas da história. Foi tema da edição 239 da **IHU On-Line**, de 08-10-2007, disponível em <http://migre.me/2pebG>. Na referência, o entrevistado reporta ao fato de que, depois do êxito da Revolução Cubana, Che chegou a integrar o governo Fidel, mas por pouco tempo. Deixou o governo cubano para seguir na guerrilha. (Nota da **IHU On-Line**)

de a revolução russa (quem sabe até antes), de que a chave para mudança é a sua conquista. Claro que esses governantes muitas vezes chegaram ao poder para não mudar nada, mas para estarem sentados confortavelmente nas poltronas. Mas esta já é uma questão ética.

IHU On-Line - Qual é o papel dos coletivos e dos movimentos sociais de hoje que atuam em países da América Latina e no mundo? Que tensões eles provocam nos modelos atuais de governança?

Raúl Zibechi - Creio que os movimentos sociais estão muito fracos, em grande parte, pela relação que tiveram com os governos progressistas. Mas estou convencido de que a energia criativa, a energia

“
Devemos renunciar a governar outros e motivar as pessoas para que se autogovernem. Esta é a utopia que necessitamos

coletiva capaz de mudar o mundo, está no que eu chamo de "pessoas comuns organizadas em movimentos". Se pensarmos no junho de 2013, no Brasil, mas também no dezembro de 2010, em Buenos Aires, quando houve a ocupação do parque Indoamericano por milhares de famílias sem-teto, na marcha em defesa do ²⁰TIPNIS, na Bolívia,

20 **Parque Nacional TIPNIS**: território indígena e Isiboro-Secure é uma área protegida Bolívia, criado como um parque nacional pelo Decreto Supremo 7401 de 22 de novembro de 1965 e declarou Terra Indígena, graças a as lutas dos povos indígenas da região. Tem cerca de 1.236.296 ha (12.363 km²) e está localizado na área de alta diversidade bio-

no recente levantamento indígena no Equador, e assim por diante, podemos concluir que os movimentos ainda estão lá: enfraquecidos, mas em atividade, mostrando os limites do progressismo.

Uma das grandes conquistas dos movimentos tem sido mostrar que o modelo extrativista (monoculturas, mineração a céu aberto, especulação imobiliária e megaconstruções de infraestrutura) é um modelo predatório do meio ambiente, que expulsa os mais pobres de seus territórios urbanos e rurais, que destrói o vínculo social, que nos torna mais dependentes dos preços das matérias-primas que são decididos nas bolsas de valores, como a de Chicago.

Além de tudo, é um modelo que ameaça a nossa independência como nações. Tudo isso foi mostrado pelos movimentos sociais: no Brasil, o Movimento dos Sem Terra - MST em relação ao agronegócio, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST e os Comitês da Copa em relação à especulação urbana. Sem os movimentos, o modelo não teria quem questionasse suas detritizes ou as vezes seriam muito fracas.

IHU On-Line - Os atuais governos progressistas são capazes de interpretar o que dizem e demonstram os novos movimentos sociais sobre os limites do atual modelo de representatividade?

Raúl Zibechi - Não. Eles insistem na democracia parlamentar, porque não podem imaginar outra figura que não seja a da representação. Mas há algo mais sutil: a impressão de que a grande maioria dos quadros políticos do PT e da esquerda latino-americana perdeu

lógica incorporando quatro principais formações vegetais localizadas exatamente no cinturão de sub-andina, uma das regiões com maior biodiversidade global. Ele está localizado entre o departamento de Beni (província de Moxos) e Cochabamba (província de Chapare e Ayopaya). Os municípios incluídos são San Ignacio de Moxos e Loreto no Beni e Villa Tunari e Morochata em Cochabamba. (Nota da **IHU On-Line**)

contato com os movimentos, com os militantes críticos. Ou eles não os veem ou não os escutam, e muitos os temem, com medo de uma aproximação. Podemos imaginar um diálogo entre Zé Dirceu²¹ e um militante do Movimento Passe Livre ou um dos ocupantes das escolas paulistas com 15 anos de idade?

IHU On-Line - Quais os limites dessa perspectiva de ajuste fiscal como estratégia para superar a crise econômica? Como o questionamento ao modelo extrativista pode iluminar e trazer outras perspectivas ao debate sobre superação de crise?

Raúl Zibechi - Utilizar mecanismos do sistema para superar a crise é um erro, porque aprofunda a lógica capitalista. O Brasil não vive uma crise econômica, mas uma crise política que se manifesta na economia. Como a escritora espanhola Almudena Grandes²² disse, “o que chamamos de crise foi uma guerra entre potências econômicas contra os cidadãos que somos e que perdemos”.

²¹ **José Dirceu:** é um político e advogado brasileiro, com base política em São Paulo. Ministro da Casa Civil de 2003 a 2005, Dirceu teve seu mandato de deputado federal cassado no dia 1º de dezembro de 2005 e, portanto, é inelegível até 2015, a pedido da CPI do Mensalão. (Nota da **IHU On-Line**)

²² **Almudena Grandes Hernández** (1960): escritora espanhola. É colunista regular do jornal *El País* e em programas da emissora Cadena SER. Sempre defendeu suas posições políticas à esquerda, depois de ter mostrado o seu apoio público a Izquierda Unida. Em Abril de 2007, foi signatária do Manifesto “para a coexistência e contra a tensão” em que um grupo de intelectuais considerava causa inaceitável fazer do terrorismo um “eixo de oposição”. (Nota da **IHU On-Line**)

Não se pode sair desta crise sem extenuar o capital financeiro, porque este capital é o que está segurando o modelo extrativista que não é um modelo produtivo, mas especulativo. Um dos grandes problemas do progressismo é que ele deixou de chamar a

“

Não se pode combater a desigualdade sem lutar contra os ricos

coisas pelo seu nome: fala-se de pós-neoliberalismo, mas o extrativismo nos prende ao modelo neoliberal, dominado pela especulação financeira.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Raúl Zibechi - Sim. Consta com grande tristeza a crise do pensamento crítico. Com certeza, como assinala Arturo Escobar²³, há um florescimento de pensamentos fora das academias e das catedrais da velha esquerda. Os intelectuais mais conhecidos, consagrados pelos partidos e universidades, ou seja, aqueles do sexo masculino, brancos, mais velhos, classificaram

²³ **Arturo Escobar** (1952): antropólogo colombiano, professor na Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, cujas áreas de interesse são a ecologia política, a antropologia do desenvolvimento, movimentos sociais, ciência e tecnologia, bem como questões sobre a Colômbia. (Nota da **IHU On-Line**)

o poder do Estado, com a notável exceção de Chico de Oliveira²⁴.

Entretanto, na parte de baixo, aparece uma camada de homens e mulheres, índios, mestiços, negros, camponeses, trabalhadores, que estão levantando suas vozes, são pessoas intimamente ligadas às lutas de seus povos. Elas e eles são o relevo, porque quando uma geração é classificada, sempre aparecem vozes que antes estavam submersas, vozes que nem sempre escrevem livros, mas encarnam o pensamento coletivo que surge muitas vezes nos fornos, nas cozinhas e nos quilombos, e não costumam se expressar por meio de teorias, mas através de danças e celebrações nos espaços próprios daqueles que vêm de baixo. ■

²⁴ **Francisco de Oliveira:** sociólogo brasileiro, também conhecido como Chico de Oliveira, é um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Formou-se em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco. Professor aposentado de Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), foi um dos fundadores do Cebap. Coordenador-executivo do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – Cenedic da USP, deixou o Partido dos Trabalhadores e recentemente filiou-se ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Em 2003, ano em que deixou o PT, Francisco de Oliveira disse que Lula nunca foi de esquerda. Em 25 de agosto de 2006, foi-lhe concedido o título de doutor honoris causa na Universidade Federal do Rio de Janeiro, por iniciativa do Instituto de Economia da UFRJ. Em 28 de agosto de 2008, o de professor emérito pela FFLCH-USP. Em 22 de novembro de 2010, o de doutor honoris causa na Universidade Federal da Paraíba. Sua contribuição mais recente à **IHU On-Line** pode ser conferida nesta edição, com a entrevista “Lula pensa que é o rei do Brasil”. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

– América Latina: as bases sociais da nova direita. Artigo de Raúl Zibechi publicado por Outras Palavras e reproduzido pelas Notícias do Dia de 24-02-2016, do sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1M2wMLU>.

#Dossiê Conjuntura

A violência do nada.

A Nova Direita e as paixões tristes

Na aridez das paixões tristes, sustenta Hugo Albuquerque, a política brasileira mergulha nas tendências conservadoras de uma vida afetivamente desértica

Por João Vitor Santos | Edição Ricardo Machado

Há uma dissonância interna no governo do PT que, por um lado, promoveu avanços sociais significativos e, por outro, mais recentemente, assumiu uma linha de austeridade em relação às políticas sociais dividindo o poder com as forças conservadoras. “O meu palpite é que Dilma precisa desesperadamente da ordem, de uma gramática pobre e aritmética, para conseguir entender e fazer as coisas. E não só aqui como em várias outras ocasiões percebe-se que ela foi incapaz de lidar com o desejo coletivamente considerado”, avalia Hugo Albuquerque, em entrevista por e-mail à IHU On-Line.

Nesse horizonte de obscuridade - diante do Congresso mais conservador desde 1964 e de emergência de promulgação de textos como os da Lei Antiterrorismo - a Nova Direita ganha força. “A Nova Direita, que tem tendências mais conservadoras do que liberais, faz exatamente isso se amparando nas paixões tristes: a indignação com a violência, com a crise econômica, as frustrações pela vida insuportável nas metrópoles, as neuroses causadas por uma vida afetivamente (até mesmo sexualmente) desértica”, considera o entrevistado. “Podemos, com efeito, ter algo mais violento do que a Ditadura

Militar se não nos cuidarmos. Basta ver que Aécio e Alckmin foram hostilizados na manifestação do dia 13 de Março. Já Bolsonaro foi ovacionado”, destaca.

A crise institucional dos poderes levou o Executivo e o Legislativo ao descrédito, ao passo que certos setores do Judiciário assumiram uma posição despota. “O Direito está sendo transgredido na Lava Jato em todas as direções, seja na sua não aplicação para alguns ou na sua aplicação draconiana para outros. A Lava Jato, vista no cômputo geral, é marcada por uma clara violação da Isonomia”, descreve Hugo. Em um arremedo histórico pouco criativo, o Brasil repete o passado conservador, em que a “burocracia brasileira (do Judiciário, mas também do Ministério Público e das polícias) ocupa o lugar do que poderia ter sido uma guinada democratizante em 2013. O que veio é isso e isso é a violência do nada”, complementa.

Hugo Albuquerque é jurista e magistrando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP.

A entrevista foi publicada nas “Notícias do Dia”, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 17-03-2016.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Que análise é possível fazer da esquerda no Brasil hoje? Quais suas bases teóricas políticas e econômicas? Quais seus limites e quais caminhos são possíveis para se atualizar enquanto esquerda no mundo de hoje?

Hugo Albuquerque - Para começo de conversa, é preciso que nos perguntemos o que é a esquerda? Basicamente, é um campo político nascido do mundo deixado como legado pela Revolução Francesa, que corresponde aos variados caminhos que servem à realização do

desejo de liberdade dos oprimidos, das minorias e dos inferiorizados. Portanto, não existe “a Esquerda”, mas sim “as esquerdas” - e mesmo quando empregamos o termo “a Esquerda” é preciso lembrar que falamos de uma variedade de experiências e projetos modificados.

res. Isso ocorre em contraposição à Direita, que pode variar dentro de certas margens, mas sempre está dentro de um padrão, de uma métrica (que é dos poderosos, por sinal) ou do Centro que é o espaço residual desse confronto, seja por moderação ou oportunismo.

No Brasil, a modernidade política só vem com o andamento da República - e só aí nascem "as esquerdas brasileiras", grosso modo ligadas ao anarcossindicalismo trazido pelos imigrantes italianos, mas depois tende também ao Comunismo no pior sentido da palavra, de Stalinismo¹ mesmo. E já dos fins dos anos 20 em diante, o maior adversário da Esquerda no nosso país está dentro dela mesma.

PT

A referência mais relevante para a esquerda brasileira, no bom e no mau sentido, é o PT, um partido que passou por uma série de transformações em sua breve existência: o PT nascente era uma Nova Esquerda, capaz de unir a pauta clássica do socialismo (de propor uma transformação socioeconômica) com pautas de gênero, raça e outras. Mas depois, vagamente, o PT se tornou um partido social-

¹ **Josef Stalin** (1878-1953): ditador soviético, líder máximo da URSS de 1924 a 1953 e responsável pela condução de uma política nomeada como stalinismo. Chegou a estudar em um colégio religioso de Tbilisi, capital georgiana, para satisfazer os anseios de sua mãe, que queria vê-lo seminarista. Mas logo acabou enveredando pelas atividades revolucionárias contra o regime czarista. Passou anos na prisão e, quando libertado, aliou-se a Vladimir Lenin e outros camaradas, que planejavam a Revolução Russa. Stalin ocupou o posto de Secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética entre 1922 e 1953 e, por conseguinte, o de chefe de Estado da URSS durante cerca de um quarto de século. Sobre Stalin, confira a entrevista concedida pelo historiador brasileiro Ângelo Segrillo à edição 265 da **IHU On-Line**, *Nazismo: a legitimação da irracionalidade e da barbárie*, analisando a obra *Prezado Sr. Stalin* (Rio de Janeiro: Zahar, 2008), de autoria de Susan Butler, disponível em <http://bit.ly/1j3t54H>. (Nota da **IHU On-Line**)

-democrata, em um primeiro momento mais radicalizado, depois mais moderado. E a moderação ocorre no momento em que o PT funde o elemento "socialista" com a tradição popular e nacionalista - que em um país como o Brasil, uma ex-colônia de exploração não tem, nem poderia ter, o mesmo significado que isso tem na Europa. É nesse momento que o "povo" toma o lugar dos "trabalhadores" como chave para criar uma sociedade plena, que o PT chega ao poder e consegue, bem ou mal, produzir avanços sociais relevantes no país. Só que com o cobertor curto, pois Lula não trabalhou pelo fortalecimento do seu próprio Partido ou das instituições da sociedade civil, mas da estruturação no plano do governo dos meios para efetivar as mudanças.

Guinada

A meu ver, o que cria a atual crise, profundíssima, por sinal, é a guinada que Dilma resolve dar ao assumir o poder e, sobretudo, o erro crasso que ela comete no segundo mandato. O que ele gostaria, de início, era efetivar um plano grandioso, complexo e fundamentado na tecnocracia de Estado, o qual daria vazão a um Capitalismo à moda oriental: igualitário, mas disciplinar e hierárquico também. A partir daí não é mais o caso de o governo ter assumido uma linha mais recuada ou dividir o poder com outras forças (algumas até conservadoras), mas do próprio núcleo político ter assumido uma linha estranha à tradição histórica da esquerda (como se vê pela construção das usinas na Amazônia, o descaso com os índios, uma ideia disciplinar policial etc.).

Opção pelo abismo

Só que no segundo mandato Dilma, diante do fracasso de seu plano original, ela teria de ir ou para a esquerda ou literalmente se jogar no abismo efetuando a política defendida pelos seus rivais. E ela resolveu se jogar do abismo. Foi aí que ela não só aprofunda a crise

como ainda perde o apoio popular. Pior do que Dilma ter aderido à política dos rivais foi que isso, ainda por cima, deu errado. Se as esquerdas aderiram em grande parte à Dilma no segundo turno de 2014, o fato é que ela recusou ser ao menos o "menos pior", implementando a agenda liberal, sem agradar os liberais, e criando mais do que insatisfação, mas uma verdadeira confusão entre os setores de esquerda, seja seu próprio partido ou as demais organizações e movimentos de esquerda no país.

Nova esquerda

Mas mesmo essas esquerdas que recusam os deslizes do atual governo, tampouco conseguem entender a complexidade do momento atual. E aí 2013² aparece como tensão e paradoxo: é o atestado do esgotamento da esquerda clássica, mas ao mesmo tempo o clamor por mudanças, liberdade etc., isto é, o chamado a uma nova esquerda. Ali, o PT, mas também os demais partidos e organizações de esquerda, perderam uma belíssima oportunidade de renovação, pois pensam tudo à base do grande sujeito histórico e das ideias, não dos afetos, da simbologia e da psicologia da multidão, o que é, aí sim, material. A Direita não, ainda que de um jeito tosco, se renovou, e aprendeu a navegar nessa maré, só que ela ainda não tem um plano que seja funcional e

² **Jornadas de Junho**: Os protestos no Brasil em 2013 foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, principalmente nas principais capitais. Em seu ápice, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e a violência policial, mas também por uma grande variedade de temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. Os protestos geraram grande repercussão nacional e internacional. A edição 191 do Cadernos IHU Ideias, #Vemprárua. Outono Brasileiro?, traz uma série de entrevista sobre o tema, disponível em <http://bit.ly/1Fr6RZj>. (Nota da **IHU On-Line**)

não demande a hipertrofia policial e repressiva, o que pode ser usado por algum tempo, mas não por todo tempo - como se vê, sobretudo, em governos estaduais do PSDB como em São Paulo, Paraná e Goiás.

IHU On-Line - É possível inscrever ao debate uma ideia de nova esquerda? O que a sustenta - sustentaria? E a nova direita, o que é e como se inscreve no cenário político nacional?

Hugo Albuquerque - A Nova Esquerda, em sentido próprio, é aquela que nasce no pós-1968,³ para muito além da dicotomia entre reforma e revolução, absorvendo as pautas raciais, de gênero, ambientais etc. - como o PT fazia no seu nascimento e muito mais tardiamente se viu na Europa com Syriza⁴ e Podemos.⁵ O PT, contudo,

³ **Maio de 1968:** sobre o tema confira a edição 250 da Revista IHU On-Line, de 10-03-2008, intitulada *Maio de 1968: 40 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/kDXPfJ>. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **SYRIZA:** (Em português, Coligação da Esquerda Radical; em grego, Συνασπισμός Ριζοσπαστικής Αριστεράς, Synaspismós Rizospastikís Aristerás, abreviado SYRIZA) é um partido político de esquerda da Grécia, surgindo num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Foi fundado em 2004 como uma aliança eleitoral de 13 partidos e organizações de esquerda, tendo como componente principal o partido Synaspismós (Em português, Coligação de Movimentos de Esquerda e Ecológicos- SYN; em grego Συνασπισμός της Αριστεράς των Κινήματων και της Οικολογίας, Synaspismos tis Aristerás tu Kinimátōn kai tis Oikologías). Em maio de 2012, o SYRIZA apresentou-se como um único partido. Vitorioso na eleição de janeiro de 2015, o líder do Syriza, Alexis Tsipras, foi empossado como primeiro-ministro para dirigir o novo governo da Grécia, viabilizando um governo de coalizão com o partido nacionalista conservador, Gregos Independentes. (Nota da **IHU On-Line**)

⁵ **Podemos:** partido político espanhol que foi fundado em 2014, fortemente influenciado pelas ideias do movimento 15M. Um de seus principais representantes é Pablo Iglesias Turrión. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Atualmente, é o favorito para eleição presidencial na Espanha. (Nota da **IHU On-Line**)

transubstanciou-se em algo difícil de reconhecer. Se você pensa em uma nova esquerda no sentido genérico, algo que substitua as esquerdas existentes no nosso país, sejam as organizações de esquerda ou mesmo o modo de fazer política recorrente, ela precisaria não procurar um sujeito histórico e ou social para se assentar, mas sim um fluxo, a escala de paixões positivas em escala coletiva. A Nova Direita, que tem tendências mais conservadoras do que liberais, faz exatamente isso se amparando nas paixões tristes: a indignação com a violência, com a crise econômica, as frustrações pela vida insuportável nas metrópoles, as neuroses causadas por uma vida afetivamente (até mesmo sexualmente) desértica etc. A Nova Direita, embora não tenha um plano funcional ainda, sabe como surfar nessa onda: ela não procura um sujeito histórico, uma essencialidade, uma identidade. As esquerdas anseiam em procurar algo sólido, quem sabe uma tábua de salvação, para se amparar justamente porque não aceitam que houve um naufrágio e o que elas têm de fazer agora é nadar, pois só há água em volta.

IHU On-Line - Como é possível compreender a ideia de fim de ciclo da esquerda latino-americana? Como se insere o Brasil nesse contexto?

Hugo Albuquerque - As experiências de esquerda surgidas na América Latina na oposição ao Neoliberalismo nos anos 1990, que se tornaram os governos populares dos anos 2000, se estruturaram em dois polos que, eventualmente, podem entrar em curto-circuito: como o cruzamento de uma multiplicidade multitudinária e uma direção vertical, personalista e carismática, com uma estrutura burocrática de fundo.

No poder, houve um primeiro momento de ganhos socioeconômicos, mas um segundo momento de crise e esgotamento. Por quê? Por um fator interno que vira dois: a primeira com a liderança vertical que se desconecta da base horizontal pelos vícios do poder; a outra,

econômica, que foi a incapacidade de pensar uma nova economia, sustentável, criativa e colaborativa, fazendo esses governos caírem na fórmula do Capitalismo de Estado gerindo uma produção do valor ligada ao extrativismo mineral (e também dos hidrocarbonetos).

Há o fator externo: com a eleição do simpático Obama, os países passaram a enfrentar uma oposição mais forte dos EUA, sobretudo porque ele trabalha no diapasão de diminuir o preço desses produtos primários, sobretudo do petróleo, para bancar a recuperação da economia americana. Isso acerta em cheio os governos latino-americanos, que passaram a apostar no ganho rápido e fácil via extrativismo. Não é uma questão objetiva, de preços mais altos ou mais baixos das "commodities", mas de como esses governos erraram em atrelarem suas economias a tais preços, que são variáveis, afinal de contas, pouco ou nada controlam! Em vez disso, eles poderiam ter valorizado sua verdadeira riqueza: as sociedades mais fortes e pujantes que eles ajudaram a produzir, as quais poderiam ser a base de um novo modo de vida.

IHU On-Line - Gostaria que o senhor explicasse o que é a "ascensão da classe sem nome". Que personagens são esses e qual o seu papel na última década no cenário político do Brasil?

Hugo Albuquerque - A Ascensão Selvagem da Classe sem Nome corresponde à minha hipótese para o processo de transformação da composição de classe no Brasil ocorrido no governo Lula. "Classe sem Nome" corresponde à nova classe surgida do empoderamento das minorias na última década, o que equivale não a uma classe antagonista, mas a uma anticlasse: um complexo multitudinário feito de trabalhadores, mulheres, negros, homossexuais etc. que passaram a se sentir autorizados a desejar e romperam com qualquer esquematismo de classe, seja o brasileiro tradicional - fortemente assentado em nossa tradição es-

cravagista e colonial - ou qualquer outro que se possa projetar, tanto por concepções liberais quanto socialistas. Tal processo de avanço é uma "ascensão selvagem", porque não é marcado por uma sistemática civilizada ou civilizatória, mas ao contrário: está liberta de imediato das amarras obrigacionais, estatamentais e estatutárias e avança de forma pouco rogada, o que causa escândalo na elite e nas classes médias tradicionais - que consistem não apenas em um conceito socioeconômico, mas também possuem um claro recorte racial e de gênero em nosso país.

Devir

Tal processo é um devir, é um movimento intensivo e transformador, não é um movimento ideal ou tampouco mecânico. Tanto que os setores esclarecidos buscaram a todo modo nomeá-lo, o que equivale a um processo de redução por definição: nova classe média, classe C, classe média trabalhadora. E por quê? Porque dar um nome permite que algo ou alguém seja objeto de uma ordem ou um regime normativo. O processo de nomeação é antes de descritivo, prescritivo. Pode parecer chocante, e até indigno, falar que essa "classe" é "sem nome", mas é justamente por não o ter que ela pode ser livre, ou consideravelmente mais livre, do que os grupos que a compõem eram antes ou podem ser no futuro. Um exemplo é o filme "Que Horas Ela Volta?", no qual a filha da empregada doméstica não se comporta como a mãe perante os patrões, ela simplesmente está fora do complexo de paixões tristes que faz sua mãe se comportar de maneira submissa - e isso causa medo e escândalo, embora seja muito sutil, pois o senhor só pode sê-lo caso o escravo se comporte perante ele como tal.

Ironicamente, o projeto petista, que pariu esse fenômeno, procurou, sobretudo em Dilma, enquadrá-lo, nomeá-lo e submetê-lo - quem sabe na forma de "uma nova classe média". Por quê? O meu palpito é que Dilma precisa deses-

peradamente da ordem, de uma gramática pobre e aritmética, para conseguir entender e fazer as coisas. E não só aqui como em várias outras ocasiões percebe-se que ela foi incapaz de lidar com o desejo coletivamente considerado. A classe sem nome é um ser angelical, mas é um ser desejante. Dilma se comporta diante dela como se fosse o Dr. Frankenstein perseguindo o monstro que ele criou: o problema não está em ter criado vida, mas vida desejante, vida não sujeita imediatamente à sua vontade e aos seus desígnios. Tal desarranjo é, infelizmente, um velho problema da tradição socialista: não se adaptar às transformações que ela própria dá origem - coisa que Marx⁶ já alertava até pela natureza de seu pensamento, mas que foi ignorado ou mal-entendido por muitos de seus discípulos e adeptos.

Mas o ato de Dilma abriu um flanco importante não para que ela, mas para que a Direita consiga enquadrar a Classe Nome, fazendo-a perder o ânimo e se resignando na exata mesma ordem de sempre: "aprendendo a lição", isto é, voltando de cabeça baixa para a senzala. Acaso não so-

6 **Karl Marx** (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. Leia a edição número 41 dos Cadernos IHU Ideias, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título A (anti)filosofia de Karl Marx, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx, disponível em <http://bit.ly/ihuon278>. Leia, igualmente, a entrevista Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon327>. A IHU On-Line preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty O Capital no Século XXI, que retoma o argumento central da obra de Marx O Capital, disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>. (Nota da **IHU On-Line**)

mos a sociedade na qual é de bom tom "saber o seu lugar"?

IHU On-Line - Quais transformações - avanços e recuos - são possíveis projetar para a próxima década?

Hugo Albuquerque - A vontade da Direita, por força das necessidades do Capital, é recapitalizar essa riqueza (objetiva, mas sobretudo afetiva) para alimentar não só o capitalismo global como, sobretudo, para que nossa elite sobreviva à atual conjuntura. Em português claro: querem (e vão tentar!) arrancar o que foi conquistado nos últimos anos. A transferência de renda e o combate às desigualdades no nosso país foi apenas razoável do ponto de vista objetivo, muito menor do que ocorreu na Argentina no mesmo período, mas ele foi muito relevante do ponto de vista desejante: em um país com a tradição do Brasil, as pessoas passarem a se ver como gente, a pararem de se comportar como se fossem escravos, é um grande avanço. Mas o grande plano, expresso em excrescências como a Agenda Brasil⁷ é o oposto: restaurar a velha ordem.

Agora, vejamos as revoltas estudantis de São Paulo contra o fechamento de escolas, em um movimento determinado pelo governo Alckmin:⁸ elas provam algumas coisas importantes e que em sua contraposição, formam um paradoxo; (1) por um lado, a Classe sem Nome não dispõe de instituições políticas capazes de dar conta do tranco a priori, nem tem uma reserva capaz de resistir com força a políticas de "ajuste" que correspondem a tal processo de inverter o processo de

7 **Agenda Brasil**: Agenda de medidas proposta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), como uma forma de retomar o crescimento econômico e de realizar reformas necessárias para que o Brasil supere a crise. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho** (1952): é um médico e político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e atual governador de São Paulo, cargo que ocupa pela quarta vez. (Nota da **IHU On-Line**)

inclusão e diminuição gradual das desigualdades, mas (2) existe sim a capacidade de ação coletiva quando as coisas ultrapassam um certo limite (como, no caso em questão, aumentar a precarização da Educação Pública), ao menos uma potência de resistência e de resposta diante do descalabro.

Movimentos e repressão

A partir daí, existe a tensão dos movimentos nas ruas e a repressão de Estado. Essa será uma tônica. Existe uma reorganização Neoliberal já em curso no segundo governo de Dilma, e não se sabe a razão dessa fantástica capitulação, mas sabemos como funciona o que agora é o grande consenso da política brasileira: reverter, mediante asfixia econômica, as mudanças diretas ou colaterais dos últimos anos. E que haverá tensão. Mas os governos puramente neoliberais, como vemos em São Paulo, Paraná e Goiás, não estão conseguindo, como era de supor, realizar esse movimento de restauração pacificamente, então o que vemos são revoltas mais ou menos organizadas sendo reprimidas pela política com muita dureza; apanham professores, estudantes, torcidas organizadas que ousam protestar etc.

O Neoliberalismo tupiniquim tem um projeto de poder, ou quem sabe até um bom roteiro para o golpe. Então ele vai apelar para a repressão ao passo que, literalmente, deprime as pessoas, sobretudo o que eu chamo de Classe sem Nome - que volta a ter nome, vira o pobre, a puta, o bicha, o preto -, só que tanto uma coisa quanto a outra tem limites. Mesmo Thatcher⁹ precisou encontrar um jeito, via popularização das finanças, sem gerar um impulso positivo, mesmo que falso, o abismo está logo ali.

Composição

A tentativa bisonha de composição de Dilma com a direita ou um

⁹ **Margaret Hilda Thatcher** (1925): política britânica, primeira-ministra de 1979 a 1990. (Nota da **IHU On-Line**)

eventual governo Aécio¹⁰ estarão diante dessa armadilha. E isso pode inclinar o Brasil numa direção fascista ou justificar uma saída bufa e tragicômica da extrema-direita ou da direita populista apoiada pelo grande capital nacional e até o capital internacional: mas sobretudo uma saída que não tenha maiores dores na consciência de reprimir para valer e não tenha compromisso algum com a Ordem de 1988, mesmo ponderando suas enormes limitações. Podemos, com efeito, ter algo mais violento do que a Ditadura Militar se não nos cuidarmos. Basta ver que Aécio e Alckmin foram hostilizados na manifestação do dia 13 de Março. Já Bolsonaro foi ovacionado.

IHU On-Line - De que forma a lógica financeirista do capital, bem ao estilo neoliberal, se associa a um governo dito de esquerda, como o do PT? Qual o peso dessa associação no que podemos chamar de "crise da esquerda"?

Hugo Albuquerque - É preciso diferenciar o Neoliberalismo do tipo de Capitalismo no qual estamos inseridos. Tanto o Capitalismo fordista e de Estado quanto o Socialismo Burocrático faliram, mas só o Capitalismo conseguiu transmutar para outra coisa. Nós conhecemos essa "outra coisa" pelo nome de "Neoliberalismo", o que é reducionista: o Neoliberalismo é apenas uma arte de governo que se adéqua ao Capitalismo Cognitivo, para usar aqui uma terminologia Negri-Hardtiana,¹¹ isto é, um regime fun-

¹⁰ **Aécio Neves da Cunha** (1960): é um economista e político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Foi o décimo sétimo governador de Minas Gerais entre 1º de janeiro de 2003 a 31 de março de 2010, sendo senador da República pelo mesmo estado desde então. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democra-*

cia na era do império (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da *IHU On-Line*, de 29-11-2004. O último livro da "trilogia" entre os dois autores Commonwealth (USA: First harvaard University Press paperback, 2011), ainda não foi publicado em português. (Nota da *IHU On-Line*) (Nota da **IHU On-Line**) / **Michael Hardt** (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros internacionalmente famosos *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da **IHU On-Line**)

Economia

A minha crítica não é que o PT não fez um milagre para em 12 anos ter saído disso, mas que ele fez o caminho para se afundar mais ainda. Ele reprimizou a economia para ficar nessa história de extrativismo mineral, monocultura agropecuária etc., que é a soleira do Capitalismo Cognitivo. Ele aceitou esse lugar na divisão global trabalho - e pior, precificou boa parte da economia nisso. Há dois momentos em que o PT, contudo, flerta com o Neoliberalismo: medianamen-

cia na era do império (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da *IHU On-Line*, de 29-11-2004. O último livro da "trilogia" entre os dois autores Commonwealth (USA: First harvaard University Press paperback, 2011), ainda não foi publicado em português. (Nota da *IHU On-Line*) (Nota da **IHU On-Line**) / **Michael Hardt** (1960): teórico literário americano e filósofo político radicado na Universidade de Duke. Com Antonio Negri escreveu os livros internacionalmente famosos *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003) e *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005). (Nota da **IHU On-Line**)

te, logo com a entrada de Lula durante o período de Palocci¹² na Fazenda (janeiro de 2003 a março de 2006) e depois, de maneira mais ampla, com Dilma no segundo mandato (janeiro de 2015 até agora). Mas é precisamente esse segundo período que precisamos olhar. No meio tempo disso, houve uma tentativa de superar o Neoliberalismo via política desenvolvimentista de Estado, o que aparentemente não é capaz de mudar o problema que não é o acessório (o Neoliberalismo como poderia ser também o Neoliberalismo), mas o substantivo (o Capitalismo Cognitivo).

De todo modo, Dilma governa no segundo mandato fazendo exatamente o oposto do que apregoava na campanha. O que levou a isso, salvo que se prove o contrário, foi um tipo de movimento de composição de forças. Dilma sentiu que sua vitória foi uma espécie de derrota moral - o que é um equívoco, presidentes americanos são eleitos com margens normalmente muito pequenas, nem por isso deixam de governar - e ela resolveu, inclusive sob os conselhos de Lula, fazer uma espécie de conciliação nacional. Mas deu com os burros n'água, pois ela tinha total razão na campanha: a política econômica que os dois principais adversários dela propunham não era viável. E Dilma descobriu aplicando. Porque a combinação de uma agenda neoliberal, de entrega de tudo para os agentes de mercado e para os bancos, com uma economia fechada no extrativismo, em tempos de crise, só pode dar errado. E pior que o efeito psicológico disso para ela e

¹² **Antonio Palocci Filho (1960):** político e médico brasileiro, membro do Partido dos Trabalhadores, nacionalmente famoso por ter ocupado o cargo de ministro da Fazenda no governo Lula até 27 de março de 2006, quando foi substituído pelo então presidente do BNDES, Guido Mantega. Exerceu, desde 1 de janeiro até 7 de junho de 2011, o cargo de Ministro-chefe da Casa Civil do Brasil, escolhido pela Presidente Dilma Rousseff, onde pediu demissão por denúncias de improbidade administrativa das quais ele foi absolvido. (Nota da **IHU On-Line**)

seus eleitores é enorme: prometeu uma coisa e entregou o inverso, mas a partir daí, o que já não ia tão bem, deu errado. Muito errado.

IHU On-Line - Em que momento a esquerda brasileira, em especial do PT, se torna inábil para entender os movimentos sociais, em específico os da Metrópole?

Hugo Albuquerque - As esquerdas brasileiras nunca entenderam a nova função que as metrópoles passaram a ter. Jamais. Para tanto, seria preciso compreender as modificações pelas quais o Capitalismo passou dos anos 1970 em diante no máximo alguns sintomas evidentes são compreendidos. Nesse sentido, os próprios movimentos sociais perdem um pouco do bonde da História, por igualmente desentenderem as novas dinâmicas produtivas, ao mesmo tempo que, ainda por cima, são deixados de lado pelo PT - que adere à narrativa de burocratas de Estado e suas planilhas que nada explicam. Quando isso aconteceu? Em parte, com Lula no governo, criando o dualismo "Governo" e "Partido" - mas o segundo polo englobava os demais elementos, desde os movimentos sociais às ONG's etc. - e, em parte, com Dilma e sua estratégia que se assenta na função transcendente da tecnocracia de Estado, mais especificamente àquela fração correspondente à Administração Pública, ao Executivo Federal.

A partir daí os movimentos sociais passaram a ser vistos como um elemento irracional e inconstante. Não chega a ser como para o PSDB e para a direita brasileira de um modo geral, para os quais os movimentos são inimigos no sentido schmittiano,¹³ mas agora ocorre

¹³ **Carl Schmitt (1888-1985):** foi um jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século XX. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do

uma dada incompreensão que levou o governo a ora desconsiderar os movimentos, ora reprimi-los - forçando a cama para Direita a partir de 2013, quando o PT fortaleceu o aparato repressor do Estado, o mesmo que hoje, ironicamente, está se voltando contra ele. Isso não é incomum na história das esquerdas. A social-democracia alemã nos anos 1920 cometeu um erro muito parecido. Eu já tinha dito há pouco mais de dois anos e, infelizmente, de lá para cá isso tem se confirmado com uma rapidez impressionante. E Junho de 2013 foi um Maio de 1968 brasileiro num contexto que não é bem de guerra, mas estava longe de ser de bem-estar. Eu alertei para esses riscos há dois anos também, sem querer ser Cassandra...

IHU On-Line - O que o atual momento político do Brasil revela - e atualiza - sobre a velha lógica dualística da Casa Grande X Senzala? Em que medida o PT segue fazendo a leitura do momento político de hoje através dessa dualidade?

Hugo Albuquerque - Há uma relação entre Casa Grande (o espaço de glória e aclamação, o lócus econômico propriamente dito no qual habitam os senhores e seus protegidos) e a Senzala (o espaço de danação) semelhante ao que há entre o sagrado e o profano no Barroco. Essa polaridade ajuda bastante a explicar o Brasil. São duas coisas aparentemente contraditórias que, contudo, compõem um mesmo plano ambivalente. A saída disso é a fuga desse espaço. Seja a constituição do lócus comum da Vila ou da cidade ou a saída radical para o Quilombo - e a cidade, hoje o espaço urbano, sempre esteve estrangulado no Brasil, seja pela Casa Grande ou suas projeções pós-modernas como os Condomínios; assim como a favela é parcialmente o quilombo, sem ignorar que ainda existem quilombos no Brasil. O PT sempre teve dificuldade - o que é um problema brasileiro, mas também da experiência socialista - em poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da **IHU On-Line**)

entender que a saída para os trabalhadores é precisamente se libertarem do trabalho em si mesmo e não o tornar bonitinho. No caso do Brasil, no qual a noção de trabalho está permeada por reminiscências da escravidão, do passado colonial, do autoritarismo, essa falha se acentua. Um pouco do fenômeno da Ascensão Selvagem é isso: o desligamento, em escala coletiva, do dispositivo desejante que permitia essa polaridade. Mas a Casa Grande está reagindo e, convenhamos, foi muito hábil ao apostar todas as suas fichas. Como disse, haverá um esforço enorme para fazer a senzala voltar a funcionar como tal.

IHU On-Line - Como interpreta os últimos acontecimentos da operação Lava Jato? De que forma é possível compreender os interesses que estão em jogo?

Hugo Albuquerque - A Lava Jato é uma operação da ordem da Glasnost¹⁴ na antiga União Soviética ou da Operação Mãos Limpas¹⁵ na Itália: são movimentos justiceiros, comandados por frações da burocracia de Estado que, diante de uma crise grave institucional, usam de seus cargos para salvarem o seu quinhão que é autorreferente: se manterem onde estão a qualquer

¹⁴ **Glasnost**: foi uma política implantada, juntamente com a Perestroika (“reestruturação”), na União Soviética, durante o governo de Mikhail Gorbachev. [1] A Glasnost contribuiu em grande parte para a intensificação do clima de instabilidade causado por agitações nacionalistas, conflitos étnicos e regionais e insatisfação econômica, fatores que levaram ao colapso da URSS. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ **Operação Mãos Limpas ou Mani pulite**: foi uma investigação judicial de grande envergadura na Itália, tendo início em Milão, que visava esclarecer casos de corrupção durante a década de 1990, na sequência do escândalo do Banco Ambrosiano em 1982, que implicava a Máfia, o Banco do Vaticano e a loja maçônica P2. A Operação Mãos Limpas levou ao fim da chamada Primeira República Italiana e ao desaparecimento de muitos partidos políticos. Alguns políticos e industriais cometeram suicídio quando os seus crimes foram descobertos. (Nota da **IHU On-Line**)

custo. A finalidade da burocracia é simplesmente ficar onde está, isso sempre consiste em um gesto débil e vazio que precisa ser preenchido por outros interesses naturalmente de outros setores. Na União Soviética, isso resultou no fim do país e na eleição de um ser tragicômico como Iéltsin,¹⁶ que levou o país a um Capitalismo árido e violentíssimo; já na Itália, deu na ópera bufa comandada por Berlusconi.¹⁷

No caso dos últimos eventos, goste-se ou não de Lula, o fato é que houve uma inequívoca arbitrariedade na condução coercitiva do ex-presidente. Como a antológica denúncia dos promotores que confundiram Engels¹⁸ com Hegel¹⁹ também é um absurdo

¹⁶ **Boris Nicoláievitch Iéltsin** (1931): foi o primeiro presidente da Rússia após o colapso econômico da União Soviética. Iéltsin foi também o primeiro líder de uma Rússia independente após o czar Nicolau II. Seus anos como senador e líder da oposição no Soviete Supremo são lembrados com glória, mas seu governo, lembrado com frustração por conta das grandes expectativas, ficou marcado na história por reformas políticas e econômicas fracassadas e pelo caos social. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁷ **Silvio Berlusconi** (1936): líder político do partido Força Itália, que criou especificamente para sua entrada na vida política. É o proprietário do império midiático italiano Mediaset, além de empresário de comunicações, bancos e entretenimento. É a pessoa mais rica da Itália, segundo a revista *Forbes*, e o 37º mais rico do mundo. Pela segunda vez é o primeiro-ministro da Itália. Foi acusado inúmeras vezes de corrupção e ligações com a Máfia. Gerou polêmica na Europa ao apoiar a Guerra dos EUA contra o Iraque, em 2003. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁸ **Friedrich Engels** (1820-1895): filósofo alemão que, junto com Karl Marx, fundou o chamado socialismo científico ou comunismo. Ele foi co-autor de diversas obras com Marx, e entre as mais conhecidas destacam-se o Manifesto Comunista e O Capital. Grande companheiro intelectual de Karl Marx, escreveu livros de profunda análise social. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁹ **Friedrich Hegel** (Georg Wilhelm Friedrich Hegel, 1770-1831): filósofo alemão idealista. Como Aristóteles e Santo Tomás de Aquino, tentou desenvolver um sistema filosófico no qual estivessem integradas todas as contribuições de seus principais predecessores.

na forma e no conteúdo. Não estou dizendo que Lula não possa ser investigado, mas ele, como qualquer cidadão, deve ser investigado com isenção, não é possível surgirem juízes ou promotores com teses políticas prontas.

Cereja do bolo

Isso tudo, aliás, é só a cereja do bolo de uma série de erros na operação, seja de prisões arbitrárias, usos indevidos do mecanismo da delação premiada, dentre outros. Muitos amigos meus argumentam que diante das omissões - e também ações! - do governo petista em relação aos direitos e garantias constitucionais nos últimos tempos, não seria o caso de “se solidarizar” com Lula. Mas não é um caso de solidariedade, nem de deixar de criticar o PT por isso, mas sim de não permitir que esse tipo de relação de poder se desenvolva na nossa sociedade, seja contra quem for ou venha não importa de quem.

Lula

É preciso frisar que no caso de Lula existe uma singularidade da Lava Jato em relação à Glasnost ou à Operação Mãos Limpas que é o fato de, para realizar seu fim, ser necessário destruir uma figura política ainda proeminente, coisa que não havia nem na União Soviética, nem da Itália dos anos 1980. E quem duvida da politização da Lava Jato, por favor, me encontre uma explicação plausível para tantos políticos da oposição, citados tantas e tantas vezes em depoimentos, não terem sido sequer investigados. Em suma, o Direito está sendo transgredido

res. Sobre Hegel, confira no link <http://bit.ly/ihuon217> a edição 217 da **IHU On-Line**, de 30-04-2007, intitulada *Fenomenologia do espírito, de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1807-2007)*, em comemoração aos 200 anos de lançamento dessa obra. Veja ainda a edição 261, de 09-06-2008, *Carlos Roberto Velho Cirne-Lima. Um novo modo de ler Hegel*, disponível em <http://bit.ly/ihuon261>, e *Hegel. A tradução da história pela razão*, edição 430, disponível em <http://bit.ly/ihuon430>. (Nota da **IHU On-Line**)

na Lava Jato em todas as direções, seja na sua não aplicação para alguns ou na sua aplicação draconiana para outros. A Lava Jato, vista no cômputo geral, é marcada por uma clara violação da Isonomia, isto é, a igualdade perante a Lei, o que é o desperdício de uma grande oportunidade histórica. Aplicasse o Direito de maneira precisa e proporcional, sendo ainda igual com todos, a Lava Jato poderia estar cumprindo um papel importante, mas é ingênuo supor que ela poderia existir nesses termos.

IHU On-Line - Quem são os atores desse cenário de operação Lava Jato? Como analisa seus movimentos?

Hugo Albuquerque - Na Lava Jato converge um punitivismo próprio à cultura brasileira - e também às esquerdas brasileiras, salvo raríssimas e honrosas exceções - e arrisco em dizer, próprio da cultura ocidental; isso consiste na ideia que a solução desconhecida de um problema notório só pode ser o castigo de qualquer um. A partir daí se ignoram interesses nacionais e estrangeiros que veem na operação um meio de desmontar a atual forma de gestão da Petrobras e do setor de infraestrutura do Brasil - e junto desses setores, obviamente, a oposição, que vê na oportunidade um meio de voltar ao poder, seja pelas urnas ou não. O primeiro ponto corresponde ao fator subjetivo de legitimação da Lava Jato, o segundo, os fatores objetivos. Desmontando essa fortaleza, esses agentes imaginam poder ocupar esse espaço, pois no mercado, tal e qual na política, não há a menor

possibilidade de espaços ficarem "vazios para sempre". O resultado prático da Lava Jato é um movimento de terra arrasada até que alguém, corretamente ou não, lhe dê fim, lhe freie. Isso pode ocorrer tanto por alguém honesto que obrigue a operação a funcionar devidamente ou por alguém desonesto que faça isso da maneira errada. Do ponto de vista objetivo, o resultado da operação se destina ao desarranjo do sistema político e à abertura de espaço para o nosso Berlusconi ou nosso Yeltsin: só uma figura ao mesmo tempo vinculada com o mercado (isto é, o oligopólio capitalista) e com um carisma quase cômico poderia suprir esse espaço. Mas pode ser que seja algo ou alguém pior. Um Bolsonaro mesmo. Como constituir algo além disso é a questão. O fato é que esse movimento da burocracia brasileira (do Judiciário, mas também do Ministério Público e das polícias) ocupa o lugar do que poderia ter sido uma guinada democratizante em 2013. Ela não veio, pelos vários fatores elencados. O que veio é isso e isso é a violência do nada.

IHU On-Line - Deseja acrescentar algo?

Hugo Albuquerque - Acho que a manifestação de 13 de março deixa tudo claro: existe uma insatisfação generalizada, mas que é diferente, sempre foi diferente e só poderia ser diferente. Um é daqueles que enxergam nessa situação uma oportunidade de engolir os direitos, fazer um movimento de restauração do velho regime. O outro daqueles que não fazem panelaço e não foram às ruas, mas estão

desamparados, talvez estejam pagando mais caro ainda a conta - e há quem queira que eles paguem mais ainda. O único modo de os setores democráticos sobreviverem é conectar com o segundo grupo, encarar seus problemas e operar nas suas demandas. É preciso apresentar soluções e clivar esse enorme movimento, no qual muita gente é levada a agir ou se omitir contra seus próprios interesses objetivos (não seria esse o mistério da política segundo La Boétie,²⁰ Spinoza²¹ e tantos outros?). É preciso assumir uma agenda positiva. Sigamos o vaticínio do Adivinho de Julio Cesar de Shakespeare²²: Acautelai-vos com os Idos de Março - mas sem perder a ofensiva. ■

²⁰ **Étienne de La Boétie** (1530-1563): Jurista e escritor francês, fundador da filosofia política moderna na França. (Nota da **IHU On-Line**)

²¹ **Baruch Spinoza** (ou Espinosa, 1632-1677): filósofo holandês. Sua filosofia é considerada uma resposta ao dualismo da filosofia de Descartes. Foi considerado um dos grandes racionalistas do século XVII dentro da Filosofia Moderna e o fundador do criticismo bíblico moderno. Confira a edição 397 da **IHU On-Line**, de 06-08-2012, intitulada *Baruch Spinoza. Um convite à alegria do pensamento*, disponível em <http://bit.ly/ihuon397>. (Nota da **IHU On-Line**)

²² **William Shakespeare** (1564-1616): dramaturgo inglês. Considerado por muitos como o mais importante dos escritores de língua inglesa de todos os tempos. Como dramaturgo, escreveu não só algumas das mais marcantes tragédias da cultura ocidental, mas também algumas comédias, 154 sonetos e vários poemas de maior dimensão. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

- *"Vivemos um momento constituinte. É preciso pensar, atuar, propor como nunca"*. Entrevista especial com Hugo Albuquerque nas **Notícias do Dia**, de 11-11-2013, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1ROkJOV>;
- *Brazil nos ame ou nos deixe nesta Copa*. Artigo de Hugo Albuquerque publicado nas **Notícias do Dia**, de 15-01-2014, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1MmTzwS>;
- *Os impasses do Brasil entre a multidão e a modernidade*. Artigo de Hugo Albuquerque publicado nas **Notícias do Dia**, de 28-10-2013, no sítio do IHU, disponível em <http://bit.ly/1Vcl4zn>.

#Dossiê Conjuntura

A audácia ou a tumba?

Um dilema latino-americano

Alejandro Mantilla analisa o que chama de fim de ciclo de governos progressistas. Para ele, o estágio em que estão é fruto da pouca audácia em enfrentar velhos modelos

Por João Vitor Santos | Tradução Henrique Dênis Lucas

Partidos mais alinhados com as ideias socialistas chegaram ao poder nas duas últimas décadas em vários países da América Latina, mas agora patinam em crises. Para o articulista colombiano Alejandro Mantilla, a equação é muito simples: ou se encaram os desafios rompendo com paradigmas ou se aceita a velha lógica e a iminência de cair por terra. “Ausência de audácia implica em cavar a própria tumba”, sentencia. Ele explica: “Os governos audazes, que pretendem realizar grandes transformações, se deparam com o risco de tomar medidas impopulares que reduzam suas governabilidades, ou a assumir medidas econômicas que possam gerar inflação ou redução do crescimento”. Entretanto, não é o que parece acontecer entre os latinos. “Outra possibilidade acaba sendo atrativa: manter a governabilidade gerando estabilidade econômica suportada por medidas neoliberais e extrativistas, acompanhadas de programas sociais que ajudem a superar a pobreza, mas sem redistribuir a riqueza”, completa.

Assim, ao invés de assumir as bandeiras das transformações, os governos têm se associado ao ideário burguês. O problema é que quando faltam recursos para programas sociais, o Estado “não pode” tocar no quinhão das camadas mais altas. Levados a promover ajustes fiscais, miram nos programas sociais. “Assim você fica, como dizem na Co-

lômbia, ‘sem o pão e sem o queijo’: sem câmbios de fundos e com problemas econômicos profundos”, completa o entrevistado.

Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Alejandro também reflete sobre o que implica a virada de mesa, assumindo a postura audaz. “A resposta óbvia seria propor uma economia produtiva e redistributiva, que regule o capital financeiro, limite os mercados, gere tributação alta para os grandes capitais e desenvolva programas de fomento à produção nacional sustentados no Estado”. Entretanto, reconhece que a virada não é fácil: “por um lado, porque ao viver em uma economia globalizada no meio da turbulência mundial, as receitas econômicas de mudança enfrentam a desestabilidade econômica como dado objetivo. Em segundo lugar, porque a crise ecológica contemporânea exige o abandono do paradigma dos velhos modelos industriais que afirmaram a proposta keynesiana do pleno emprego fordista”.

Alejandro Mantilla é articulista dos portais Colombia Informa e Palabras al Margen. Também é membro do Comité Ejecutivo do Poder y Unidad Popular - PUP, organização que faz parte do Polo Democrático Alternativo e dos Congresos dos Povos.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Os governos progressistas da América Latina chegaram ao final de um ciclo? Qual? Por quê?

Alejandro Mantilla - O fim de um ciclo pode ser compreendido como a conclusão de um período histórico marcado pela ascensão de for-

ças políticas alternativas ao governo em diversos países da América Latina. Essas forças políticas representaram tais alternativas em três



No Brasil, os escândalos de corrupção deixaram a liderança moral do PT muito debilitada e colocaram o governo de Dilma em uma profunda crise

sentidos: 1) frente às oligarquias nacionais tradicionais; 2) frente aos programas de governo neoliberais; e 3) frente ao imperialismo norte-americano.

Considero que a tese do “final de ciclo” deva ser descrita em dois aspectos. Por um lado, o fim de ciclo deve ser atribuído principalmente aos governos alternativos, não sendo claro que se possa dizer o mesmo ante o conjunto de esquerdas e os movimentos sociais do continente. Por outro lado, é prematuro fazer prognósticos sobre a duração desta etapa de retrocesso, pois até agora parece que estamos diante de um período transitório.

Dentro dos processos que permitem compreender o final de ciclo se incluem:

- Dificuldades econômicas motivadas pela crise das *commodities* nas economias dependentes do extrativismo, aprofundadas pela desaceleração da economia da China.
- Derrotas eleitorais derivadas da conjunção de erros estratégicos, ofensivas midiáticas da direita continental e sabotagem econômica imperialista.
- Ocorrência prévia de “golpes de estado institucionais” em Honduras e Paraguai, que começaram a debilitar o bloco regional alternativo.
- Dificuldades de liderança política na Venezuela e escândalos de corrupção graves no Brasil.
- Obstáculos para a renovação política frente à acentuação do presidencialismo.
- Há uma tendência a privilegiar as construções políticas que

colocam o Estado acima da estrutura, que por si só já é construída privilegiando o topo da cadeia, incluindo os movimentos sociais e organizações populares (exceto a rica experiência das colunas venezuelanas).

- Continuidade de políticas neoliberais e extrativistas que limitam as possibilidades dos processos de câmbio.
- Em alguns casos, evidencia-se um distanciamento entre os movimentos sociais históricos e os governos alternativos.
- Pouca audácia na busca por reconfiguração da entidade do estado capitalista.
- Reagrupamentos da oposição de direita e divisão das esquerdas em setores.
- Um estranho paradoxo. Os governos do Equador, Nicarágua e Bolívia têm sido curiosamente conservadores no que diz respeito a assuntos como os direitos das mulheres, dos jovens e a diversidade sexual.

IHU On-Line - Como construir um debate que mobilize a mudança de época, imposta pelos limites do atual ciclo?

Alejandro Mantilla - Este momento histórico é propício para impulsionar um debate sobre a perspectiva das esquerdas na América Latina. Esse debate pode ter as seguintes coordenadas:

- A relação entre os governos alternativos e os movimentos populares.
- O questionamento sobre quais são as medidas de transição a uma economia que supere o ne-

oliberalismo e não seja dependente da renda extrativista.

- O questionamento sobre quais são as políticas que podem ir além da redução da pobreza, visando à redistribuição da riqueza.
- A formação de políticas ecosocialistas orientadas à consolidação do que é comum a todos, à proteção do ambiente e do território e uma nova economia, que evite a depredação dos ecossistemas.
- A questão da transição ao socialismo e a temporalidade das mudanças sociais.
- As possíveis mudanças do modelo político que gerem instituições centradas no coletivo, que superem o caudilhismo e o presidencialismo.
- O questionamento pelas coordenadas da transformação do Estado para os processos de mudança social e democratização política.
- Os caminhos para gerar uma reforma moral e intelectual que instaure novas crenças, valores e uma nova afetividade política que contribua para forjar novas relações sociais que derrotem os poderes do capitalismo.

IHU On-Line - Como compreender o que está por trás das dificuldades desses governos ditos progressistas nas experiências de Venezuela e Brasil?

Alejandro Mantilla - Acredito que as experiências sejam muito diferentes e prefiro evitar comparações. Na Venezuela, a ausência da liderança de Hugo Chávez gerou um vazio difícil de ser preenchido. Tal situação, agregada à queda dos preços do petróleo, desembocou no pior cenário para qualquer governante: desestabilidade econômica somada a profundas dificuldades para conseguir coesão política. Não obstante, soma-se a isso o avanço da direita, apoiada pelos poderes imperialistas globais e pela direita continental.

No Brasil, os escândalos de corrupção deixaram a liderança moral do PT muito debilitada

e colocaram o governo de Dilma Rousseff em uma profunda crise de governabilidade. O correlativo fortalecimento de uma oposição ultraconservadora no parlamento e a pouca habilidade do governo para responder aos problemas sociais (que se expressaram com a onda de protestos antes e durante a copa do mundo) geraram um distanciamento do PT frente a setores das classes médias e classe trabalhadora, deixando campo livre para o avanço da direita local.

IHU On-Line - A partir da experiência argentina, nas eleições de Mauricio Macri, como compreender essa retomada da direita nos governos de países da América Latina? Que direita é essa?

Alejandro Mantilla - Macri representa o mais claro retorno à normalidade neoliberal que os governos alternativos tentaram deslocar. Como mencionei antes, os governos progressistas buscaram ser alternativa diante das oligarquias tradicionais, os programas neoliberais e o imperialismo dos Estados Unidos; Macri representa esses três fatores de poder.

Na Argentina, o questionamento principal está relacionado com as capacidades da esquerda (em especial o Peronismo¹ Kirchnerista² e os

¹ **Peronismo** (Movimento Nacional Justicialista): o Movimento Nacional Justicialista é genericamente chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Juan Domingo Perón (1895–1974), presidente da Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. O Movimento transformou-se, mais tarde em Partido Justicialista, que é a força política majoritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sulamericana. (Nota da **IHU On-Line**)

² **Kirchnerismo**: é uma orientação, um movimento político peronista, fundada em 2003, que reúne as principais refletido postulados ideológicos nos

setores da esquerda autonomista e trotskista) de exercer uma oposição forte, de vocação ao poder, e com capacidade de coordenação unitária para enfrentar o governo de Macri, situação complicada diante da divisão do peronismo e da distância entre os trotskistas e os kirchneristas.

IHU On-Line - O que está por trás desta guinada direitista dos governos de esquerda, como no caso do Uruguai, em que Tabaré Vasquez suaviza os ideais da Frente Ampla, e do Brasil, em que Dilma Rousseff cede a interesses neoliberais?

Alejandro Mantilla - Em outro texto, formulei a distinção entre “a audácia e a tumba”, dilema que os esforços emancipatórios deverão enfrentar diante do governo na

“

Macri representa o mais claro retorno à normalidade neoliberal que os governos alternativos tentaram deslocar

atualidade. Os governos audazes, que pretendem realizar grandes transformações, se deparam com o risco de tomar medidas impopulares que reduzam suas governabilidades, ou a assumir medidas econômicas que possam gerar inflação ou redução do crescimento. A outra

governos dos presidentes Nestor Kirchner (entre 2003 e 2007) e Cristina Fernández de Kirchner (entre 2007 e 2015), que juntos, eles ocuparam o Poder Executivo da Argentina por 12 anos, 6 meses e 15 dias. Acompanhando o movimento político alguns setores que pertenciam ao radicalismo, o socialismo, o comunismo e humanismo. (Nota da **IHU On-Line**)

possibilidade acaba sendo atrativa: manter a governabilidade gerando estabilidade econômica suportada por medidas neoliberais e extrativistas, acompanhadas de programas sociais que ajudem a superar a pobreza, mas sem redistribuir a riqueza. Esta parece ser a fórmula de Uruguai e Brasil.

O problema que reside no dilema mencionado é que a ausência de audácia também implica em cavar a própria tumba, pois em um contexto global marcado pela crise, a estabilidade econômica capitalista é um presente de curta duração. Assim você fica, como dizem na Colômbia, “sem o pão e sem o queijo”: sem câmbios de fundos e com problemas econômicos profundos.

IHU On-Line - Qual a questão que paira como pano de fundo no descontentamento de movimentos sociais com os governos autodenominados progressistas? Por que o grito das ruas não ecoa em governos que se dizem defensores de políticas horizontais?

Alejandro Mantilla - Talvez as respostas anteriores iluminem esta questão, reiterando: 1) Parece que certas lideranças, baseadas em uma pessoa apenas, são compreendidas como imprescindíveis nos processos de mudança. Tal situação se opõe à organicidade política dos processos coletivos próprios dos movimentos sociais contemporâneos. 2) O compromisso com o extrativismo e as alianças com os capitais chineses têm gerado conflitos territoriais entre os governos e os movimentos sociais defensores do território, em especial ambientalistas, indígenas e agricultores. 3) O conservadorismo moral gera profundas distâncias com os movimentos feministas e de diversidade sexual.

IHU On-Line - O que as políticas econômicas revelam sobre o modelo de desenvolvimento, o neodesenvolvimentismo, adotado pelos “progressistas” latino-

americanos? Como compreender os limites desse modelo?

Alejandro Mantilla - A política da maioria dos governos progressistas buscou medidas de mudança com estabilidade econômica; creio que isso explica esse “neodesenvolvimentismo” (termo que não sei se descreve corretamente os governos progressistas).

Os limites desse modelo podem ser constatados com a realidade da crise econômica e ambiental: é uma receita centrada no extrativismo que gera dependência de produtos de preços flutuantes no mercado internacional e que intensifica os problemas ambientais e territoriais para os povos.

IHU On-Line - Quais as conquistas mais simbólicas dos governos de esquerda na América Latina nos últimos 16 anos?

Alejandro Mantilla - Os governos de esquerda alcançaram importantes conquistas. Derrotaram as oligarquias tradicionais em diversos países, limitaram a influência dos Estados Unidos na região, impulsionaram novos cenários de integração no sul e promoveram programas sociais que reduziram a pobreza. Essas conquistas não podem ser tiradas deles.

IHU On-Line - Como compreender movimentos feitos pelos latino-americanos de substituição do imperialismo norte-americano por uma espécie de imperialismo à moda chinesa?

Alejandro Mantilla - Há dois fatores em jogo. Em primeiro lugar, a China expandiu sua esfera de influência em boa parte do planeta e a

América Latina é parte deste processo de expansão. Tal influência também se apresenta nos governos neoliberais do continente, e, como bom exemplo, temos o crescimento do investimento chinês na Colômbia. Por outro lado, creio que os acordos financeiros com a China permitiram que vários governos progressistas contassem com novos recursos sem ter que pedir socor-

“
Os governos audazes, que pretendem realizar grandes transformações, se deparam com o risco de tomar medidas impopulares que reduzam suas governabilidades

ro aos empréstimos de instituições multilaterais condicionadas a programas de ajuste neoliberal.

IHU On-Line - Como romper com os modelos de economia rentista perpetuados pelos governos de esquerda?

Alejandro Mantilla - Esta é a pergunta mais difícil de todas. Em princípio, a resposta óbvia se-

ria propor uma economia produtiva e redistributiva, que regule o capital financeiro, limite os mercados, gere tributação alta para os grandes capitais e desenvolva programas de fomento à produção nacional sustentados no Estado. Esse programa seria o início de uma das etapas de transição de superação do neoliberalismo e do extrativismo rumo a uma perspectiva de transformação socialista possível.

No entanto, não é fácil assumir tal resposta com tanta comodidade, por duas razões. Por um lado, porque ao viver em uma economia globalizada no meio da turbulência mundial, as receitas econômicas de mudança enfrentam a desestabilidade econômica como dado objetivo. Em segundo lugar, porque a crise ecológica contemporânea exige o abandono do paradigma dos velhos modelos industriais que afirmaram a proposta keynesiana³ do pleno emprego fordista.

Hoje é necessário gerar um profundo debate que redefina os padrões de extração, produção, circulação e consumo, assim como as possibilidades de uma economia que supere tanto a exploração humana como a depredação ambiental. Esse é o maior objetivo da esquerda de nossa era, é a maior prova que afronta a humanidade hoje. ■

³ **Keynesianismo:** pensamento da Escola Keynesiana. Teoria econômica consolidada por John Maynard Keynes, que consiste numa organização político-econômica oposta às concepções liberais. Sua base é a afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia. O objetivo é conduzir a um sistema de pleno emprego. (Nota da **IHU On-Line**)

LEIA MAIS...

– América Latina: fim de ciclo? Artigo de Alejandro Mantilla Q, publicado por Outras Palavras e reproduzido nas **Notícias do Dia**, de 24-11-2015, do sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/1Ug9gxJ>.

#Dossiê Conjuntura

Da incompreensão das ruas à judicialização da política brasileira

“No intervalo entre as forças políticas tradicionais, hoje quase totalmente deslegitimadas diante do povo que as elege, e o vazio de representatividade da negativa de voto e do voto nulo, emerge um campo gigantesco que alguns nomeiam de ‘antipolítica’”, afirma Moysés Pinto Neto

Por João Vitor Santos | Edição Patricia Fachin

A luz dos últimos acontecimentos políticos e dos desdobramentos da Operação Lava Jato, Moysés Pinto Neto comenta a “judicialização da política”, que, segundo ele, “tem ocorrido no Brasil nos últimos anos”, ainda desde o tempo em que o ministro Joaquim Barbosa atuava no caso do Mensalão. “Desde essa época, equívocos têm proliferado na análise por se postular uma transitividade não mediada da política partidária para a política criminal”, afirma. O pesquisador destaca que não se pode negar o fato de que, desde o Mensalão, a corrupção e os “crimes de colarinho branco” passaram a ser pauta efetiva dos tribunais. Entretanto, o Judiciário acaba se impondo transversalmente à lógica da política. É como se a política só se movimentasse por estímulos jurídicos.

“A transição que não se fez nesse momento foi a de que existe outra polaridade diagonal que corta direita e esquerda - punitivismo, de um lado, e liberalismo (ou, no jargão jurídico, garantismo), de outro. O garantismo é uma visão crítica do sistema penal que pode alternar posições desde um liberalismo estrito - independente de quem é julgado, todas as garantias e direitos devem ser respeitados à risca - até um mais extremado, que propõe a supressão do sistema penal ou, dada sua existência, a resistência inflexível contra ele”, pontua. Ou seja, nem esquerda, nem direita, nem Judiciário estão acima da própria lei. Não é avaliar se Lula é inocente ou se o juiz Moro é oportunista. O debate vai além.

Na entrevista a seguir, concedida à IHU On-Line por e-mail, Pinto Neto também

comenta as manifestações do dia 13-03-2016, pontuando que diferente de Junho de 2013, a manifestação deste ano “se canaliza para a forte rivalidade eleitoral de 2014 e o ingrediente extra da Operação Lava Jato”. Na avaliação dele, “aglomerações multitudinárias, em que o sujeito é ‘ninguém’ e ‘todos’, têm tido um perfil mais à direita, associado ao público crítico do petismo, à classe média tradicional e seu ressentimento em relação às transformações brasileiras da última década e aos embates cotidianos com movimentos de esquerda e minoritários”.

Para ele, “os limites dessa direita também são óbvios, já que o perfil social não consegue extrapolar uma fatia da população. Movimentos de perfil liberal, como o MBL [Movimento Brasil Livre], estão crescendo, mas são pouco representativos”. E adverte: “O fato de em 13-03 Bolsonaro ter sido o único a conseguir discursar, e não as alas moderadas, é extremamente preocupante”.

Moysés Pinto Neto é graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e doutor em Filosofia nessa mesma instituição. Leciona no curso de Direito da Universidade Luterana do Brasil - Ulbra Canoas.

A entrevista foi publicada nas “Notícias do Dia”, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 16-03-2016.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - Como avalia os acontecimentos dos últimos dias, tanto em relação às manifestações como em relação à Operação Lava Jato e seus desdobramentos políticos?

Moysés Pinto Neto - Todos esses fatos são impressionantes e exigem muito mais informações que dispo-nho. Porém, aproveito para fazer uma leitura da 'judicialização da política' que tem ocorrido no Brasil nos últimos anos, questão que acho bastante importante.

Em 2012, inicia-se o julgamento do "Mensalão". O Governo tem índices turbinados e não corre riscos, mas, para surpresa de todos, o ministro Joaquim Barbosa¹ assume uma dianteira agressiva na condução do processo e, contra a tendência liberal com crimes de colarinho branco que costumam ter os Tribunais, inicia um processo que irá desaguar na "judicialização da política" que vemos hoje. Desde essa época, equívocos têm proliferado na análise por se postular uma transitividade não mediada da política partidária para a política criminal. O petismo, revoltado com o tratamento punitivista e avesso às formalidades de Barbosa, passa a atacá-lo a partir de uma blogosfera cada vez mais poderosa em influência.

Questiona-se a seletividade do Supremo tribunal federal - STF e chega-se a defender seriamente, por muitas vezes, a possibilidade de que Barbosa concorresse a cargo eletivo de presidente em 2014. A surpreendente condenação de Dirceu² e demais dirigentes pe-

tistas faz com que boa parte da esquerda compre a tese de que o "domínio do fato" seria uma estratégia inventada para condenar o PT, sem qualquer base teórica no Direito Penal (o que não é simplesmente verdade, ainda que porventura possa ter sido mal aplicada pelo STF).

A transição que não se fez nesse momento foi a de que existe outra polaridade diagonal que corta direita e esquerda - punitivismo, de um lado, e liberalismo (ou, no jargão jurídico, garantismo), de outro. O garantismo é uma visão crítica do sistema penal que pode alternar posições desde um liberalismo estrito - independente de quem é julgado, todas as garantias e direitos devem ser respeitados à risca - até um mais extremado, que propõe a supressão do sistema penal ou, dada sua existência, a resistência inflexível contra ele.

A primeira posição pode ser compartilhada - e de fato é - inclusive por pessoas mais identificadas com a direita, enquanto a segunda tende a ser mais exclusiva da esquerda. No caso do Mensalão, o perfil de Barbosa é claramente próximo ao que se nomeia - com base em um artigo de Maria Lucia Karam³ - de "esquerda punitiva", uma esquerda que acredita na utilização do sistema penal como mecanismo de equilíbrio social nos crimes de colarinho branco.

As arbitrariedades de Barbosa e outros, portanto, não foram uma anomalia no sistema penal: na verdade, revelam como esse sistema opera normalmente, em quase todos os casos, já que a maioria dos

juízes se identifica com o punitivismo. A anomalia foi atingir crimes que normalmente ficam impunes por falta de "cobertura normativa", quando algum ator normalmente blindado pela seletividade perde, devido ao jogo político ou econômico, a blindagem. Foi o que ocorreu com o PT.

Depois da primeira onda volta-da para o transporte urbano, 2013 recebe uma força complementar da classe média ressentida indo às ruas para protestar contra a corrupção, agora com a possibilidade de levantar o julgamento do Mensalão como emblema. Essa indignação era até disputável naquele momento, já que se mesclava com uma insatisfação com os serviços públicos e demandas que poderiam resultar em transformações sociais importantes no Brasil (por exemplo, um investimento maciço em saúde e educação como resposta).

Hoje, no entanto, ela se canaliza para a forte rivalidade eleitoral de 2014 e o ingrediente extra da Operação Lava Jato. Abastecida com o precedente do Mensalão e com o punitivismo que grassa solto no Poder Judiciário e Ministério Público, a Lava Jato consagra um novo grau de judicialização da política que cruzou como outra diagonal 2013 e a nova direita.

Se a repressão (também no sentido psicanalítico) de 2013 entre a esquerda provocou a desorientação e desorganização geral, pode-se dizer que uma das pautas dos movimentos - a indignação contra a falta de representatividade do pemedebismo ("antipolítica") - acabou sendo encampada pelo Poder Judiciário.

Assim, tem-se uma visão político-criminal punitivista que encontra espaço para atuar reforçando laços de "solidariedade mecânica" em uma sociedade que se vê "anômica", especialmente quando o Executivo e o Parlamento refletem uma incrível incapacidade de diálogo e claramente um funcionamento puramente endógeno e interessado na auto-reprodução

¹ **Joaquim Benedito Barbosa Gomes** (1954): jurista brasileiro, foi procurador da República e ministro do Supremo Tribunal Federal, corte da qual foi presidente de 2012 até 2014. Foi professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e, atualmente, é advogado. Em 2013 foi eleito pela Revista Time como uma das cem pessoas mais influentes do mundo. (Nota da IHU On-Line)

² **José Dirceu**: é um político e advogado brasileiro, com base política em São Paulo. Ministro da Casa Civil de 2003 a 2005, Dirceu teve seu mandato de deputado federal cassado no dia 1º de de-

zembro de 2005 e, portanto, é inelegível até 2015, a pedido da CPI do Mensalão. (Nota da IHU On-Line)

³ **Maria Lucia Karam**: juíza de direito aposentada do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Foi juíza auditora da Justiça Militar Federal e defensora pública no Estado do Rio de Janeiro. Já publicou diversos livros sobre direito, sendo um deles a coletânea Escritos sobre a Liberdade (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009). Atualmente faz parte do Law Enforcement Against Prohibition (Agentes da Lei Contra a Proibição). (Nota da IHU On-Line)

dos próprios privilégios. Eduardo Cunha⁴ é um dos emblemas disso.

Estado de exceção

Ler a prisão de Lula como a entrada em um “estado de exceção” passa por vários equívocos - se estado de exceção é algo explicitamente vinculado à situação atual. Primeiro, de projetar a disputa político-partidária sobre a política-criminal sem mediações. Na verdade, há uma encampação de um punitivismo socialmente legitimado que judicializa a política, mas ainda se situa no espaço comum usado pelo sistema penal.

A posição de Moro⁵ não é nada estranha no Poder Judiciário. Juízes e Promotores que colocam a “justiça” da punição acima de regras formais são extremamente comuns, tanto que vários advogados garantistas - mesmo muitos sendo identificados com a direita - têm insistido em se opor aos métodos.

Essa é uma disputa político-criminal (e em torno dos direitos hu-

manos, claro). As explicações para o arbítrio contra o PT não requerem muita reflexão fora dos quadros tradicionais da Criminologia: quando alguém então imune perde sua cobertura por algum jogo perdido no poder, pode ser alvo de uma seletividade especial, como diz Zaffaroni⁶ e outros em um livro mais ou menos recente. Se as manobras fora da lei ou impetuosas formam um estado de exceção, ele não é novidade alguma em relação ao sistema penal. Por outro lado, o que significa “perder a cobertura” nesse caso?

Aqui sim, temos uma transição mediada para a disputa política. Há uma mudança dupla que atua no caso: primeiro, o sistema político está perdendo a blindagem devido à movimentação “antipolítica” que vem dos movimentos de 2013 e segue operando na sociedade; segundo, o PT perdeu sua base social pela sucessão de erros e operações escusas com as quais o neodesenvolvimentismo engoliu o legado democrático do partido.

Os intelectuais comprometidos com o governismo e o apoio crítico não conseguem visualizar isso porque continuam fingindo que 2013 não aconteceu. Em resposta a tudo isso, tudo que o governismo tem conseguido mobilizar é a teoria das “forças ocultas”: haveria uma grande conspiração midiático-judiciária e internacional com o intuito de derrubar as conquistas sociais dos últimos anos, buscando com isso inviabilizar Lula como Presidente em 2018. É uma teoria “coerente”, mas não se pode culpar as pessoas por não acreditarem em forças ocultas.

Para os que não acreditam, organizar esse caos é condição de sobrevivência, sob pena de sermos engolidos por forças políticas reativas

6 Eugênio Raul Zaffaroni: ministro da Suprema Corte Argentina. Ainda, é professor titular e diretor do Departamento de Direito Penal e Criminologia na Universidade de Buenos Aires, doutor honoris causa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e vice-presidente da Associação Internacional de Direito Penal. (Nota da **IHU On-Line**)

que podem vir com uma voracidade enorme, movidas e apoiadas por um exército de descontentes, inclusive os próprios pobres que o PT se orgulha de ter como aliados, mas que geralmente não avaliam o governo pela identidade política, e sim por critérios pragmáticos que hoje ele não consegue mais satisfazer.

IHU On-Line - Em que medida podemos considerar que o sistema representativo no modo como está dado chegou aos seus limites? Como esses limites se personificam nas “crises”?

Moysés Pinto Neto - Vivemos claramente no contexto mundial uma crise das mediações. A democracia representativa, desenvolvida pelo Iluminismo no século XVIII e aperfeiçoada ao longo do século XX pelo desafio dos totalitarismos, funciona com parâmetros que - na era da hiperconectividade, com seu encurtamento do tempo e do espaço - são considerados de baixa intensidade por uma multidão de descontentes.

Ao mesmo tempo, a progressiva colonização do sistema político pelo mercado financeiro e grandes agentes econômicos representando uma fusão baseada na forma-espetáculo que é requisito para eleição de um político, tira legitimidade daquele que é praticamente o único momento de participação direta: o voto.

A transformação das eleições em uma máquina performática provoca a erosão dos debates substanciais: cada vez mais candidatos querem dizer menos para parecer mais e os marqueteiros (o Brasil é um caso emblemático, mas não único) assumem o protagonismo.

Repete-se o oferecimento de uma caixa de mentiras vazias que o candidato, uma vez eleito, irá dispensar “realisticamente”. Em vez disso, tenderá a fazer um governo tecnocrático governando com as forças do status quo - entre elas, seus financiadores eleitorais - formando um conglomerado político-econômico que alguns nomeiam “a casta”.

A crise ética

A crise da mediação é também uma crise da “palavra” entendida como signo de fiança, da força performativa e ética da própria linguagem, reduzida a um papel instrumental e manipulatório. Como mostra Giorgio Agamben em um dos seus melhores textos, a sociedade do espetáculo se apropria da força material da linguagem fazendo da imagem sua matéria-prima, mas esvazia o potencial transformador dessa operação, consagrando o próprio vazio que de chance do novo passa a repetição do mesmo.

Assim, a crise da mediação é uma crise ética, já que toda ética se pauta pela relação com a alteridade e essa relação se estabelece a partir da crença. Quando os alicerces do sistema estão baseados em um engodo constitutivo, em uma forma de política que naturalizou a quebra da confiança, estão dadas as condições para uma crise geral. Um dos sentidos da ética remete a uma “morada comum”, um habitar coletivo, justamente aquilo que é condição de possibilidade da política e atualmente encontra-se abalado.

No intervalo entre as forças políticas tradicionais, hoje quase totalmente deslegitimadas diante do povo que as elege, e o vazio de representatividade da negativa de voto e do voto nulo, emerge um campo gigantesco que alguns nomeiam de “antipolítica”. Aqui se situa um espaço de perigo extremo que, como costuma acontecer, é também um espaço de possibilidades para ultrapassar a crise. Trata-se de uma negação sistêmica, a rejeição de todos antecipada pelos argentinos com seu “Que se vayan todos”.

Mas é preciso dizer que há vários cortes transversais nessa antipolítica. Anarquistas podem ver esse movimento como a possibilidade de formação de coletivos de auto-organização que, ao rejeitar lideranças verticais e a política tradicional, poderiam criar espaços de convivência livres, laboratórios de uma nova sociedade, como certa

vez Peter Pal Pélbart⁷ chamou o Parque Augusta de São Paulo. Ao dizer não ao sistema representativo e postular no seu lugar uma formação horizontal, esses coletivos criam “zonas de autonomia temporária” cujo modelo hoje são as ocupações, reescrevendo o espaço urbano e rural, as formas de afeto e convivência, o modelo econômico etc, construindo uma política participativa de altíssima intensidade que fugiria ao Estado/Mercado e sua verticalização hierárquica da política.

A polarização social contra a casta: em nome da “gente comum”

Outra forma de ler essa negação sistêmica já mencionada passa pela chave do “populismo”, entendendo que os novos movimentos sociais não podem ficar reduzidos a essa dimensão anárquica que alguns chamaram pejorativamente de “folk politics”. Em lugar disso, dever-se-ia (o sujeito político aqui não necessariamente se identifica com “a esquerda”) adotar o desafio de construir um consenso, superar a fragmentação e tomar o poder, assumindo inclusive a perspectiva de uma liderança vertical e a polarização social contra “a casta”.

É a perspectiva do Podemos⁸, como já dito, e corresponde a um

⁷ **Peter Pál Pelbart** (1956): filósofo húngaro, ensaísta, professor e tradutor húngaro, residente no Brasil. Graduado em Filosofia pela Universidade Paris IV, é mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, doutor em Filosofia, pela USP. Vive na cidade de São Paulo, onde é professor da PUC-SP e coordena a Companhia Teatral Ueinzz, formada por pacientes psiquiátricos do hospital-dia A Casa. É professor no Departamento de Filosofia e no Núcleo de Estudos da Subjetividade do Pós-Graduação em Psicologia Clínica da PUC-SP. (Nota da IHU On-Line)

⁸ **Podemos**: partido político espanhol que foi fundado em 2014, fortemente influenciado pelas ideias do movimento 15M. Um de seus principais representantes é Pablo Iglesias Turrión. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Atualmente, é o favorito para eleição presidencial na Espanha. (Nota da IHU On-Line)

programa forte que confrontaria o neoliberalismo em nome da “gente comum” que sente seus efeitos diretamente, sem necessidade de passar por um crivo “identitário” em relação às pautas tradicionais de esquerda. Essa interessante nomenclatura inaugurada pelo Podemos ajuda a cortar a política de modo mais claro que entre “direita” e “esquerda”, evitando as ilusões acerca da última, mas deságua numa teoria do populismo que tampouco parece satisfatória, já que é uma crise desse modelo que hoje se vive na América Latina. Apesar disso, ao menos o Podemos tem arriscado e experimentado, coisas que são absolutamente necessárias em um cenário desértico como o nosso.

O perigo da antipolítica

Finalmente, também é possível fazer uma leitura do perigo que a “antipolítica” provoca. A chance de que essa persistente desconstrução do sistema político provoque um efeito de unificação forçada é grande. Jacques Derrida⁹, aliás, nunca pretendeu que a noção de desconstrução se confundisse com um estado de pureza e redenção “pós-preconceitos”, como se vulgarizou por aqui, mas sim como uma instabilidade que desarticula as organizações sedimentadas e, com isso, carrega um risco iminente de dilaceração integral.

Derrida sempre colocou que as exigências da vida passam por uma

⁹ **Jacques Derrida** (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva, 1973), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras, 1994), *O animal que logo sou* (São Paulo: UNESP, 2002), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade, 2004) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007). Dedicamos a Derrida a editoria Memória da IHU On-Line nº 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>. (Nota da IHU On-Line)

certa economia da desconstrução, já que esta - como toda questão que envolve diferença - envolve um mergulho na morte, numa clara alusão a Freud¹⁰. Esse estado caótico em que tudo perde forma, portanto, pode conduzir a uma dissolução integral indesejável que, quando realizada, é o próprio mal. É o ponto mais complicado das “filosofias da diferença” entender o papel da organização (trabalho em que meu amigo Rodrigo Nunes, no Brasil, tem desempenhado papel importante).

Deleuze¹¹ e Guattari¹² também afirmam, em “Mil

¹⁰ **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista, fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Freud nos trouxe a ideia de que somos movidos pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século XIX, e continuam ainda muito debatidos hoje. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 08-05-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 04-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <http://bit.ly/ihuon207>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

¹¹ **Gilles Deleuze** (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bérson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da **IHU On-Line**)

¹² **Pierre-Félix Guattari** (1930-1992): filósofo e militante revolucionário francês. Colaborou durante muitos anos com Gilles Deleuze, escrevendo com este, entre outros, os livros *Anti-Édipo*, *Capitalismo e Esquizofrenia* e *O que é Filosofia?*. Félix Guattari, dotado

Platôs¹³, que a desterritorialização total pode levar a um grau zero que é a própria expressão de um desejo de destruição integral fascista. Podemos visualizar isso com clareza na Europa, em especial na própria França com a ascensão de Le Pen¹⁴, assim como nos Estados Unidos com a possibilidade de candidatura de Donald Trump¹⁵.

Mesmo filósofos críticos da ideia de que exista um “populismo”, como Jacques Rancière¹⁶, pautan-

do de um estilo literário incomparável, é, de longe, um dos maiores inventores conceituais do final do século XX. Esquizoanálise, transversalidade, ecosofia, caosmose, entre outros, são alguns dos conceitos criados e desenvolvidos pelo autor. (Nota da **IHU On-Line**)

¹³ Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1995-2004. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁴ **Jean-Marie Le Pen** (1928): é um político francês. Presidiu, até janeiro de 2011, a Frente Nacional, partido nacionalista francês e o mais à direita no espectro político da França. Foi substituído na liderança do partido por sua filha, Marine Le Pen, candidata do partido à Presidência do país em 2012. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁵ **Donald John Trump** (1946): empresário, investidor e personalidade da mídia norte-americano, que disputa as prévias para candidatura à presidente dos Estados Unidos pelo Partido Republicano nas eleições de 2016. É presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da **IHU On-Line**)

¹⁶ **Jacques Rancière** (1940): filósofo argelino, professor na universidade de Paris 8. Pensa a história, a sociedade, os movimentos políticos ou o cinema. É colaborador freqüente da lendária revista *Cahiers du Cinéma* - de forma a apresentar ao seu leitor e ouvinte um novo contexto e, como consequência, uma nova possibilidade para se entender a cultura, o poder ou a força das ideologias. Um dos colaboradores do pensador Louis Althusser no volume *Lire le Capital* (Ler o Capital). É o autor de *Os nomes da história - Um ensaio de poética do saber* (Educ), *Políticas da escrita, O desentendimento: política e filosofia* (ambos pela ed. 34) e *O mestre ignorante* (ed. Autêntica), entre outras obras. Esteve no Brasil em 2005, quando participou do Congresso Inter-

do-se por um igualitarismo que encontraria expressão nessas demandas contra os diversos “ódios contra a democracia”, reconhece que esse populismo também alimenta a extrema-direita e suas pautas xenófobas, violentas e voluntaristas. A reorganização forçada a partir de uma liderança autoritária que estabilizaria o sistema de modo radical, sem deixar restos e arestas de conflito, é a ameaça mais grave por que passam as democracias ocidentais, perdendo o legado que o fim dos totalitarismos deixou em termos de respeito aos direitos humanos e ao Estado de Direito.

Assim, a antipolítica pode ser capitalizada de diversas formas, tendo em comum a rejeição em bloco de todo sistema de mediação e variando em termos de uma reunificação à direita ou à esquerda, ou simplesmente uma fragmentação pluralizante que organizaria de outro modo a política (em termos utópicos).

O perigo disso tudo, entretanto, é o estado de inconsistência se prolongar em demasia, favorecendo uma solução de unificação autoritária. A desconstrução não pode ser evitada e, como Derrida certa vez coloca, confunde-se com a própria democracia. No entanto, o estado de instabilidade absoluta, sem qualquer organização e rejeitando qualquer forma, é a própria morte.

A “antipolítica” confunde-se, de certo modo, com esse estado de morte. Ela precisa ganhar forma e organização, saindo do eixo da negatividade absoluta, ou pode ser engolida por forças de unificação totalitárias que “resolveriam” o caos instaurado de modo violento. Entender essa “economia” me parece, hoje, o exercício mais importante para reconstrução da “esquerda”, se é que esse signo ainda é útil (ou então o que se queira colocar no lugar dela).

nacional do Medo, que aconteceu em São Paulo e no Rio de Janeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

IHU On-Line - Como podemos relacionar o genocídio a que é submetido o povo indígena brasileiro ao atual modelo político-econômico que leva a representatividade ao seu limite?

Moyisés Pinto Neto - As questões tocam-se parcialmente. Se observarmos, por exemplo, os movimentos contra a Copa e agora contra as Olimpíadas, havia a demanda (que não soube ser ouvida pela esquerda tradicional, nem no governo nem entre seus intelectuais e mídia alinhada) por um enfrentamento contra os conglomerados econômicos que controlam as cidades e, com elas, o sistema político e a própria democracia.

Esses oligopólios da construção civil construíram um projeto de cidade baseado na gentrificação¹⁷ (apelidada "revitalização"), transformação de espaços abertos em áreas fechadas e vigiadas (condomínios fechados "personalizados" e cada vez mais "totais"), homogeneização e higienização (apelidada "modernização"), enfim, a transformação da paisagem urbana em um cenário atomizado, hipercontrolado e com o acesso regrado pelo dinheiro.

Assim, a contradição com o projeto petista era patente: de um lado, postula-se ser o partido da "inclusão" como sua principal iden-

¹⁷ **Gentrificação:** O termo é derivado de um neologismo criado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1963, em um artigo onde ela falava sobre as mudanças urbanas em Londres, na Inglaterra. Ela se referia ao "aburguesamento" do centro da cidade, usando o termo irônico "gentry", que pode ser traduzido como "bem-nascido", como consequência da ocupação de bairros operários pela classe média e alta londrina. A expressão é usada para descrever o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tal como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada. (Nota da **IHU On-Line**)

tidade correspondente aos programas sociais; de outro, projeta-se sobre o espaço urbano um projeto excludente e afinado com o capitalismo mais predatório.

No campo, a figura era ainda pior. O alicerce que turbinou na primeira década os índices econômicos, chamado de boom das commodities, solidificou a aliança do PT com os ruralistas, sintetizado na aliança Kátia Abreu¹⁸/Dilma, a ponto de a ministra hoje integrar a "cota pessoal" da presidente.

Vários intelectuais sul-americanos, cito Eduardo Gudynas como exemplo, vem denominando esse modelo de "neoeextrativismo", dada a ostensiva colisão entre a proteção ambiental e as políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelos governos "progressistas" na América do Sul. A questão que parecia mais ou menos resolvida - relação da esquerda com o ambientalismo - de repente regride vertiginosamente, sobrepujada pelo modelo de expansão do capitalismo combinado com políticas sociais com metas exponenciais de crescimento e imaginário industrial.

Por volta de 2010/2011, chamava isso de "modelo chinês" e muitos interlocutores acreditavam que estava exagerando na comparação. Hoje fica clara a dependência em relação à China - uma espécie de colonialismo soft que se escala em muitos subcolonialismos na hierarquia internacional - e as consequências ambientais que os chineses vivem no seu país desse crescimento sem contrapartida ambiental, inclusive ameaçando a sobrevivência do regime. Aqui, ainda não calculamos os impactos de agrotóxicos e transgênicos usados sem controle e em completo desacordo com o princípio da precaução.

¹⁸ **Kátia Abreu [Kátia Regina de Abreu] (1962):** empresária, pecuarista e política brasileira. Desde 1º de janeiro de 2015 é a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Está licenciada do mandato de senadora do PMDB pelo estado do Tocantins. (Nota da **IHU On-Line**)

A esquerda e o tacanho imaginário

Ora, como sabemos por meio de antropologia, os índios vivem sob outro regime cosmopolítico. A noção de "natureza" não é comparável a um fundo externo energético que pode ser consumido livremente pelo "ser superior" - porque "reflexivo" e "linguageiro" - da pirâmide espiritual dos seres vivos. O antropocentrismo ocidental, base da devastação ambiental que hoje nos coloca na era do "Antropoceno"¹⁹, não é compartilhado pelos povos indígenas, que veem a natureza como um espaço político de relações em que as próprias posições de presa e predador - na nossa cultura bem definidas a partir de uma máquina da produção industrial, por exemplo - variam conforme a situação, tornando o próprio predicado de "humano" algo em constante permutação entre os habitantes da floresta.

A diferença pode ser constatada com facilidade se compararmos, por exemplo, o entusiasmo da esquerda com a descoberta e exploração do Pré-Sal, espécie de elo entre o trabalhismo getulista - do qual Dilma é oriunda - e o petismo lulista²⁰, então convertido no projeto do "Brasil Grande" ou "Brasil potência", com a visão do

¹⁹ **Antropoceno:** termo usado por alguns cientistas para descrever o período mais recente na história do Planeta Terra. (Nota da **IHU On-Line**).

²⁰ **Lulismo:** O termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi porta-voz do ex-presidente Lula, de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constitui como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota **IHU On-Line**)

xamã Davi Kopenawa Yanomami²¹, recentemente publicado em português na obra conjunta com o antropólogo Bruce Albert, em torno da “fumaça do metal” e suas consequências. São duas cosmovisões totalmente antagônicas.

O triste é que, mesmo muitos depois de Lévi-Strauss²² e tendo no Brasil antropólogos como Manuela Carneiro da Cunha, Eduardo Viveiros de Castro, Marcio Goldmann, Mauro Almeida e Tania Stolze Lima - para citar apenas alguns por quem conhece pouco a área -, a

21 Davi Kopenawa Yanomami (1956): escritor e líder indígena brasileiro. Ainda criança, viu a população de sua terra natal ser dizimada por duas epidemias, ambas trazidas pelo contato com o homem branco. Trabalhou na Fundação Nacional do Índio como intérprete. Mudou-se para a aldeia Watorik+ na década de 1980. Casou-se com a filha do pajé e se tornou chefe do posto indígena Demini. Foi um dos responsáveis pela demarcação do território Yanomami em 1992. Recebeu o prêmio ambiental Global 500 da ONU. Em 2010, viu sua autobiografia *La chute du ciel*, escrita em parceria com o antropólogo francês Bruce Albert, ser lançada na França. O livro foi traduzido para o inglês, sua edição em português foi lançada em 2015 (*A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015). (Nota da **IHU On-Line**)

22 Claude Lévi-Strauss (1908-2009): antropólogo belga que dedicou sua vida à elaboração de modelos baseados na linguística estrutural, na teoria da informação e na cibernética para interpretar as culturas, que considerava como sistemas de comunicação, dando contribuições fundamentais para a antropologia social. Sua obra teve grande repercussão e transformou, de maneira radical, o estudo das ciências sociais, mesmo provocando reações exacerbadas nos setores ligados principalmente às tradições humanista, evolucionista e marxista. Ganhou renome internacional com o livro *Les Structures élémentaires de la parenté* (1949). Em 1935, Lévi-Strauss veio ao Brasil para lecionar Sociologia na USP. Interessado em etnologia, realizou pesquisas em aldeias indígenas do Mato Grosso. As experiências foram sistematizadas no livro *Tristes Trópicos* (São Paulo: Companhia das Letras, 1996), publicado originalmente em 1955 e considerado uma das mais importantes obras do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

maior parte da esquerda brasileira continua cultivando o tacanho imaginário evolucionista, posicionando os índios como parte do “atraso” nacional que precisa ser “modernizado” e “incluído”, de preferência transformado em “trabalhador” para dar “produtividade” às suas terras, como se o regime cosmopolítico indígena fosse pautado pelo “crescimento extensivo”, a eterna falta que nunca sossega até destruir e esgotar todo seu entorno.

O que se foi percebendo, aliás, ao longo dos quatro primeiros anos do Governo Dilma, tidos por muitos como “a maior ofensiva anti-indígena desde a Ditadura Militar”, é que esse antagonismo foi crescente, dada a simpatia da mandatária por ruralistas e pelo modelo neoextrativista, e ao mesmo tempo o campo de antropologia e dos direitos humanos, dois entre os diretamente vinculados com a “causa indígena”, passam a abandonar de modo radical o navio petista, passando a uma oposição ferrenha. Aliás, a antropologia vinha desenvolvendo a possibilidade inversa, ou seja, a de que o modelo de relação com o ambiente dos povos indígenas pudesse se transformar em uma referência. Essa hipótese foi completamente descartada pelo projeto neodesenvolvimentista petista.

IHU On-Line - De que forma podemos construir um modelo de representatividade que respeite a multiplicidade de culturas (suas necessidades sociais e econômicas) que existem numa nação, especialmente no Brasil? Como fugir à lógica da representatividade financeirista que busca uma cultura homogeneizada?

Moysés Pinto Neto - Esta pergunta é muito complexa. De todo modo, algumas coisas são mais ou menos visíveis e outras nem tanto. A primeira é que, se queremos construir uma forma pluralista, é preciso ouvir a todos.

O neodesenvolvimentismo teve como característica, ao contrário, uma posição tecnocrática, uma espécie de empáfia da verdade (a velha flecha inevitável do “moderno”

que é, enquanto moderno, sempre melhor) fechado para ouvir os dilemas que a forma atual de crescimento nos leva tanto em relação ao nosso entorno - condição *sine qua non* para nossa própria vida -, quanto em relação a como nós vivemos, de qual imagem pretendemos ter em relação à nossa própria maneira de ser e habitar o mundo.

A noção de que o consumidor é o indivíduo mais feliz possível no estágio atual mundial, e que temos que fazer de tudo para alastrar essa condição, é resultado de uma pobreza do imaginário antropológico que poderia ter sido contornada se houvesse mais democracia, mais participação, mais pluralidade de vozes e menos controle de oligarquias políticas e econômicas, menos tecnocracia, dirigismo e autoritarismo, menos voluntarismo e mais experimentação.

Não estou dizendo, por óbvio, que é ruim ter havido uma melhoria na qualidade de vida dos mais pobres - fato incontornável, ainda que hoje sub judice, em especial quanto à continuidade - e que isso envolva a possibilidade de consumir mais. Estou me referindo a uma construção do “ethos”, da cultura nacional enquanto autoimagem baseada na figura do consumidor feliz, na ostentação e nos valores que povoam o mundo da publicidade e do capitalismo contemporâneo.

A própria subestimação da questão da educação - que teve avanços, mas a maioria oriundos mais de aberturas com efeitos imprevisíveis que de programa e planejamento - em detrimento de um enfoque totalmente fechado em emprego e renda, é consequência dessa visão monolítica e unidimensional do progresso.

Aliás, Celso Furtado²³, que inspira - ainda que sob muita controvérsia

23 Celso Furtado (1920-2004): economista brasileiro, membro do corpo permanente de economistas da ONU. Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e membro da Academia Brasileira de Letras. Algumas de suas

sia entre seus adeptos - o “neodesenvolvimentismo”, afirmava que a transformação “modernizadora” supõe um certo nível de homogeneidade cultural para além do crescimento econômico. A flecha modernizadora não é apenas um índice estatístico, é também a instauração de uma nova forma de habitar e se referir ao mundo.

Hoje esse debate pode parecer utópico e bem distante da realidade, mas, quando tinha alta popularidade, o projeto estava em aberto e principalmente a partir de 2013, com a pressão das ruas, o PT poderia ter engendrado uma proposta mais plural, algo que garantisse a diversidade e multiplicidade brasileira em detrimento dessa concepção unidimensional da “grande classe média” baseada no Welfare State²⁴ cujas condições, hoje, não estão mais presentes. O encolhimento do horizonte do debate público em torno do que é o Brasil, ou sobre a possibilidade de muitos Brasis, aconteceu quando tudo que preocupava o Governo eram os números do crescimento, o progresso revertido em capital.

IHU On-Line - Que leitura o senhor faz dos ciclos dos governos de esquerda, desde a chegada ao poder até o atual momento, no Brasil e na América Latina? Em que medidas esses ciclos revelam também o que acontece com a esquerda no mundo?

Moysés Pinto Neto - Parece nítido que, como diz Salvador Schavelzon, o ciclo dos “progressismos” na América do Sul está em declínio. E, estranho ou não, mais ou menos pelas mesmas razões. Faça uma

obras são *A economia brasileira* (1954) e *Formação econômica do Brasil* (1959). Confira a edição 155 da IHU On-Line que aborda a obra de Furtado, disponível em <http://migre.me/BhSp>. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁴ **Welfare State**: Expressão em inglês que significa “estado de bem-estar” e abrange as noções de Estado de bem-estar social e de políticas públicas, ou seja, o conjunto de benefícios sócio-econômicos que um governo proporciona aos seus súditos. (Nota do **IHU On-Line**)

pequena retrospectiva dos passos do governo brasileiro e depois comparamos.

Ao contrário do que se diz, quando o PT assumiu o Governo Federal em 2002, apesar da votação expressiva, o espaço de manobra não era tão grande. O PT assumiu com o compromisso da “Carta ao Povo Brasileiro” admitindo “entrar no jogo” e seguir suas regras. O “Lulinha Paz e Amor” de 2002 já não era mais o Lula de sempre, mas um Lula que, mediante vários gestos políticos e simbólicos, assumia uma posição de conciliação com o establishment. As teses que usam a votação para jogar contra o PT possibilidades imensas são irrealistas em relação à margem de manobra que dispunha o partido naquele momento.

Havia uma certa clareza de que, para vencer as eleições e governar, era necessário abrir mão de certos parâmetros e fazer concessões. Essa negociação se estabeleceu por meio da combinação entre administração “ortodoxa” da economia, com o par Palocci²⁵/Meirelles²⁶, e políticas sociais que

²⁵ **Antonio Palocci Filho** (1960): político e médico brasileiro, membro do Partido dos Trabalhadores, nacionalmente famoso por ter ocupado o cargo de ministro da Fazenda no governo Lula até 27 de março de 2006, quando foi substituído pelo então presidente do BNDES, Guido Mantega. Exerceu, desde 1 de janeiro até 7 de junho de 2011, o cargo de Ministro-chefe da Casa Civil do Brasil, escolhido pela Presidente Dilma Rousseff, onde pediu demissão por denúncias de improbidade administrativa das quais ele foi absolvido. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁶ **Henrique de Campos Meirelles** (1945): engenheiro civil e administrador brasileiro. Fez carreira como executivo do setor financeiro no *Bank of Boston*, tornando-se CEO do *BankBoston Corporation*. Foi presidente do Banco Central do Brasil entre janeiro de 2003 e dezembro de 2010, durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, constituindo-se na pessoa que por mais tempo ocupou o cargo na instituição. Em 2002, havia candidatado-se pelo PSDB ao cargo de deputado federal por Goiás, tendo sido eleito. No entanto, optou por aceitar a presidência do Banco Central, não assumindo a cadeira de deputado. Des-

atingiram a parte baixa da pirâmide social.

O lulismo, o peemedebismo e a governabilidade

2006 marca o momento descrito brilhantemente por André Singer²⁷ e Marcos Nobre²⁸. Como resposta à crise política, o PT acaba surpreendendo e revelando uma força subterrânea que emerge inesperadamente, deslocando o eleitorado do chamado “subproletariado”, até então mais conservador, para o PT. Os programas sociais passam a produzir efeito com o boom das commodities e o petismo se converte em “lulismo”, liberando energias reprimidas e imprevistas na sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, o período será marcado pelo pacto estratégico com o “peemedebismo”, mantendo o sistema político funcionando pela “governabilidade” e troca de favores que caracteriza a fisiologia brasileira. A partir desse período, a aposta nos “batalhadores” emergentes passa a ser o símbolo do petismo e a instaura-se a polêmica contra a classe média, que passa a

filiou-se do PSDB (que fazia oposição ao governo Lula) e filiou-se posteriormente ao PMDB. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁷ André Vítor Singer: jornalista e cientista político brasileiro. Foi porta-voz da Presidência da República. Filho do economista Paul Singer, é professor do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Confira as Notícias do Dia do IHU: Raízes sociais e ideológicas do lulismo. A análise de André Singer, disponível em <http://migre.me/qkIP> e PT terá que se reposicionar diante do lulismo, afirma André Singer, disponível em <http://migre.me/qkmC>. (Nota da **IHU On-Line**)

²⁸ **Marcos Nobre**: professor da Universidade de Campinas – Unicamp, cientista social e filósofo. É celebrado autor da tese do “peemedebismo”, como ele batizou a ideia da existência de um bloco de forças políticas que, ao se associar ao governo, lhe dá estabilidade e o blinda contra ameaças como o impeachment que o ex-presidente Fernando Collor sofreu em 1992. (Nota **IHU On-Line**)

ser o alvo negativo do discurso da esquerda por revelar seus preconceitos contra a classe ascendente (chamada por alguns, inclusive o próprio Lula, de “nova classe média”...).

Brasil: o grito ufanista do país soberano

Em seguida, em plena bonança lulista, a descoberta do Pré-Sal acende o imaginário ufanista do “país soberano”, próxima ao dos anos 30-50, gradualmente deslocando as políticas sociais e de direitos humanos para a noção de crescimento econômico e “Brasil-Potência”. Esse imaginário despertado por Lula - que envolvia o reforço da “autoestima do brasileiro” -, atendia os clamores do empresariado sobre os “gargalos do crescimento” (ou seja, a infraestrutura) e recebeu sua consagração final na eleição do Brasil para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Da descoberta do Pré-Sal em diante inicia-se uma metamorfose do lulismo para a tecnocracia dilmista de inspiração varguista. Dilma torna-se a grande gerente do Governo e encurrala os “entraves ambientais” capitaneados por Marina Silva²⁹ até que esta deixa o Governo, sendo mais tarde derrotada nas eleições (ainda que com votação surpreendente). Lula e Dilma passam à “segunda etapa” do lulismo, reivindicada pela esquerda petista (como o próprio André Singer), que seria sair da combinação entre ortodoxia econômica e políticas sociais agressivas e, em lugar disso, adotar uma saída ne-

²⁹ **Marina Silva** (1958): política brasileira, ambientalista e pedagoga. Foi senadora pelo estado do Acre durante 16 anos. Foi Ministra do Meio Ambiente no Governo Lula do seu início (1/1/2003) até 13 de maio de 2008. Também foi candidata à Presidência da República em 2010 pelo Partido Verde (PV), obtendo a terceira colocação entre nove candidatos. Também foi candidata à presidência em 2015 pelo PSB, depois da morte de Eduardo Campos. Marina era vice de Campos e acabou assumindo a chapa. (Nota da **IHU On-Line**)

odesenvolvimentista, colocando o Estado como indutor do crescimento econômico.

É preciso romper de vez com o “neoliberalismo” e assumir o papel do Estado forte. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - como apontam as brilhantes reportagens de Consuelo Dieguez na Piauí - opera como fonte do crescimento, formando um complexo oligopolista com ambições internacionais na construção civil. O discurso do “Sul” internacional serve como mote para essa inserção na economia globalizada do complexo da construção civil.

Ao mesmo tempo - agora sabemos - acordos “por baixo dos panos” eram travados para garantir financiamento partidário e desvio de dinheiro público para as empreiteiras, parasitando a máquina do Estado enquanto turbinava índices econômicos. Ao lado disso, a política neoextrativista ganhava cada vez mais força no campo, desfazendo as proteções ambientais e partindo para a ofensiva contra os povos indígenas a fim de melhorar os números do crescimento.

Desprezo à política

Esse período, de 2010 a 2013, é caracterizado pelo desprezo à política. A aprovação massiva de Dilma combinada à sua conhecida arrogância não permite questionamentos. Tempos em que a poderosa Gleisy Hoffmann, mais uma face do PT ruralista, coloca rótulos de “minorias com projetos ideológicos irreais” naqueles que discordam dos rumos do Governo. A política é desnecessária, temos uma tecnocracia executando o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e garantindo que todos possam consumir. Surge, sem se confundir com o PSOL, outra oposição à esquerda.

As “minorias com projetos ideológicos irreais” são ambientalistas, anarquistas, defensores dos direitos humanos e os próprios índios e quilombolas atingidos pelo projeto “Brasil-Grande” de Dilma. A “Modernização” é a única opção - “there is no alternative”. A alian-

ça com o PMDB anda de vento em popa, a oposição está na defensiva e o discurso contra a classe média segue produzindo o efeito de obstaculizar o crescimento de qualquer oposição relevante.

Esse ciclo inicia seu declínio em 2013, quando o Governo não reconhece aliados, mas inimigos, nas ruas, distanciando-se em definitivo dos novos movimentos sociais, recebe uma sobrevida em 2014, com a restauração da polarização no segundo turno eleitoral, e fecha-se em definitivo no “estelionato”, quando a esquerda percebe que Dilma iria executar o programa que atacou ao longo das eleições.

Não vivenciei os outros governos da América Latina, mas em geral percebe-se que o diagnóstico não é muito diferente. Temos ciclos de alta mobilização social seguidos de medidas tecnocráticas desenvolvimentistas e extrativistas, com conflitos com indígenas em quase todos os países, polarização extremada e florescimento de grupos liberais entre as classes médias que terminam se elegendo diante da pressão política sobre os governos e definimento dos programas da esquerda. Sobra, entre governistas, apenas a identidade da esquerda.

A diferença é que Argentina, Uruguai, Venezuela, Peru e Bolívia parecem ter tocado em algumas questões estruturais, como a política de drogas, o julgamento dos crimes da ditadura ou a autonomia indígena, enquanto no Brasil essas questões ficaram em banho-maria até o ponto (hoje) em que não há mais qualquer clima para serem debatidas. Não quero dizer com isso que tenhamos vivido a mais fraca dessas experiências, porque ela está situada em um contexto específico, mas que há diferenças em termos de institucionalização de legados claríssimas.

IHU On-Line - Em que medida o neodesenvolvimentismo é um ícone desse sistema representativo que não dá mais conta das necessidades de hoje? Quais os caminhos possíveis para a consti-

tuição de um modelo que supere os limites das lógicas neodesenvolvimentistas e, especialmente, constitua um desenvolvimento verdadeiramente progressista e inclusivo?

Moysés Pinto Neto - O neodesenvolvimentismo comunga o imaginário do século XX, com um capitalismo industrial, Estado forte e indutor do crescimento, inclusão e proteção social garantida com sindicalismo forte, formação de uma "grande classe média" e imaginário político unificado em torno do nacionalismo. Tudo isso mudou drasticamente na era da globalização. O encurtamento do tempo e do espaço transnacionalizou os problemas, o mercado financeiro e as grandes corporações têm mais peso que os próprios Estados, a Internet tornou a informação exponencial e os grupos mais conectados independente das fronteiras e problemas ambientais como as mudanças climáticas cortam as mais diversas sociedades sem reconhecer diferenças, salvo que as mais vulneráveis economicamente, apesar de menos responsáveis pelos impactos, serão as que mais sentirão esses efeitos.

Não existe uma "burguesia industrial" separada do mercado financeiro, os sindicatos têm um poder de barganha muito reduzido e formas de organização ultrapassadas (inclusive são vistos com antipatia por segmentos estratégicos para o lulismo como os "batalhadores"), há questões que cortam e dividem a sociedade para além das classes e a economia opera de modo autônomo em relação à política. O neodesenvolvimentismo fracassou porque suas premissas são de outro momento histórico e tudo que conseguiu propor foi um "front de resistência" em relação ao status quo mundial. Mas um front de resistência não é um projeto de futuro.

Perspectiva contrastante

Em um interessante livro com o qual não concordo em muitos

pontos, mas que levanta questões pertinentes, Nick Srnicek e Alex Williams, autores do "manifesto aceleracionista"³⁰, colocam algumas ideias interessantes sobre esse tema. A primeira é que para eles o ciclo iniciado em 2010 a partir da crise de 2008 foi uma "janela perdida" de transformação. Surpreendentemente, eles dão a etapa como encerrada.

Não há atualmente - e nesse ponto acho que eles têm um ponto interessante, embora não totalmente válido - uma verdadeira alternativa ao neoliberalismo. A planificação integral da economia pelo Estado, alternativa do "socialismo real", não faz frente ao desafio atual. Logo, talvez não seja por simples "falta de vontade" que os governantes de esquerda acabem sucumbindo ao neoliberalismo.

Talvez seja porque ainda não foi desenvolvida uma perspectiva contrastante à altura pela esquerda, especialmente em face da mundialização dos mercados. Além disso, a intervenção do Estado continua tendo os mesmos problemas de sempre: ineficiência, burocratização, centralização e corrupção. Não consegue se firmar como contraponto ao livre mercado, mas como seu complemento cíclico - ambos operando uma máquina de sucção de energia para promover o "crescimento econômico" seguindo a lógica extensiva do Ocidente.

Não concordo com a visão unificadora de Srnicek e Williams, nem com boa parte das suas críticas a "folk politics", mas em um ponto eles realmente estão certos: não há, a longo prazo e alcance, uma alternativa programática da esquerda em torno da saída do capitalismo. Não sabemos como reagir nacionalmente a uma pressão dos mercados internacionais que não seja de modo quixotesco.

Se observarmos a declínio dos progressismos na América do Sul (sobretudo na Argentina, Brasil e Venezuela), em comum parece

30 O texto em português pode ser acessado em <http://bit.ly/1RkSGfJ>. (Nota da **IHU On-Line**)

haver a dificuldade de tocar a "segunda etapa" do projeto. Podemos dizer que a esquerda sempre saiu na frente em qualquer disputa no Brasil, dado que os índices de pobreza e desigualdade social, herança do escravismo, são aberrantes. A vantagem era uma vantagem moral, já que se situar como conservador numa sociedade com esse perfil era realmente complicado.

O PT soube aproveitar essa vantagem e, com suas políticas sociais, deu um salto qualitativo que hoje se faz sentir claramente no Brasil. No entanto, o problema foi a "fase II". Depois de tirar milhões da miséria, qual o passo político e econômico seguinte? Então veio a resposta neodesenvolvimentista: a governabilidade, o pacto com as empreiteiras, o mito da burguesia industrial nacionalista, a derrama de recursos com o BNDES, a Copa.

Não por acaso há, na lacuna de boas alternativas, um crescimento do pensamento liberal no Brasil - e isso não apenas na classe média, como se diz. Há ainda intelectuais que consideram o posicionamento mais conservador ou liberal como uma ofensa em si mesma, sem necessidade de fundamentação contrária. Cada vez mais, diante do fracasso da "nova matriz econômica", fica nítido que existe um espaço vazio que os liberais ocupam e a esquerda não tem boas respostas. Construir essas respostas, disputando esse espaço para além do dogmatismo vermelho, me parece uma tarefa urgente.

IHU On-Line - Como analisa os movimentos sociais, e os coletivos, de hoje e suas formas de construir novas representatividades? O que trazem de novo e o que atualizam do velho modelo?

Moysés Pinto Neto - Os movimentos sociais exigem um capítulo à parte que não vou desenvolver com profundidade. Fazendo um recorte pequeno de muitas coisas diferentes, dá para dizer que houve uma explosão de movimentos desde 2013 e uma significativa alteração de perfil em relação a outros mais antigos, como o Movimento

dos Trabalhadores sem Terra - MST e o movimento sindical. Em 2013, a maioria dos movimentos tinha perfil jovem, hiperconectado, plural e horizontal, voltado para um corte transversal da política a partir da questão urbanística, usando os novos métodos como as ocupações e as redes sociais digitais. Desde então, tem crescido uma tendência para a política de identidades, que em parte já estava presente há bastante tempo - também em 2013 -, mas se conectava com uma demanda geral até as redes longas da política institucional.

Agora, o enfoque nos últimos dois anos tem sido mais micropolítico, sem conexão direta com a política tradicional. Certamente isso está ligado não só à urgência de várias lutas micropolíticas, mas também a um descrédito geral da esquerda como mediadora de demandas minoritárias. Movimentos como o Movimento Passe Livre - MPL, que assumiram uma posição importante em 2013, e as recentes ocupações de escolas paulistas têm um papel importante, mas não conseguiram promover uma capilarização geral. A hesitação em torno do governismo e a ameaça de que massificar as ruas possa incentivar a direita a também ocupar, como em 2013, são seguramente elementos que provocam a desorganização, desestabilização e o enfraquecimento desses movimentos.

Nesse sentido, aglomerações multitudinárias, em que o sujeito é "ninguém" e "todos", têm tido um perfil mais à direita, associado ao público crítico do petismo, à classe média tradicional e seu ressentimento em relação às transformações brasileiras da última década e aos embates cotidianos com movimentos de esquerda e minoritários. Os limites dessa direita também são óbvios, já que o perfil social não consegue extrapolar uma fatia da população. Movimentos de perfil liberal, como o MBL, estão crescendo, mas são pouco representativos.

Há também hordas ressentidas, como os fãs do Deputado Jair Bol-

sonaro³¹, que reagem contra as transformações sociais de modo virulento, encampando o discurso do "politicamente incorreto" como válvula catalizadora da antipolítica de direita. O fato de em 13-03 Bolsonaro ter sido o único a conseguir discursar, e não as alas moderadas, é extremamente preocupante. É preciso cuidado aqui para que o eleitor de centro-direita não passe a se identificar com esse fascismo, nem que ele possa vir a congregar uma pulsação unificante de um setor anônimo, mas massivo, de descontentes contra tudo e todos.

IHU On-Line - Quais são os temas centrais para um debate público brasileiro que devem inspirar uma virada de época no país?

Moisés Pinto Neto - Não tenho como arrolar todos os tópicos que devem ser discutidos pela sociedade brasileira para uma "virada". Faço apenas um comentário sobre o debate público. Tenho observado que, apesar da maré desfavorável, há muitos esforços de organização de ações políticas contra a situação atual. Porém, mesmo sob risco de ser acusado de intelectualista, diria que o que mais falta atualmente não é vontade nem atitude, mas pensamento.

A proliferação de chavões por todos os lados, a memeficação da política, as futilidades das blogosferas rivais e a extrapolação do Facebook para a vida - em uma individualização sociotécnica ainda pouco pensada - acabou provocando a erosão do diálogo e da possibilidade de pensar em soluções coletivas baseadas em pesquisa e no conhecimento. Nunca imaginei que iria dizer isso, mas há uma ultrapolitização que - por todos os lados - está inviabilizando o debate

³¹ **Jair Bolsonaro [Jair Messias Bolsonaro] (1955)**: militar da reserva e deputado federal brasileiro. De orientação política de direita, cumpre sua sexta legislatura na Câmara, eleito pelo Partido Progressista. Foi o deputado mais votado do estado do Rio de Janeiro nas eleições gerais de 2014. Ficou conhecido pela luta contra os direitos LGBT. (Nota da **IHU On-Line**)

público, fazendo com que todas as posições sejam demarcadas a priori e por razões macropolíticas.

Não estou propondo fugir do debate típico da filosofia e das ciências humanas em torno das relações entre discurso e poder, que são inevitáveis, mas simplesmente contrapondo ao relativismo hiperpolítico um certo distanciamento que permita ver as coisas sob o longo alcance, passando por mediações teóricas menos dogmáticas ou apaixonadas, fugindo dos rótulos fáceis e das soluções mágicas. É simples perceber que chegamos ao esgotamento dos nossos esquemas intelectuais em várias dimensões.

Vou dar um exemplo fácil: o debate sobre o Pré-Sal nas eleições e depois delas passa, de um lado, por um nacionalismo de tradição varguista e, de outro, por uma defesa do livre mercado pautada na eficiência da iniciativa privada. Mas e a questão do impacto da queima de combustíveis fósseis?

Durante as eleições, houve quem chamasse de "burguês" quem questionasse a exploração do Pré-Sal, porque supostamente seria contra a educação pública, em especial para os pobres, e no fundo estaria defendendo seus privilégios. Como eu disse, é um exemplo fácil, basta ver que o clima não está muito interessado no debate entre PT e PSDB e que um contexto desfavorável terá impacto independente de quem está explorando o petróleo, atingindo a todos independentemente da classe social (ainda que sob impactos diferentes, piores para os pobres é claro).

Do mesmo modo, a situação econômica tem recebido um tratamento do ajuste fiscal como uma "traição" (conceito moral), como se fosse possível simplesmente continuar postergando a política de incentivos do BNDES e o controle de preços nas estatais ilimitadamente, como se tudo fosse questão de vontade e não houvesse uma forte pressão do mercado que atinge a economia como um todo, gerando uma inflação que pode corroer os avanços sociais da pri-

meira década. O fato de o Governo ter esticado demais a corda, como até os economistas mais alinhados admitem, e mentido sobre isso nas eleições, é o principal ponto, e não apenas apontar a contradição no discurso e a falta de vontade.

O bloqueio do debate pelo PT e suas sucursais midiáticas, vestidas do vermelho combativo enquanto fazem o inverso na prática, é um dos nossos principais problemas. A esperança na solução voluntarista continua sendo o principal mote da esquerda. Aliás, o glamoroso enfrentamento com o mercado que alguns lembram no primeiro mandato de Dilma foi feito de modo voluntarista, sem estratégia e planejamento, desfazendo um dos alicerces do lulismo que até então vinha funcionando. O problema não é apenas confrontar o mercado e até o capitalismo, é saber como e quando, é fazer isso de modo que funcione e não de modo demagógico.

Honestidade intelectual

Em síntese, é preciso que haja um compromisso maior daqueles que tentam qualificar o debate em torno da honestidade intelectual, da disposição para ouvir o outro lado, da admissão de pontos fracos e dúvidas, da hesitação em afirmar dogmaticamente algo como se fosse incontroverso. A partir disso, pode reabrir o espaço para um debate público menos recheado de chavões e manipulação, como tem produzido o ecossistema das redes sociais, e mais produtivo em reflexão e alternativas.

Obviamente essa posição parece muito idealista, mas creio que há uma confusão no caso entre consenso e diálogo. Consenso pode ser o achatamento de perspectivas, a unificação forçada, a interrupção da dissidência. Diálogo é possibilidade de compartilhamento de experiência, do perspectivismo, da negociação e também do diferendo, ou seja, dos pontos sem conciliação que colocam o outro não na condição de inimigo, mas na de

adversário. Falta-nos diálogo, sobra agressividade.

IHU On-Line - Gostaria que o senhor relacionasse a ideia de "crise da representatividade" ao Brasil de hoje, com suas crises econômica, política e social, denúncias, operações e ameaça a direitos constitucionais.

Moysés Pinto Neto - Desde 2002, houve pelo menos quatro momentos na crise de representatividade. A primeira, menor, se travou no interior da esquerda quando o PT enviou o projeto de Reforma da Previdência ao Congresso, gerando a dissidência que formou o PSOL. Era uma ruptura mais ou menos prevista, mas imediatamente jogou uma parcela para a oposição. Não foi uma crise tão grave porque a parcela não era tão grande e o PSOL conseguiu ocupar esse espaço, ao menos naquele momento.

A segunda crise foi a do "Mensalão": um dos principais trunfos petistas sempre fora a "integridade" dos seus membros, e o partido atacou fortemente seus rivais quando envolvidos em corrupção. O desfazimento da "aura ética" do partido levou a dissidência a aumentar no sistema político opositor e entre uma parte do seu eleitorado tradicional, por exemplo, alguns intelectuais e uma parte da classe média apoiadora, ainda que a maioria tenha sido tolerante já que o partido havia há pouco tempo assumido o poder e existia muita expectativa em torno das mudanças sociais.

A terceira crise foi a de 2013, o ano da maior manifestação política no Brasil desde a redemocratização. O que aconteceu naquele ano não pode ser dissociado do grande ciclo de manifestações mundiais contra a falta de democracia e o surgimento de uma nova geração cidadã ligada às redes sociais e novas pautas. O fato de tantas análises soarem totalmente erradas hoje em dia é desconsiderar sua existência. A luta pelo transporte público situou-se, nesse caso, como um emblema que, ao lado da posterior violência policial, moti-

vou as massas a saírem às ruas com suas múltiplas demandas.

Porém o Governo e o governoismo preferiram rejeitar os manifestantes por duas razões: a primeira e mais imediata é o projeto de poder que envolvia Haddad³², nome promissor do PT e um dos alvos das manifestações, como alternativa para 2014 ou 2018, após Dilma sair do poder; a segunda, o clima de despolitização tecnocrática que não se interessava em ouvir as ruas. O governoismo transformou-se, assim, em uma defesa cínica da governabilidade, abrindo mão de dialogar com a nova esquerda e preferindo apegar-se ao projeto em andamento. No fundo, a crença de Dilma vem do velho marxismo: a infraestrutura determinará a superestrutura. Por isso, as manifestações foram tratadas com desdém e, quando encorporaram, com repressão.

Outro fato surpreendente é que, com o julgamento do Mensalão ainda fresco na memória, a classe média mais conservadora voltou às ruas (e com ressentimento pela humilhação recente causada pelo lulismo), desta vez usando o discurso da corrupção. Ambos os lados, gritando "não me representa", situavam-se no campo da "antipolítica". A ida da direita às ruas contra a corrupção, embalada pelo julgamento do Mensalão, provoca o ressentimento da esquerda governista, que passa a identificar 2013 com apenas uma das suas faces. A janela de diálogo fecha-se definitivamente.

Enquanto isso, Marina Silva, articulando a Rede fora dos holofotes e com um bom índice das eleições anteriores, dispara em popularidade, formando uma diagonal imprevista entre direita contra a corrupção (pela sua imagem de integridade) e esquerda verde (que ainda não tem representação

³² **Fernando Haddad** (1963): advogado, acadêmico e político brasileiro filiado ao PT. Ocupou o cargo de ministro da Educação de 2005 a 2012. Atualmente é prefeito de São Paulo. (Nota da **IHU On-Line**).

firme no Brasil). Nos últimos momentos de 2013, os movimentos ganham fôlego no Rio de Janeiro e passam a incorporar o discurso contra a Copa - emblema-síntese do neodesenvolvimentismo Brasil-Grande -, formando uma onda de protestos (#naovaitercopa) que é veementemente rechaçada, perseguida e punida pelos Governos Estadual e Federal, além de rejeitada discursivamente pela blogosfera progressista e militância em geral (#vaitercopa). Percebe-se o impacto desse momento pelo léxico até hoje presente nessa geração nova da política.

2013 desaparece

Estranhamente, 2013 desaparece em 2014. O maior movimento pós-democratização é violentamente recalado nas eleições e não entra em pauta. Depois da morte de Eduardo Campos, Marina Silva assume a candidatura e entra forte na disputa, ameaçando a vitória de Dilma no segundo turno. O governo então deflagra uma implacável operação de linchamento, usando todas as formas de campanha suja contra a candidata durante as eleições por meio dos seus braços midiáticos na Internet. Marina passa a ser a representante dos bancos e do capitalismo internacional que iria restaurar o neoliberalismo de FHC contra o projeto petista.

A candidata passa a cometer diversos erros estratégicos, além de contar com a antipatia do eleitorado culturalmente liberal por ser evangélica, e a campanha funciona, gerando ódio na militância vermelha contra a rival verde.

Nada de 2º turno verde contra vermelho, quem volta agora é a direita. O tucano Aécio Neves, que cogitara renunciar quando Marina estava forte e era o rival desejado pelo petismo, surpreende e larga o segundo turno muito próximo de Dilma. A eleição está por um fio e o petismo usa o trunfo residual contra os descontentes: a identidade vermelha. O apoio do “menos pior” salva Dilma por um triz e a elege para 2014.

Inflexão neodesenvolvimentista

Enquanto isso, o neodesenvolvimentismo começa a fazer água. A inflação cresce e as contas públicas saem de controle, os investimentos desaparecem e o mercado financeiro começa a pressionar. Fica claro que quando a inflexão neodesenvolvimentista começou a produzir efeitos, os empresários simplesmente passaram a reter o capital e parar o investimento.

A “contabilidade criativa”, apelido dado à forma voluntarista com

que Dilma geria a economia, retira a confiança conquistada em 2003 e comemorada ao longo dos últimos anos. Ao mesmo tempo, como acontecera em outras ocasiões, a classe média conservadora sai às ruas para pedir a deposição da presidente e até intervenção militar, enquanto grupos afinados com ideias liberais ortodoxas começam a crescer e se organizar. A direita encorpa no início do segundo mandato.

Como resposta, Dilma encampa o “ajuste fiscal” e decepciona sua base - que a havia eleito justamente para evitar a medida. A recente decisão sobre o Pré-Sal é o último capítulo desse movimento. Temos assim a última - e talvez pior - crise de representação: direita e esquerda rejeitam em bloco o sistema, ainda que a primeira com a vantagem de não precisar se comprometer com governo algum, enquanto a esquerda se racha em torno do apoio ao governo.

IHU On-Line - Como percebe os movimentos do jogo político agora em 2016, ano de eleições municipais e Olimpíadas?

Moysés Pinto Neto - Ainda é cedo para dizer. Vamos aguardar os próximos movimentos, com a Lava Jato, impeachment, passeatas nas ruas. ■

LEIA MAIS...

- Insatisfação, turbulência e a disputa entre a velha e a nova política. Entrevista com Moysés Pinto Neto, publicada na revista **IHU On-Line**, número 461, de 23-03-2015, disponível em <http://bit.ly/1nOoaNq>.
- A política brasileira com as vísceras expostas. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada nas **Notícias do Dia**, de 15-12-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1ROaQkp>.
- Crise política e a desconstrução do país. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada nas **Notícias do Dia**, de 23-09-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1PbQpfo>.
- O “voto crítico” reelegeu Dilma. Pós-eleições, as contradições voltam à cena. Entrevista especial com Moysés Pinto Neto, publicada nas **Notícias do Dia**, de 07-11-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, disponível em <http://bit.ly/1pu5gxj>.

#Dossiê Conjuntura

O respiro para um sistema sufocado

Ariel Pennisi reflete acerca de alternativas de um sistema representativo que se mostra esgotado. Para ele, oxigenar um velho sistema é se deixar permeiar pela irrupção multitudinária

Por João Vitor Santos | Tradução Beatriz Affonso Neves

Os últimos acontecimentos políticos do Brasil podem ser interpretados como a falência de um sistema de governo. Algo que se intitulava esquerda progressista sucumbe à lógica da financeirização e passa a operar dentro de um velho sistema político-conservador. O professor argentino Ariel Pennisi traz ao debate a realidade de outros países da América Latina para entender o atual momento de "crise de representatividade". Para ele, o que se vive hoje é fruto do não entendimento de 2013 como um novo ar, tratando-o de sufocar essa manifestação. "Parece que o PT entregou a multidão para a direita", avalia. "Não se deixou permeiar pela irrupção massiva nas ruas e, em vez de se apresentar de outro modo e até mesmo - dentro de sua lógica - imaginar novas formas de acumulação política, reagiu ao modo stalinista, desqualificando brutalmente os manifestantes, reprimindo e perseguindo com o aparato estatal", observa.

Pensar numa nova forma de representatividade, logo, numa nova política, na perspectiva de Pennisi, requer um exercício de desprendimento, deixando-se afetar por novas experiências cooperativas e - até -

reorientando a crítica. "Precisamos orientar a nossa análise não tanto para a crítica furibunda das experiências progressistas, mas para a pergunta 'o que aconteceu conosco?', em que medida não conseguimos nos envolver num tipo de imaginação política capaz de abrir outras perspectivas?", indaga.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, considera que "as experiências que micropoliticamente conseguiram formas interessantes de democratização não tiveram incidência em outros níveis". Por isso, defende que "as lutas não podem ser reduzidas a uma contenda entre corporações públicas e privadas, a agenda de uma esquerda perceptiva insiste em outro tipo de batalha, entre corpo corporativo e corpo cooperativo".

Ariel Pennisi é ensaísta, professor da História Social Argentina na Universidad Nacional de Avellaneda e de Medios de Comunicación na Universidad del Cine, ambas em Buenos Aires, na Argentina. Também atua como editor da Quadrata Editorial.

Confira a entrevista.

IHU On-Line - O que há de comum entre o 2001 argentino e o 2013 brasileiro? Qual a questão de fundo que permeia as duas experiências?

Ariel Pennisi - Ambas as situações parecem trazer à cena a irrupção de um profundo desejo político de uma multidão considerada distante da política. Um desejo que irrompe na própria multidão - ou seja, não irrompe na rua como segunda instância, como consequência de momento de tomada de consciência. Essa vontade coletiva de tomar a cidade, essa disposição

de diferentes atores de se encontrarem - em muitos casos, pela primeira vez - e a impugnação de um regime de vida que explora, que oprime, que confronta uns com outros na superfície enquanto os mantém homogêneos num cotidiano despolitizado.

O desejo e a atividade desafiadora são equivalentes em 2001 e 2013 (com especificidades que os diferenciam em outro sentido) com crises terminais da representação tal como a entendíamos. Os governantes foram questionados, mas houve instâncias (no caso argentino, as as-

sembleias de bairro, as experiências militantes da Grande Buenos Aires, as organizações em todo o país, etc.) que chegaram a se perguntar pelo próprio governo e, com isso, problematizaram a democracia.

IHU On-Line - Como construir um modelo representativo que não se capture institucionalmente, mas que continue se movimentando entre instituição e margens não institucionalizáveis?

Ariel Pennisi - Os céticos questionaram, por soberba, a frase

socrática “só sei que nada sei”, já que na suspensão do juízo que operam questionam, inclusive, a afirmação negativa ou a falsa modestia ontológica. Mas algo que podemos dizer que não sabemos é de formas de vida em comum - com a modernidade pelas costas - que mantenham uma vitalidade não cristalizada em suas engrenagens.

Por outro lado, colocá-lo nesses termos, implica uma dificuldade, já que a própria ideia de governo dos outros deixa ver essas margens não institucionalizadas. Por exemplo, na Argentina, o governo que sucedeu e, em certa medida, forjou-se sob a pressão de 2001, não funcionou como um típico governo representativo porque não contava de antemão com representados típicos... Trabalhou constantemente com as margens inassimiláveis; negociou, dialogou e capturou. Ao final de seu percurso, no entanto, foi percebido como estando mais ensimesmado e menos permeável. Mas, não porque houvesse coagulado uma vitalidade de origem, mas porque o tipo de construção política que o sustentou combinou elementos novos com a reinstauração de uma tradição verticalista que não aceita o protagonismo social múltiplo e o tipo de criatividade que lhe é própria.

A ex-presidenta¹ deixou isso claro no seu ato de despedida diante de uma praça lotada: “você não são autoconvocados”. E estava certa, na Argentina não parece haver chances, por enquanto, de outros dispositivos de governo... 2001 ficou, nesse sentido, longe.

IHU On-Line - Em que medida a convivialidade entre povo e multidão é importante para não reprimir/cessar as potências?

Ariel Pennisi - Um intelectual argentino, ex-diretor da Biblioteca Nacional, ao relatar sua caminhada até a *Plaza de Mayo* em dezembro de 2001, repetia a discussão que

¹ **Cristina Kirchner** (1953): política e advogada argentina. Ex-senadora pela província de Buenos Aires, Cristina foi presidente da Argentina até 2015. Casada com o ex-presidente Nestor Kirchner, entre 2003 e 2007 foi primeira-dama do país. (Nota da **IHU On-Line**)

tanto Paolo Virno² quanto Toni Negri³ haviam reavivado naquela época recuperando a “multidão” como figura política e questionando a eficácia da noção de “povo”. Horacio González⁴ sustentava, nessa crônica, que o termo multidão - entre o conceito filosófico político e uma fenomenologia - era útil e necessário para “tirar do povo aquilo que ele tem de estável. Mas, ao mesmo tempo, sustentava que a noção de povo merecia um lugar na contenda por sua capacidade de dotar a multidão de densidade histórica e

² **Paolo Virno** (1952): filósofo e semiólogo italiano de orientação marxista. Atualmente, leciona na Universidad de Cosenza. Em 1977 apresentou sua tese de doutorado sobre o conceito de trabalho e a teoria da consciência de Theodor Adorno. Entre seus livros estão: *Gramática de la multitud. Para un análisis de las formas de vida contemporáneas* (Madrid: Traficantes de Sueños, 2003); *A Grammar of the Multitude: For an Analysis of Contemporary Forms of Life* (Nova York: Semiotext, 2004) e *Cuando el verbo se hace carne. Lenguaje y naturaleza humanas* (Madrid: Traficantes de Sueños, 2005). Confira a entrevista com o filósofo na edição 161 da **IHU On-Line**, de 24-10-2005, *O cérebro social como interação direta entre sujeitos de carne e osso*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon161> (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000 publicou o livro-manifesto *Império* (5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005), também com Michael Hardt - sobre esta obra, publicamos um artigo de Marco Bascetta na 125ª edição da **IHU On-Line**, de 29-11-2004. O último livro da “trilogia” entre os dois autores Commonwealth (USA: First harvaard University Press paperback, 2011), ainda não foi publicado em português. (Nota da **IHU On-Line**)

⁴ **Horacio Luis Gonzalez** (1944): sociólogo, professor, pesquisador ensaísta argentino, professor de Teoria Estética, da América Latina Pensamento Social, Argentina Pensamento Político e ensina em várias universidades nacionais, incluindo a cidade de La Plata e Rosario. Entre 2005 e 2015, atuou como diretor da Biblioteca Nacional. (Nota da **IHU On-Line**)

de memória. Nesse sentido, acredito que deixou proposto um desafio interessante para a América Latina, cada vez que pretendemos caracterizar o corpo político, cada vez que faremos algum nível de protagonismo social ou intuímos subjetividades em luta... sempre que façamos parte.

IHU On-Line - Como garantir a integridade “não institucionalizável” da Multidão sem que ocorra a sua captura midiática e mercantil?

Ariel Pennisi - Insisto, tenho muita dificuldade em responder sobre “como fazer”. Não acredito na “integridade” da multidão, em todo caso, pode haver critérios íntegros para aquilo que Negri chama de “fazer multidão”. Por outro lado, é necessário responsabilizar-se pela institucionalidade, sejam instituições existentes que é necessário fissurar, intervir ou, no mínimo, pressionar, ou novas institucionalidades.

Espaços de decisão coletiva cuja operacionalidade responda às problematizações sobre aquilo que é comum ao invés de se confundir com o comando. Em outras palavras: devolver o comando ao seu papel operacional no arcabouço de um sistema lubrificado de problematização democrática ou conversação pública. Portanto, é preciso desdramatizar o problema da liderança ou do tipo de formação política, se for possível inscrevê-lo numa proposta de democracia radical. A captura midiática e mercantil abrange tudo, não apenas a multidão, cada vez que a transforma na “gente”, mas também a política partidária quando transforma os avatares institucionais ou políticos numa telenovela, ou quando os funcionários públicos fazem de tudo para aparecer em programas que mais parecem uma farsa.

Somente a partir de uma rede de práticas e experiências coletivas consistente é possível pensar em reformular as relações mercantis e midiáticas, perguntando-se pelo consumo e organizando meios alternativos e outras formas de entabular discussões sobre o comum.

IHU On-Line - Em que medida a inaptidão da esquerda latino-americana, em especial no caso do Brasil e das manifestações de 2013, em não entender os coletivos e movimentos sociais contemporâneos reside em insistir numa captura dessa Multidão?

Ariel Pennisi - Como ouvi Bruno Cava e Giuseppe Cocco⁵ dizendo, parece que o PT entregou a multidão para a direita. Ou seja, não se deixou permear pela irrupção massiva nas ruas e, em vez de se apresentar de outro modo e até mesmo - dentro de sua lógica - imaginar novas formas de acumulação política, reagiu ao modo stalinista, desqualificando brutalmente os manifestantes, reprimindo e perseguindo com o aparato estatal.

É possível continuar falando em representação? Na verdade, parece ficar evidente um tipo de dispositivo de governo (que inclui práticas estatais e paraestatais, discursos, alianças, apoios sociais genuínos, política de meios de comunicação, etc.) cuja atividade tende a sustentar um regime de vida que, justamente, está no olho do furacão. Não sei se trata de inaptidão, acho que algumas das experiências do chamado progressismo latino-americano (incluindo o primeiro lulismo⁶) mostraram grande capa-

⁵ **Giuseppe Cocco:** Cientista político pela *Université de Paris VIII* e pela *Università degli Studi di Padova*. É mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pelo *Conservatoire National des Arts et Métiers* e em História Social pela *Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne)*, onde concluiu seu doutorado em História Social. Atualmente é professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. (Nota da **IHU On-Line**)

⁶ **Lulismo:** O termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi porta-voz do ex-presidente Lula, de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constituiu como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fer-

cidade para reverter uma situação histórica penosa, mas que, ao mesmo tempo, chegou certo grau de desenvolvimento do governo, governando do modo como o fizeram e continuam a fazê-lo, fechando-se sobre um velho paradigma da acumulação de força, encontraram um forte limite interno que outros capitalizam externamente.

A virada conservadora do governo de Dilma Rousseff é evidente, os últimos quatro anos de governo de Cristina Fernández na Argentina atingiram níveis de capitulação política e econômica próprias de um governo moderado de direita... Precisamos orientar a nossa análise não tanto para a crítica furibunda das experiências progressistas, mas para a pergunta "o que aconteceu conosco?", em que medida não conseguimos nos envolver num tipo de imaginação política capaz de abrir outras perspectivas?... Porque as experiências que micropoliticamente conseguiram formas interessantes de democratização não tiveram incidência em outros níveis. Como é que na Argentina o ciclo político se fecha com um *ballotage* entre empresários? Hoje em dia, os assessores daquele que foi o candidato kirchnerista, derrotado por Macri⁷, sustentam publicamente o seu acordo com as políticas selvagens que o novo governo leva adiante com celeridade. É esse o destino da estagnação dos progressismos no governo? Consenso ajustador?

IHU On-Line - Diante do cenário latino-americano, é possível afirmar que a esquerda, ou o que se tornou, perdeu a "essência" e o "lugar" de esquerda?

Ariel Pennisi - Nada de essências. Existe um imaginário que vê

nando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota **IHU On-Line**)

⁷ **Mauricio Macri** (1959): engenheiro civil, político, executivo, empresário, que assumiu como presidente da Argentina em dezembro de 2015. Anteriormente, foi deputado nacional pela Cidade Autónoma Buenos Aires entre 2005 e 2007 e chefe de governo do mesmo distrito por dois mandatos (2007-2011; 2011-2015). (Nota da **IHU On-Line**)

certa pureza nas manifestações espontâneas e nas esquerdas que, supostamente, as representam. O poder é um teatro desde o início, não há um governo honesto que logo se corrompe, o que há são governos mais e menos controlados pelas forças mais ativas do corpo social. Talvez a noção de "multidão" sirva para dar conta da trama de singularidades não individuais que produzem vida em comum. Talvez, além do domínio das finanças e do estatismo bobo (esse que tranca a inovação democrática) encontremos laboratórios do comum; não em outro lugar nem no dia após uma revolução tradicional, mas nas zonas da vida coletiva que hoje mesmo não se deixam capturar facilmente por essas lógicas, tanto quanto na potencialidade da autonomia produtiva.

IHU On-Line - De que forma se pode compreender a incidência do neoliberalismo e o poder do capital nos governos autointitulados progressistas de esquerda na América Latina personificada no modelo de governo neodesenvolvimentista? Essa associação neoliberal se dá como estratégia para se perpetuar no poder?

Ariel Pennisi - O modelo de acumulação predominante é feito de um coquetel fatal: extrativismo de recursos estratégicos que deixam terra arrasada em todos os sentidos, financeirização⁸ da vida, endividamento em todas as escalas. Nesse sentido, 2013 diferencia-se de 2001 por ter impugnado também o país que se torna "potência" nos termos do neodesenvolvimentismo.

O tipo de racionalidade econômica em termos de produção de valor não é muito diferente daquele do neoliberalismo, só que se parte de outra base, ligada à reparação do dano social produzido por ditaduras e governos extremamente neoliberais. Não vejo a "associação" entre os governos progressistas e as formas persistentes de neoliberalis-

⁸ Sobre esse conceito, confira a edição da revista IHU On-Line com o título "A financeirização e as mutações do capitalismo", edição 468, de 29-06-2015, disponível em <http://bit.ly/1Jd213u> (Nota da **IHU On-Line**).

mo como produto de uma decisão ou estratégia clara, mas como impossibilidade de outra coisa. Outra questão fundamental é a moeda. A estrangeirização da economia e sua relação com a concentração da riqueza (na Argentina, por exemplo, a curva de concentração continuou ascendente durante os últimos 12 aos) explica uma das dificuldades para afastar-se da macroeconomização da vida, já que força a dar toda discussão econômica somente em termos macroeconômicos. Como estruturar outra forma de valorização? É momento de perguntas.

IHU On-Line - Por que o conceito anárquico é mal interpretado no cenário da democracia? E de que maneira o anarquismo contribui para a potência horizontalizada da Multidão?

Ariel Pennisi - Uma vez perguntei a um velho militante do anarquismo se era possível ser anarquista hoje em dia. Seu gesto de dúvida foi contundente, mas conseguiu dizer-me que o anarquismo fica para nós como uma ética. Diria que não se trata de um ideário estático nem de uma corrente histórica que se mantém à custa de uma triste adequação à "realidade" de nosso presente (como de fato acontece com algumas tradições políticas), mas de um tipo de reserva diante do surgimento de hierarquias onde menos esperamos, uma capacidade de sustentar a distância necessária em relação aos modos de circular do poder.

Christian Ferrer⁹ diz que "quem fizer um levantamento dos atos históricos dos anarquistas, permeados por uma moral exigente e tenaz, pelo uso imaginativo de atos de resistência, pelo humor paródico de índole anticlerical, pelas inovações no âmbito pedagógico, encontrará uma reserva de saber refratário, produto de um maceramento histórico que hoje está esquecido ou é desconhecido pelas culturas de esquerda." E, em relação à possibi-

9 Christian Ferrer: sociólogo e ensaísta argentino. Anarquista, especializado em filosofia da tecnologia, é um sociólogo formada na Universidade de Buenos Aires. É professor de Ciências da Comunicação na Universidade de Buenos Aires. (Nota da **IHU On-Line**)

lidade de um presente anarquista, torno a citá-lo, já que é mais do que aquilo que eu mesmo poderia responder: "se as ideias anarquistas ainda pertencem ao domínio da atualidade é porque sustentam e transmitem *saberes impensáveis* por outras tradições teóricas que se pretendem emancipatórias. No resguardo desse saber antípoda reside sua dignidade e seu futuro".

IHU On-Line - É possível pensar a esquerda, que na definição de Deleuze¹⁰ é o todo das Minorias e na de Negri, atualizando o conceito, a Multidão, mantendo-se como esquerda quando chega ao poder?

Ariel Pennisi - O problema de uma esquerda como interpelação das minorias e construção da multidão é perceptivo antes que moral. Nisto diferencia-se da esquerda trotskysta e stalinista. Deve haver um diálogo com as forças impessoais que na sua ambivalência transbordam a inteligibilidade do poder. Não se trata de modelos nem de sistemas de defesa, trata-se da construção de uma nova permeabilidade, do trabalho da percepção no sentido do imperceptível (Deleuze). Uma esquerda perceptiva não opõe ao dogmatismo um pragmatismo cínico, mas uma praticidade na sua capacidade de deixar-se afetar pela dignidade do que ocorre e uma cautela que conserva energias para as oportunidades de encontros potentes ou antagonismos reais.

Uma esquerda perceptiva entrega-se sem reservas ao que é comum. Nem a vontade de representação pública, nem o clamor do mercado como apologia do que é privado, confiam no comum. Uma esquerda ética, longe do semblante descuidado e ingênuo que os amantes da suspeita pretendem mostrar, consiste no árduo trabalho da con-

10 Gilles Deleuze (1925-1995): filósofo francês. Assim como Foucault, foi um dos estudiosos de Kant, mas tem em Bergson, Nietzsche e Espinosa, poderosas interseções. Professor da Universidade de Paris VIII, Vincennes, Deleuze atualizou ideias como as de devir, acontecimentos, singularidades, conceitos que nos impelem a transformar a nós mesmos, incitando-nos a produzir espaços de criação e de produção de acontecimentos-outras. (Nota da **IHU On-Line**)

fiança no que é real. Seu realismo não é uma dedução da "relação de forças", é a invenção de espaços para a realidade das experiências de democracia radical. As lutas não podem ser reduzidas a uma contenda entre corporações públicas e privadas, a agenda de uma esquerda perceptiva insiste em outro tipo de batalha, entre corpo corporativo e corpo cooperativo.

IHU On-Line - Como o atual modelo de representação disciplina a potência criativa das transformações minoritárias?

Ariel Pennisi - Não acredito que haja grandes novidades em termos de disciplinamento dos corpos, além das formas em que o capital financeiro penetra como dívida nas vidas ou como limite das decisões embora soberanas. Uma forma de disciplinar é a orientação do desejo. Quem quer uma emancipação outorgada por outros? A pergunta pela emancipação das singularidades enquanto veículos das forças ativas do comum quebra, de imediato, a possibilidade do disciplinamento onipresente e abre a incógnita de modos de vida que estão por vir.

IHU On-Line - O que resta do slogan "a união faz a força"? Em que medida esse slogan pode ser reconstituído para dar vazão à emergência da Multidão?

Ariel Pennisi - O perigo da "união" é seu parentesco com o Uno. De fato, é a força que faz a união. Inclusive, eu diria que se trata das forças, de uma pluralidade de forças. Compreender quais são as forças - que sempre estão qualificadas - de onde provém uma ideia, um poder de agir ou, inclusive, uma forma de dominação, é necessário para construir afinidade com os outros, chegar a um acordo em termos de agendas, avaliar em conjunto os eixos problemáticos. Ou seja, uma inteligência coletiva pode ser criada com base numa compreensão das forças, nunca a partir da abstração da "unidade". ■

#Dossiê Conjuntura

A sociedade tradicional brasileira estrebucha com a intervenção cirúrgica no mundo da política

Para Luiz Werneck Vianna, os recentes episódios da política nacional têm revelado duramente “as relações espúrias entre o público e o privado”

Por Patricia Fachin | Edição João Vitor Santos

“**E**u tenho medo de que se perca o que há de ‘revolução verdadeira’ nesse processo, e de que a velha política, o que há de pior na tradição republicana brasileira, reencontre o seu lugar. Nesse momento em que você me telefona (11-03-2015), o que está em curso é isso: a tentativa de desautorização, desmoralização e desqualificação do papel desses reformadores da vida republicana brasileira”. A declaração é do sociólogo Luiz Werneck Vianna, em entrevista à **IHU On-Line**, concedida por telefone uma semana depois da ação da Polícia Federal que levou o ex-presidente Lula a prestar depoimento por meio de condução coercitiva.

Apesar da crise política que se estende pelo país, com disputas de todos os lados, “as instituições estão funcionando, sim”, e no “Brasil há uma ‘revolução dos santos’”, aos moldes da que foi implementada no mundo anglo-saxão, conduzida por “homens irmanados em torno de princípios, da crença forte no sistema das leis, de valores éticos, como se fossem portadores de uma missão: a de renovar os fundamentos da cultura brasileira, especialmente da cultura política brasileira”, afirma o sociólogo. Werneck ainda lembra que, ao longo da história do Brasil, a magistratura foi responsável por “articular” as relações entre o Estado e o setor privado. Contudo, pontua, a Constituição de 88 “releu e interpretou essa história, expurgou-a de seus elementos caracteristicamente autoritários e deu projeção e imprimiu uma leitura democrática a essas instituições. Mais que

isso: inovou criando essa figura inédita no Direito comparado, que é o Ministério Público, para agir junto à sociedade, em defesa dela”.

Segundo ele, para entender o que acontece hoje no país, é preciso perceber que à medida que essas instituições “se robusteciam, a política institucional foi se enfraquecendo e se deteriorando até o ponto de que hoje boa parte dos representantes do povo está com a vida comprometida num inquérito policial”. Assim, hoje a “sociedade tradicional brasileira estrebucha com essa intervenção, porque essa é uma intervenção cirúrgica no mundo da política e especialmente na relação entre política e economia, entre os poderes políticos e econômicos”.

Luiz Werneck Vianna é professor-pesquisador na Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, é autor de, entre outras obras, *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1997); *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Revan, 1999); e *Democracia e os três poderes no Brasil* (Belo Horizonte: UFMG, 2002). Sobre seu pensamento, leia a obra *Uma sociologia indignada. Diálogos com Luiz Werneck Vianna*, organizada por Rubem Barboza Filho e Fernando Perlatto (Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012).

A entrevista foi publicada nas “Notícias do Dia”, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, em 14-03-2016.

Confira a entrevista.

“

Houve uma mudança de geração, uma mudança de bibliografia. As faculdades de Direito não são mais as que foram nos anos 30, 40, 50

IHU On-Line - Como o senhor está acompanhando os acontecimentos dos últimos dias?

Luiz Werneck Vianna - Parece muito difícil a recomposição desse governo, dada a crise econômica, a crise política, a crise moral. O tema da imprevisibilidade é o que parece ser o dominante: para onde vamos?

IHU On-Line - Nas últimas entrevistas que nos concedeu sobre a crise política, o senhor sempre sinalizou a importância de observar o bom funcionamento das instituições no Brasil nos últimos anos. As investigações do Ministério Público acerca da relação entre o Estado e o setor privado e da Lava Jato reforçam sua tese?

Luiz Werneck Vianna - As instituições estão funcionando, sim. No Brasil há uma “revolução dos santos”, algo assemelhado à revolução que ocorreu no mundo anglo-saxão com o advento do protestantismo, tanto na banda europeia e inglesa quanto na banda americana que foi formada a partir dessa matriz.

IHU On-Line - Pode explicar o que é a “revolução dos santos”?

Luiz Werneck Vianna - Vou tentar. Trata-se da ação de homens irmanados em torno de princípios, da crença forte no sistema das leis, de valores éticos, como se fossem portadores de uma missão: a de renovar os fundamentos da cultura brasileira, especialmente da cultura política brasileira. Não à toa, algumas das principais personalidades desse movimento que quer, pelo Direito e suas instituições,

salvar o Brasil, são praticantes de religiões protestantes.

Um personagem muito em evidência - não vou citar o nome - tem feito, inclusive, conferências em templos batistas. Ele é hoje um jovem, uma personalidade em evidência nesse processo, mas não está sozinho nisso. Além dessa adesão religiosa, eles são jovens: em geral homens que recém chegaram aos 40 anos e estão animados por esse espírito de salvação e missão. Basta ver a coragem com que se portam e a audácia com que agem, como que indiferentes ao contexto político, indiferentes a opiniões, se agradam ou não. A decisão do Ministério Público de São Paulo é clara em relação a isso: fizeram uma intervenção que ignora o contexto político e social e apenas se afez a princípios e esses princípios devem ser estabelecidos por uma elite salvífica.

A novidade do quadro é que essas instituições nasceram da luta pela democratização do país. O Ministério Público vem direto da Carta de 88.

IHU On-Line - Que princípios sustentam a atuação do Ministério Público e dessas instituições?

Luiz Werneck Vianna - A lei acima de tudo e o exercício do Direito como religião de salvação.

IHU On-Line - O senhor pode nos dar um panorama histórico de como, desde as origens do Brasil, houve uma relação direta entre setores do Direito, o Estado e setor privado, e como, a partir da Constituição de 88, a relação entre essas instituições começou

a se romper? Como o Ministério Público e as instituições vêm atuando no país desde 88, até que se chegasse a esse momento?

Luiz Werneck Vianna - Essa explicação vai longe. A instituição Ministério Público só existe no Brasil, enquanto defensor da sociedade e não como peça instrumental do Estado. Basta ver a decisão recente do Supremo Tribunal Federal - STF, que lendo a Constituição Federal declarou ser inconstitucional que um membro do Ministério Público ocupe funções e exerça papéis no Poder Executivo.

A função constitucional desse Ministério Público é defender as instituições, o Direito e, nesse sentido, aos poucos ele foi se tornando um personagem institucional altamente influente na vida social, no meio ambiente, na saúde. Não se pode entender o tema do meio ambiente hoje, neste país, sem o papel de protagonismo que o Ministério Público vem exercendo nessa questão. Na saúde e nas questões sociais em geral, o MP vem atuando e está aí esse personagem que passou a atrair a atenção dos jovens postulantes a uma vida dedicada ao Direito. Uma multidão concorre a uma vaga no Ministério Público.

Uma nação concebida por uma teoria política

Nós, brasileiros, não somos filhos de uma revolução nacional libertadora; nós nascemos a partir de uma “revolução pelo alto”. O primeiro chefe de Estado que tivemos foi um herdeiro da Casa Real: Dom Pedro I¹,

¹ **Pedro I** (do Brasil) e Pedro IV (de Portugal) (1798-1834): alcunhado o Libertador, foi o fundador e primeiro soberano do Império do Brasil, tendo sido proclamado primeiro rei do reino independente, e em seguida se tornaria imperador. Como rei D. Pedro IV, também reinou em Portugal, onde ficou conhecido como o Libertador, o Liberal e o Rei Soldado. Nascido em Queluz, D. Pedro foi a quarta criança do rei Dom João VI de Portugal e da rainha Carlota Joaquina, e assim membro da Casa de Bragança. Quando seu país foi invadido por tropas francesas em 1807, foi com

filho de Dom João VI² e, com isso, as instituições foram montadas “por cima”, de “cima para baixo”.

Euclides da Cunha³ disse, caracterizando a revolução nacional brasileira, que se tratava de uma “revolução por cima”, em que uma teoria política concebida e admitida pelas elites, ia forjar de “cima para baixo” uma nação. Ele disse quase textualmente: “O Brasil é um caso singular de uma nação formada por uma teoria política”. Como essa nação foi formada? Por uma elite vigilante, com um papel dirigido para o exercício de uma pedagogia cívica, que fez de um povo invertebrado e desarticulado, uma nação.

Não à toa, depois das crises da Regência, a ordem imperial fez da magistratura um dos seus principais instrumentos para levar a ordem, tal como era concebida pelas suas elites. Foi essa a teoria política fundadora do Brasil, para levar essa ideologia, essas visões e esses valores para a população. Vai ser o

sua família para o Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

² **João VI** de Portugal, João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança (1767-1826): cognominado O Clemente, foi rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves de 1816 a 1822, de fato, e desde 1822 até 1825, de jure. Desde 1825 foi rei de Portugal até sua morte, em 1826. Pelo Tratado do Rio de Janeiro de 1825, que reconhecia a independência do Brasil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, também foi o imperador titular do Brasil, embora tenha sido seu filho Pedro o imperador do Brasil de facto. (Nota da **IHU On-Line**)

³ **Euclides da Cunha** (1866-1909): engenheiro, escritor e ensaísta brasileiro. Entre suas obras, além de *Os Sertões* (1902), destacam-se *Contrastes e confrontos* (1907), *Peru versus Bolívia* (1907), *À margem da história* (1909), a conferência *Castro Alves e seu tempo* (1907), proferida no Centro Acadêmico XI de Agosto (Faculdade de Direito), de São Paulo, e as obras póstumas *Canudos: diário de uma expedição* (1939) e *Caderneta de campo* (1975). Confira a edição 317 da **IHU On-Line**, de 30-11-2009, intitulada *Euclides da Cunha e Celso Furtado. Demiurgos do Brasil*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon317>. (Nota da **IHU On-Line**)

juiz neste país, o magistrado, que vai articular o Estado aos rincões. Isso está muito claro na obra do grande estadista que foi Visconde de Uruguai, que foi Ministro da Justiça e escreveu a obra fundamental chamada O direito administrativo. O direito administrativo nesse sentido é o instrumento organizador da nossa vida, e não o direito civil. E o direito administrativo é o direito do Estado. Com isso, nós criamos essa forma singular de relação entre poder e Direito.

O Ministério da Revolução

Agora vamos virar a página e ir do Império para a República. Como realizar a modernização do país? Esse é o tema que se impõe com a Revolução de 1930. Dos ministérios criados pela Revolução de 30, qual deles é caracterizado como o “Ministério da Revolução”, nas palavras do dirigente da época, Getúlio Vargas⁴? É o Ministério do

⁴ **Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas]** (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Recentemente a **IHU On-Line** publicou o Dossiê Vargas, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1naoZMX>. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-08-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-08-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-08-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o **IHU Ideias Getúlio, 50 anos depois**. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU Ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuod30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo

Trabalho, “o Ministério da Revolução”. Qual foi a tarefa do Ministério do Trabalho? A criação de uma legislação social, de instituições que zelassem pela harmonia entre capital e trabalho, e mais, que zelassem pelo mercado de trabalho no Brasil. Tendo também - e nesse sentido sendo contínua à tradição que vinha do Império - um elemento de pedagogia cívica muito forte: educar os trabalhadores para a vida cívica e para os valores do patriotismo, ou seja, abriu-se a Constituição de 37.

Mas o fundamental é que essas instituições estão aí até hoje: a Justiça do Trabalho tem uma presença capilar imensa em qualquer lugar, porque em qualquer Comarca existe uma Justiça do Trabalho. O Direito, com isso, adquiriu um papel central na estruturação do capitalismo brasileiro, na modernização burguesa do país.

Constituição de 88: o expurgamento

O que fez a Carta de 88? Releu e interpretou essa história, expurgou-a de seus elementos caracteristicamente autoritários e deu projeção e imprimiu uma leitura democrática a essas instituições. Mais que isso: inovou criando essa figura inédita no Direito comparado, que é o Ministério Público, para agir junto à sociedade, em defesa dela.

Vamos virar a próxima página da história brasileira: nesse meio tempo, houve uma mudança de geração, uma mudança de bibliografia. As faculdades de Direito não são mais as que foram nos anos 30, 40, 50; elas estão baseadas em outra bibliografia, a partir da qual o papel do Direito é visto numa dimensão transformadora da vida social. Esses jovens são descendentes disso, e não apenas disso, porque são filhos de outras mudanças e, inclusive, de visões de mundo religiosas. E sem controle político,

o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da **IHU On-Line**)

garantido pela Constituição, firmaram esse papel de salvação.

A contraface: a política se enfraqueceu

Agora, qual foi a contraface disso? Ao mesmo tempo em que essas instituições se robusteciam, a política institucional foi se enfraquecendo e se deteriorando até o ponto de que hoje boa parte dos representantes do povo está com a vida comprometida num inquérito policial.

Os partidos não construíram identidades, se tornaram entidades passivas à manipulação do Poder Executivo via presidencialismo de coalizão - esse é um velho tema que discuto e que já foi tema de várias entrevistas que concedi. E diante dessa debilidade dos partidos e da política em geral, a emergência dessas instituições do Direito teve uma ampliação do poder irrestrita e ilimitada. Esse é o quadro de operações que está aí.

IHU On-Line - Como analisa, em contrapartida, as críticas feitas ao Ministério Público e à Operação Lava Jato? Muitos afirmam que as ações dessas instituições são abusivas e que há um "estado de exceção" no país. Concorde com esse tipo de avaliação?

Luiz Werneck Vianna - A sociedade tradicional brasileira estrebucha com essa intervenção, porque essa é uma intervenção cirúrgica no mundo da política e especialmente na relação entre política e economia, entre os poderes políticos e econômicos; basta ver a relação dos partidos com as empreiteiras, por onde passa esse segredo de uma relação de contubérnio⁵ entre a esfera pública e a esfera privada no Brasil.

Uma das formas fortes de ação desses novos protagonistas, desses "santos" na vida republicana brasileira de agora, tem como fulcro exatamente a relação entre a esfera pública e a esfera privada no

⁵ No sentido de convivência. (Nota da IHU On-Line)

sentido de separá-las, dissociá-las pela pureza republicana. Então, a "revolução dos santos" clássica no mundo anglo-saxão também foi animada por ideais republicanos como esses que animam hoje esses jovens procuradores e juizes no Brasil. Se você for ler os trabalhos que Sérgio Moro⁶ publicou antes de ser juiz, vai notar muito claramente a influência do Direito anglo-saxão na obra dele. Agora, há mais que isso, porque o Direito e suas instituições têm, na história do nosso país, um papel fundamental e esse é um assunto muito complexo.

IHU On-Line - O senhor chama atenção para a desvinculação das instituições jurídicas do Poder Executivo a partir da Carta de 88. Apesar disso, como analisa as discussões que questionam a natureza da Operação Lava Jato, entre aqueles que, de um lado, defendem a sua natureza republicana e, de outro, aqueles que afirmam que o Ministério Público e a Polícia Federal estão sendo usados pela política para derrubar apenas alguns políticos e partidos?

Luiz Werneck Vianna - A natureza da Lava Jato é republicana e sua função é denunciar o contubérnio

⁶ **Sérgio Fernando Moro** (1972): juiz federal brasileiro que ganhou notoriedade nacional por comandar o julgamento dos crimes identificados na Operação Lava Jato. Formou-se em direito pela Universidade Estadual de Maringá em 1995, tornando-se Juiz Federal em 1996. Também cursou o programa para instrução de advogados da Harvard Law School em 1998 e participou de programas de estudos sobre lavagem de dinheiro promovidos pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. É Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Além da Operação Lava Jato, também conduziu o caso Baneestado. No caso do Escândalo do Mensalão, a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber convocou o juiz Sergio Moro para auxiliá-la. Em 2014, Moro foi indicado pela Associação dos Juizes Federais do Brasil para concorrer a vaga deixada por Joaquim Barbosa no STF, porém, em 2015, a vaga foi preenchida por Luiz Fachin. (Nota da IHU On-Line)

entre a esfera pública e a esfera privada brasileira.

IHU On-Line - O senhor não vê essa "confusão" e "obscuridade" acerca da natureza da Operação Lava Jato?

Luiz Werneck Vianna - Não, isso é miopia, são pequenos interesses contrariados, é paixão ideológica; não tem análise verdadeira nisso. A relação espúria entre o público e o privado chegou num ponto tal que clamou aos céus uma intervenção.

IHU On-Line - Há uma confusão de sentimentos, pelo menos à medida que, ao mesmo tempo em que existe esse clamor por justiça, há reações de medo de que as ações do Ministério Público possam significar um golpe?

Luiz Werneck Vianna - Os pequenos interesses vão ficar fazendo essas confabulações sobre golpe e não há como essa névoa se dissipar, a não ser com o tempo. O fato é que está sendo dissipado um nevoeiro e está sendo extraído um véu que encobria as relações espúrias entre o público e o privado. Essas confabulações cegam, inclusive, os interesses políticos constituídos agora.

É evidente que esse é um assunto muito complexo e não dá para falar de uma maneira desgovernada sobre tudo isso. O fato é que apenas com o Direito não será possível mudar o Brasil. A meu ver, a ilusão das instituições é a de que isso é possível somente se apoiando na Constituição e nos textos legais, mas isso não basta; é preciso que a política entre em cena também. Mas está difícil de a política entrar em cena do jeito que os partidos estão. Então, temos que procurar salvar a política, porque, do contrário, a "revolução dos santos" poderá ficar inconclusa e poderá ser uma página frustrada na política brasileira se ela não for completada pela ação política.

IHU On-Line - Por que a política não conseguiu acompanhar esse mesmo movimento da Justiça,

do Ministério Público e das outras instituições?

Luiz Werneck Vianna - Porque ela estava comprometida com esse Estado que está aí, e a esquerda estava comprometida com esses movimentos sociais carimbados. Como uma Organização Não Governamental - ONG cooptada pelo poder público vai ter independência diante do Estado?

IHU On-Line - O que sugere em termos políticos? Movimentos devem se distanciar do Estado?

Luiz Werneck Vianna - Total não, mas o que não pode é se sujeitar ao Estado. Movimentos sociais não podem ser um braço do Estado nem estar a serviço do Estado. Vai ser muito difícil mudar isso.

Eu tenho medo de que se perca o que há de "revolução verdadeira" nesse processo e de que a velha política, o que há de pior na tradição republicana brasileira, reencontre o seu lugar. Nesse momento em que você me telefona (11-03-2015), o que está em curso é isso: a tentativa de desautorização, desmoralização e desqualificação do papel desses reformadores da vida republicana brasileira.

Entretanto, esses reformadores cometem um erro grave: o de não reconhecer a dimensão da política

como uma dimensão a ser trabalhada. Por exemplo, foi um erro político a condução coercitiva do ex-presidente Lula; não jurídico. Agora, por que eles o fizeram? Porque eles são ausentes dessa questão política e eles não vão conseguir avançar no sentido de fazer com que tudo que estão trazendo de novo perdure e persista, se eles não se abrirem para a dimensão da vida política. Sem essa dimensão política, os nossos "santos" serão derrotados.

IHU On-Line - O que o senhor quer dizer com isso claramente? Eles pertencem à dimensão da Justiça e não à da política. Por que e em que sentido devem ter essa dimensão política presente?

Luiz Werneck Vianna - É uma relação muito complexa. A caracterização geral para mim é essa: a "revolução dos santos" está sendo eficiente, mas enquanto todo esse processo ficar envolvendo apenas os atores vindos do mundo do Direito, isso será insuficiente e poderá se perder.

IHU On-Line - Vê possibilidades de mudança na política?

Luiz Werneck Vianna - Temos que fazer reformas políticas, criar novos partidos, animar novos par-

tidos - também não precisa existir tantos como hoje -, mas para isso tem que expurgar os que estão aí.

IHU On-Line - O que o senhor tem pensado sobre a democracia e a crise de representação política nos últimos dias?

Luiz Werneck Vianna - Que os políticos que estão aí não têm condições de reprodução; o sistema tem que passar por uma reforma.

IHU On-Line - O senhor aponta a constituição de novos partidos como uma alternativa a ser buscada. Como constituí-los nesse momento?

Luiz Werneck Vianna - Sem dúvida. Estão aparecendo novos partidos relevantes por aí. Agora, é preciso uma legislação eleitoral que defenda a vida política partidária. Quanta coisa já se disse e se escreveu sobre isso. Não há mais nada a dizer, agora temos que fazer. A brecha para a "revolução dos santos" foi dada pela falência do sistema político.

IHU On-Line - Quais são os novos partidos que vê por aí?

Luiz Werneck Vianna - Não quero nomear novos partidos, mas há coisas novas, sim. ■

LEIA MAIS...

- *Social-democracia é a única via para a política brasileira.* Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna, publicada nas **Notícias do Dia**, de 03-06-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/1pm44LB>;
- *Segundo governo Dilma. Guinada à direita? Não! Um 'cavalo de pau'.* Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna, publicada nas **Notícias do Dia**, de 15-02-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/1nLQlwE>;
- *Luz amarela: chegou a hora de interpretar o Brasil com uma chave nova.* Entrevista especial com Luiz Werneck Vianna, publicada nas **Notícias do Dia**, de 03-11-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos, disponível em <http://bit.ly/1QV7VJb>;
- *"O PT se tornou uma força condutora da expansão burguesa no Brasil".* Entrevista com Luiz Werneck Vianna, publicada na revista **IHU On-Line**, número 386, de 19-03-2012, disponível em <http://bit.ly/1pm4D8m>.

#Crítica Internacional - Curso de RI da Unisinos

O Brasil e as encruzilhadas da conjuntura internacional

Por Diego Pautasso

“Os governos de Fujimori, Collor-FHC, Gortari, Menem, Lozada, entre outros, fizeram a região ter uma inserção subordinada na globalização. Como diz Chang (2004), as políticas liberalizantes tiveram o claro objetivo de ‘chutar a escada’ que poderia levar tais países ao desenvolvimento”, afirma Diego Pautasso.

Diego Pautasso é graduado em geografia, mestre e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professor de Relações Internacionais da UNISINOS. Autor do livro *China e Rússia no Pós-Guerra Fria* (Curitiba: Juruá, 2011).

Eis o artigo.

A conjuntura internacional contemporânea tem sido atravessada por encruzilhadas de grandes proporções. Pelo menos quatro delas se impõem ao Brasil de forma desafiadora. Como diria Losurdo (2015), são as formas que assumem as lutas de classes em escala global, atravessando o sistema internacional.

A primeira encruzilhada é a persistência e os efeitos da crise financeira internacional desencadeada em 2008 a partir do sistema imobiliário estadunidense (subprime). Diferentemente da sua congênere da década de 1930, que fortaleceu projetos intervencionistas de toda ordem, a crise atual aprofundou as políticas liberalizantes, como ilustra a emblemática crise grega e as políticas da Troika.

Além da ampliação das desigualdades e o esgarçamento do tecido social, a economia mundial tem perdido o vigor, diminuindo os laços de cooperação, integração e oportunidades para o Brasil. Mas pior, o cenário de crise econômica global se entrelaça às ameaças de escaladas militares. É nítido, por exemplo, a tentativa dos EUA de implementar a estratégia de dominação de espectro total, voltado a conter a ascensão dos emergentes, notadamente Rússia e China, como destaca Bandeira (2013). Da mesma forma, interessa engolfá-los em guerras regionais, como Ucrânia e os países do Mar do Sul da China, respectivamente, e de isolar e coagir países não subordinados a seus interesses, como Venezuela, Bolívia, Síria, Coreia do Norte, Palestina, etc.

Aliás, a proclamada Guerra ao Terror alimenta um ciclo vicioso: discursam contra o terrorismo islâmico, financiam grupos integristas eufemisticamente chamados de ‘moderados’ contra governos não-alinhados (Iraque, Síria e Líbia), fragmentam e destroem países

até então estáveis, fomentando a imigração em massa, a xenofobia, a islamofobia e, por sua vez, retroalimentam novas intervenções contra grupos terroristas e Estados falidos. Segundo a Agência da ONU para Refugiados, quase 80% das cerca de um milhão de pessoas que entraram na Europa foram de países destruídos pela própria atuação ocidental, sendo 50% sírio, 20% afegão e 7% iraquianos!

A segunda encruzilhada para o Brasil é a ofensiva neoconservadora na América Latina. Durante os anos 1990 o continente foi palco de políticas neoliberais que destruíram os projetos de desenvolvimento nacionais e ampliaram as desigualdades sociais. Os governos de Fujimori, Collor-FHC, Menem, Gortari, Lozada, entre outros, fizeram a região ter uma inserção subordinada na globalização. Como diz Chang (2004), as políticas liberalizantes tiveram o claro objetivo de ‘chutar a escada’ que poderia levar tais países ao desenvolvimento. Os efeitos trágicos de tais políticas contribuíram para que houvesse a reorganização das forças progressistas e a emergência de governos de centro-esquerda em todo o subcontinente na virada do século XX-XXI. Chávez-Maduro, Lula-Dilma, Néstor-Cristina Kirchner, Tabaré-Mujica, Evo Morales, Rafael Correa, sobretudo, lideraram a retomada de políticas distributivas e de intervenção estatal em favor do desenvolvimento regional.

Os projetos de integração regionais se ampliaram e se aprofundaram, do Mercosul, passando pela UNASUL e até a CELAC. O que assistimos atualmente é uma retomada das forças conservadoras, seja com as vitórias da oposição venezuelana nas eleições legislativas, de Macri na Argentina e, especialmente, a tentativa de paralisar o país líder, o Brasil, com sucessivos movimentos golpistas desde a reeleição de Dilma. O resul-



O cenário de crise econômica global se entrelaça às ameaças de escaladas militares. É nítido, por exemplo, a tentativa dos EUA de implementar a estratégia de dominação de espectro total, voltado a conter a ascensão dos emergentes, notadamente Rússia e China

tado é que os três países que lideraram a integração regional (Brasil, Venezuela e Argentina) se veem ou manietados por movimentos golpistas ou claramente orientados a retomar o alinhamento com os países do Norte baseados em políticas de abertura comercial.

A terceira encruzilhada relaciona-se com o drástico recuo dos preços do petróleo - que alcançou nesse início de 2016 cerca de 27 dólares. Entre seus desdobramentos, deve-se destacar o forte golpe em economias como Rússia, Irã, Venezuela, cujos interesses políticos, não por acaso, desafiam as pretensões dos EUA e/ou da Arábia Saudita. Os preços da commodity podem ainda motivar escaladas militares entre Irã e Arábia Saudita, líderes da dinâmica geopolítica do Oriente Médio.

No caso do Brasil, a queda no preço do petróleo, associada aos interesses políticos que movem a Operação Lava Jato, golpeiam pesadamente a Petrobrás e toda sua cadeia de engenharia e tecnologias nacionais, dados os custos diferenciados dos recursos fósseis do Pré-Sal. Evidentemente que a combinação da paralisação político-institucional, combinada com a interrupção da atuação do setor petrolífero e de construção civil, bem como dos mecanismos de financiamento públicos (BNDES), limitam profundamente a capacidade de atuação internacional do Brasil.

A quarta e última encruzilhada se refere ao deslocamento do eixo econômico para a Bacia do Pacífico, com epicentro na economia chinesa, país artífice de um redesenho geoeconômico global. No âmbito financeiro, pela construção de importantes mecanismos alternativos ao Sistema Bretton Woods, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS. No âmbito regional, o governo chinês alavanca a integração da Eurásia a partir da Nova Rota da Seda. No âmbito político, o

país assumiu a liderança dos principais blocos da região, como a Organização para a Cooperação de Xangai e/ou ASEAN + 1. No âmbito econômico, a China já tem quase 106 das 500 maiores empresas da Fortune em 2015; 11 dos 30 maiores portos; e, junto com o Brasil, Índia e Rússia e os Tigres lidera as maiores reservas financeiras do mundo.

Interpretar os movimentos contraditórios é crucial para a formulação política dos movimentos progressistas. O Brasil está distante do novo epicentro da economia internacional, mas tanto pela polarização da riqueza (PIKETTY, 2014), quanto pela reversão da grande divergência (NAYYAR, 2014), mas em consonância com o movimento dos emergentes (BRICS) em favor de outro ordenamento mundial. Mais do que resistir aos intentos golpistas, o país precisa relançar o desenvolvimento nacional e a integração regional, num subcontinente em que os ânimos políticos estão exaltados. Enfim, ser um país emergente de primeira grandeza implica ter clareza das encruzilhadas que o aguardam em meio a movimentos tectônicos da ordem internacional. ■

Bibliografia

BANDEIRA, Luiz. A segunda guerra fria. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CHANG, Há-joon. Chutando a Escada. São Paulo: UNESP, 2004.

LOSURDO, Domenico. A Luta de Classes. São Paulo: Boitempo, 2015.

NAYYAR, Deepak. A corrida pelo crescimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PIKETTY, Thomaz. O capital no século XXI. São Paulo: Intrínseca, 2014

Expediente

Coordenador: professor mestre Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: professor Bruno Lima Rocha

PUBLICAÇÕES

O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia



94

A edição 107 do Cadernos Teologia Pública, intitulada *O Vaticano II e a inserção de categorias históricas na teologia*, traz o artigo de Antonio Manzatto, doutor em Teologia pela Universidade Católica da Lovaina, Bélgica, e professor de Teologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. É consenso dizer que o Concílio Vaticano II provocou certa revolução no modo de ser eclesial porque, seguindo a intuição de João XXIII, realizou autêntica atualização da Igreja fazendo-a inserir-se na contemporaneidade. Esta atualização, é sabido, não é fruto do acaso, mas foi preparada por diversos movimentos que já se faziam sentir na Igreja desde o início do século XX, como o movimento ecumênico, o movimento litúrgico, etc.

No terreno da teologia, sua evolução e atualização acontece por conta da inserção de categorias históricas no desenvolvimento da elaboração teológica, tal como realizada pela Nouvelle Théologie e outros movimentos similares. Sabe-se, por outro lado, da dificuldade de diálogo com a modernidade que a teologia nascida da cristandade teve, e uma das razões maiores para isso foi manter seu pensamento marcado por categorias essencialistas. O presente artigo destaca a introdução de categorias históricas no pensamento eclesial e a ela filia tanto a atualização teológica conciliar como as teologias subsequentes, sobretudo as contextuais.

O texto pode ser lido na íntegra no link <http://bit.ly/1R8yOHf>

Retrovisor

Releia algumas das edições já publicadas da IHU On-Line.

A desigualdade no século XXI. A desconstrução do mito da meritocracia

Edição 449 | Ano XIV - 04.08.2014

Disponível em <http://bit.ly/IHUOn449>

A desigualdade sobrevive. Aliás, o mundo contemporâneo tem testemunhado o aceleração dos níveis globais de desigualdade. Em síntese, é isso que demonstra o livro do economista francês Thomas Piketty, *O Capital no Século XXI* (Le capital au XXIe Siècle, Paris: Seuil, 2013). Ao analisar historicamente o capitalismo e desconstruir o mito da meritocracia, Piketty desafia a narrativa de que o liberalismo poderia resultar em uma sociedade mais igualitária. É diante deste horizonte, onde, via de regra, o fascínio com o aumento da renda é confundido com justiça social, que a IHU On-Line apresenta o debate sobre a desigualdade no século XXI.



Água e saneamento básico: um direito a ser conquistado

Edição 321 Ano X - 15.03.2010

Disponível em <http://bit.ly/1TQBIGt>

A primeira edição da revista IHU On-Line, em 2010, discute o tema da água e o saneamento básico, tendo em vista o dia 22 de março, Dia Mundial da Água, que será comemorado, neste ano, com "a fila mais longa do mundo para ir ao banheiro", promovida por várias ONGs, como parte da campanha global para destacar a terrível situação de aproximadamente 2,5 bilhões de pessoas que ainda carecem de saneamento adequado no mundo.



SUS: 20 anos de curas e batalhas

Edição 260 | Ano VIII - 02.06.2008

Disponível em <http://bit.ly/1S5WQFq>

Há 20 anos, com a Constituição de 1988, foi implantado no Brasil o Sistema Único de Saúde (SUS), oferecendo a todos os brasileiros e brasileiras, sem exceção, o acesso integral à saúde em todos os seus âmbitos, tendo como princípios básicos a universalidade, a integralidade, a equidade, a participação da comunidade, a descentralização político-administrativa e a hierarquização e regionalização. Passadas duas décadas de funcionamento, muitos ainda não se dão conta da importância do SUS e do quanto seus serviços estão inseridos no cotidiano da população, não apenas por meio dos tratamentos e consultas. Todos somos beneficiados pelo SUS, por exemplo, pelo sistema de vacinação. No entanto, as críticas e os problemas ainda são grandes. E é para discutir a situação atual do SUS, a partir dos 20 anos de sua história, que a IHU On-Line conversou com alguns especialistas e profissionais da área da saúde.



ME 30/03 TRÓPOLES

Multidão e poder constituinte: uma genealogia dos conceitos

Horário: 14h30min às 17h

Conferencista: Prof. Dr. Homero Silveira Santiago - Universidade de São Paulo - USP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

Movimentos sociais e a multidão nas metrópoles: potência e/ou ameaças

Horário: 19h30min às 22h

Conferencista: Prof. Dr. Homero Silveira Santiago - Universidade de São Paulo - USP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU

CICLO DE DEBATES

ECONOMIA BRASILEIRA: Onde estamos e para onde vamos?

UM DEBATE COM OS INTERPRETES DO BRASIL

Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil no pensamento de Celso Furtado

Data: 12/04/2016

Horário: 19h30min às 22h

Conferencista: Prof. Dr. André Furtado - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros no IHU - Campus São Leopoldo/RS

Economias Biopolíticas da Dívida

Cadernos IHU ideias, em sua 236ª edição, publica o artigo de Michael A. Peters, que aborda a questão e a moral da dívida, que vieram à tona em uma variedade de áreas - antropologia, economia, filosofia, finanças - como base para uma investigação sobre o fenômeno da "economia da dívida" e as novas configurações do "capitalismo da dívida" como uma expressão de inúmeros termos relacionados, os quais sinalizam a mudança para a cultura da finança: globalização, financeirização, neoliberalismo e o próprio capitalismo financeiro.

Leia o artigo na íntegra em <http://bit.ly/1LAUSNX>.



ihu.unisinos.br



bit.ly/ihuon



twitter.com/_ihu



youtube.com/ihucomunica



medium.com/@_ihu